

MONICA ALMEIDA KORNIS

NETALÚRGICOS PAULISTAS: experiências de organização
(1919-1935)

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Ciência Política
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas.

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em
..02.12/...../1991.

Orientador



Prof. Dr. Paulo Sérgio Pinheiro

DEZEMBRO/1991

Para Ernesto, Elvira, Carlos, Maria
Helena e George, que me deram - e me
dão - vida.

Agradecimentos

A Paulo Sérgio Pinheiro, meu orientador, que ao longo desses anos todos me acompanhou - com dedicação amigável e com competência intelectual - nesta difícil trajetória chamada "elaboração de tese".

A Maria Herminia Tavares de Almeida e Luis Werneck Vianna, que generosamente forneceram importantes sugestões para a definição do objeto de estudo deste trabalho, em sua primeira fase.

A minha colega e amiga Wilma Keller, com quem pude trocar várias idéias nos primeiros tempos de elaboração deste trabalho. A Daniela Morreau e Olívia, que em momentos precisos, se dispuseram a me ajudar no levantamento de dados.

A Miguel Huertas, recentemente falecido, que colocou à minha disposição a documentação existente no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica, e de Material Elétrico de São Paulo e viabilizou a realização de entrevista com um grupo de metalúrgicos aposentados.

A FAPESP e à CAPES, que forneceram o suporte financeiro para a realização do meu curso de mestrado.

A Lucia Lippi Oliveira, então coordenadora do Setor de Pesquisa do CPDOC, e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadora do grupo de pesquisa sobre História Fluminense daquela instituição, que me permitiram e estimularam a retomada deste trabalho em meados da década de 1980. A Angela Gomes, então colega do Setor de Pesquisa, que se

dispôs a ler e discutir a primeira versão, muito embora eu nunca tenha aproveitado a gentileza daquele gesto. A Nazareth Vargas, que datilografou com competência a primeira versão.

Aos amigos construídos ao longo de todo esse tempo, que me encorajaram em diferentes momentos a superar as dificuldades colocadas para a elaboração da tese e para as "coisas da vida" em geral: Alexandra de Mello e Silva, Amélia Coutinho, Beatriz Kushnir, César Benjamin, Dulce Pandolfi, Glorinha Moraes, Hélia Nassif, Ingrid Sarti, Ivan Ribeiro, José Carlos Miranda, Letícia Pinheiro, Marieta de Moraes Ferreira, Mário Grynspan, Miguel Sayad, Paulo Magalhães, Sérgio Lamarão, Sílvia Pantoja, Renato Lemos, Vanda Maria Ribeiro Costa e Zairo Cheibub.

A Gilberto Fernandes, que com bom humor se prontificou a me auxiliar nas tarefas que se impõem à conclusão de um trabalho. À Maria Ignez de Almeida Niede que com toda a gentileza e competência profissional, tornou possível em prazo exíguo a digitação da versão final.

Ao George, que acompanhou todo esse percurso, e tantos outros, todos eles tão vitais.

S U M Á R I O

Apresentação

Introdução

I - Variações no tratamento da questão social

II - Os primórdios da indústria metalúrgica paulista

III - Os metalúrgicos paulistas: primeiras associações

IV - União dos Operários Metalúrgicos: representação e mobilização

V - A retomada do movimento sindical

VI - O parceiro oficial: primeiros momentos

VII - As condições de fortalecimento do sindicato

VIII - As possibilidades e os limites de atuação

Conclusão

Anexos Estatísticos

Bibliografia

ANEXOS ESTATÍSTICOS

Tabela I - Salário médio diário de operários jornaleiros paulistas por idade e sexo segundo categorias profissionais no setor metalúrgico - 1928

Tabela II - Estatística industrial do Estado de São Paulo: número de estabelecimentos, capital total, número de operários, valor da produção - 1928

Tabela III - idem, 1929

Tabela IV - idem, 1930

Tabela V - idem, 1931

Tabela VI - idem, 1932

Tabela VII - idem, 1933

Tabela VIII - idem, 1934

Tabela IX - idem, 1935

Tabela X - Indústria metalúrgica paulista segundo subsectores de atividade: número de estabelecimentos, capital total, número de operários, valor da produção (% sobre totais) - 1928-1935

APRESENTAÇÃO

A idéia deste trabalho foi concebida em meados da década de 1970 num momento em que alguns professores da Universidade Estadual de Campinas vinham elaborando importantes revisões acerca das interpretações dominantes sobre as características da classe operária no Brasil, em especial nas quatro primeiras décadas deste século, e sobre os primórdios do processo de industrialização do país. No campo de estudos sobre a classe operária, o objetivo central era voltar-se para a história dessa própria classe, procurando analisar tanto as relações sociais concretas que se estabeleciam entre ela e as demais classes em momentos históricos determinados, quanto as condições de vida e de trabalho dos operários no processo de industrialização do país. Por outro lado, entre os economistas, consolidavam-se os trabalhos de revisão das teses cepalinas sobre a transição do modelo primário-exportador para uma economia industrial endogenamente sustentada. Um elemento fundamental que perpassava todo esse processo intelectual de revisão analítica era a busca de fontes empíricas que procurava retirar do terreno das generalizações as interpretações até então consolidadas acerca daqueles temas.

Cabe registrar que o "boom" de trabalhos desenvolvidos sobre a questão da classe operária se consolidara ao final da década de 1970 e nos primeiros anos da década seguinte num momento particularmente significativo para a sua história, qual seja, o do ressurgimento do

movimento sindical que se iniciou a partir do segundo semestre de 1977. Enquanto os "vencidos" passavam a ocupar a atenção da academia, os metalúrgicos do ABC paulista consolidavam seu poder de mobilização e atuação e algumas das principais lideranças de movimentos grevistas que foram sendo deflagrados em vários pontos do país lançavam em 1979 a proposta de formação de um partido dos trabalhadores criado no ano seguinte. Enfim, foi num contexto histórico bastante particular que os estudos monográficos sobre a história da classe operária encontraram seu maior impulso, alguns deles procurando refletir até mesmo sobre aquela experiência recente e singular.

Inicialmente, este trabalho pretendia analisar as características de um setor industrial paulista específico, o metalúrgico, juntamente com as condições de vida e de trabalho do contingente nele empregado e a sua capacidade de organização na defesa de seus interesses no período entre 1920 e 1945. Além disso, este estudo pretendia avaliar a atuação dos empresários do setor, como forma de articular as tensões e contradições existentes entre capital e trabalho. A insuficiência de fontes para esse estudo e a não articulação dessa pesquisa a trabalhos institucionais de maior amplitude levou-nos a uma reavaliação dos objetivos iniciais conduzindo a um outro recorte analítico.

O trabalho dirigiu-se assim para o exame da experiência dos trabalhadores metalúrgicos da cidade de São Paulo no campo da organização de seus interesses no interior de seus órgãos de representação entre os anos de 1917 e

1935, a sua inserção na mobilização mais global dos trabalhadores, e a sua relação com o Estado. Vale aqui uma explicação sobre os marcos estabelecidos, que, na realidade, levam em consideração a articulação do conjunto desses elementos. O ano de 1919 foi escolhido em função da criação da União dos Operários Metalúrgicos (UOM) em Junho - organização com maior potencial aglutinador da categoria até então - em meio aos esforços de organização e mobilização dos trabalhadores paulistas em geral, ao mesmo tempo em que se iniciava um processo de intervenção do Estado liberal no mercado de trabalho, e que a burguesia industrial se organizava em associações, definindo novas formas de negociação entre essas forças. 1935 é um ano marcado por uma forte ação repressiva do Estado sobre o movimento sindical e operário e no qual se esgotam para os sindicatos as possibilidades de uma ação independente dos ditames estabelecidos pela legislação sindical e trabalhista definida pelo Estado a partir de 1931.

As questões centrais que norteiam esse trabalho se voltam assim para o exame das formas associativas que se consolidaram num ramo industrial específico, e como as reivindicações da categoria são tratadas por esses organismos, através da análise dos tipos de conflito, das greves e das mediações estabelecidas entre trabalhadores, patronato e Estado. O tratamento diferenciado operado pelo Estado em relação à questão social assume um papel importante na articulação desses elementos. Desta forma, procurou-se deslocar o estudo da questão do movimento operário organizado

do campo de uma discussão de modelos de ação política, determinados pelas lideranças que conduziam a mobilização sindical e grevista, para o exame da própria experiência dos trabalhadores e da construção de sua identidade através das formas organizativas que se sucederam ao longo do período 19-35, procurando dar uma resposta aos interesses da categoria.

Embora a produção acadêmica tenha se debruçado ao longo das últimas décadas sobre a reavaliação dos estudos sobre a classe operária trazendo a cena importantes contribuições tanto teórico-metodológicas quanto empíricas, acreditamos que existia ainda algum sentido em manter a proposta original de trabalho. Isso não só porque um amplo levantamento de fontes já havia sido realizado em jornais e documentos do sindicato dos metalúrgicos paulistas, mas também pela própria possibilidade de incorporar em meu estudo novos caminhos analíticos que vinham se abrindo com vistas à reflexão sobre o tema. Além disso, houve uma forte tendência desses trabalhos em manter como marco analítico o pré e o pós 30, o que significava tomar como pressuposto certos parâmetros que vínhamos procurando discutir à luz da pesquisa. O pré 30 não era a pré-história da organização dos trabalhadores no Brasil, nem os anos 30-35 romperam de todo com a capacidade de os sindicatos responderem aos interesses da massa trabalhadora apesar da estratégia de controle via legislação sindical e trabalhista que o Estado emergente em 1930 impôs à sua organização dos trabalhadores e ao atendimento de suas reivindicações.

A introdução deste trabalho procura assim examinar

as linhas gerais da historiografia sobre movimento operário e sindical na Primeira República e nos primeiros anos que se sucederam à Revolução de 1930, além de traçar os principais parâmetros que nortearão a investigação proposta.

O primeiro capítulo desse estudo remete-se especificamente à maneira pela qual a questão social foi tratada pelo Estado, pela burguesia industrial e pelos trabalhadores ao longo desse período, procurando sobretudo resgatar as contribuições da bibliografia sobre o tema com vistas a uma articulação maior do campo onde se movem projetos e interesses distintos e divergentes. Através dessa análise procuramos compreender as características que assumiu o processo de constituição de uma ação organizada dos trabalhadores, e as várias alternativas e limites que a ela se interpuseram ao longo do período em questão. Por outro lado, interessa-nos examinar as características do modelo de Estado que se estrutura na Primeira República e do processo de gestação de um novo modelo a partir de 1930 como forma de analisar em que condições foi tratada a questão social e particularmente a legislação social.

O segundo capítulo procura traçar um breve perfil da indústria metalúrgica paulista de meados do século XIX até a primeira metade da década de 1930, destacando dados relativos à distribuição e composição da força de trabalho, à composição dos salários, à intensidade de capital empregado e ao valor da produção. Esse capítulo trata ainda de alguns dos principais elementos do debate entre os diversos autores que analisaram o período tratado, especificamente no tocante ao

desenvolvimento da indústria metalúrgica paulista.

O terceiro capítulo tem como objetivo traçar os esforços organizativos da categoria dos primeiros anos do século XX até o ano de 1919, quando é criada a União dos Operários Metalúrgicos (UOM), primeira associação que efetivamente congrega um número mais expressivo de trabalhadores e cuja atuação revela-se como mais significativa na defesa dos interesses da categoria.

O quarto capítulo examina a atuação da UOM entre junho de 1919 até 1923, quando a categoria entra numa fase de total desmobilização e a associação se enfraquece. Em linhas gerais, esse período compreende dois momentos distintos. O primeiro, de 1919 a 1920, corresponde à efervescência do movimento operário em geral e, em particular, dos metalúrgicos que identificaram na UOM o órgão representativo do conjunto de seus interesses. Esse foi também o momento de criação dos sindicatos dos ^{maiores} ~~grandes~~ setores industriais, como o têxtil, por exemplo. A UOM atuou como mediadora entre operários e patrões na maior parte das greves deflagradas nesse período, confirmando um expressivo grau de representatividade. Já os anos 1920 e 1923 foram marcados por uma crescente desmobilização, tanto em relação às manifestações grevistas quanto ao esforço associativo. A UOM procurou redimensionar sua atuação, em alguns casos abrindo mão de princípios até então inegociáveis, na tentativa de reorganizar os metalúrgicos em torno da associação. As breves greves ocorridas no setor não chegaram no entanto a contar com a sua intermediação.

O quinto capítulo discorre sobre a retomada do movimento sindical em fins da década de 1920, propiciada pela conjuntura da abertura política inaugurada com a posse de Washington Luis na presidência da República em 1926, e as características que assume esse processo, particularmente entre os metalúrgicos.

O sexto capítulo analisa a implantação do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo segundo os moldes definidos pela Lei de Sindicalização de 1931, e o seu significado para a categoria, inclusive em relação a outras tendências associativas como a UOM. Procura-se ainda examinar o impacto provocado pela legislação trabalhista e sindical junto aos metalúrgicos tanto em relação à sua organização quanto à atuação do sindicato como mediador entre trabalhadores, Estado e patrões.

O sétimo capítulo examina sob que condições o sindicato se fortalece, deslocando a disputa até então existente com a UOM para o interior do próprio sindicato, como resultado da crescente aproximação dos metalúrgicos para com o sindicato oficial com vistas à obtenção de benefícios sociais, ao lado da própria mobilização dos trabalhadores no seu sentido mais amplo. O deslocamento desse conflito para dentro do sindicato revelou a possibilidade de atuação de outros grupos que, mesmo contrários à intervenção do Estado na organização dos sindicatos, não se opunham à conquista e a atuação no espaço "oficial".

O oitavo capítulo pretende assim analisar como a

intensificação da mobilização dos trabalhadores em 1935 trouxe ainda novos elementos à disputa intrasindical considerando a atuação mais combativa dos sindicatos no seu conjunto, e os limites que a eles se interpuseram por parte de um Estado que passa a reprimir severamente as associações independentes e a própria expressão reivindicativa dos sindicatos oficiais.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a experiência concreta de atuação dos metalúrgicos paulistas junto aos organismos de representação da categoria criados entre os anos de 1919 e 1935. Em termos gerais, a delimitação desse objeto de estudo tem sua origem no esforço de resgatar não só a atuação de uma categoria industrial específica através do exame das diferentes formas organizativas de defesa dos seus interesses numa dada conjuntura histórica, mas também sua relação com o movimento dos trabalhadores em geral, com a burguesia industrial e com o Estado.

Na realidade, essa postura analítica remeter-se a toda uma abordagem desenvolvida há quase duas décadas em termos da construção da história da classe operária brasileira. Tratava-se de estudá-la sem as limitações impostas pelos estudos voltado exclusivamente para as instituições sindicais e partidárias da classe. Para Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, a redução 'sindicalista' da análise da classe operária interessava ao regime corporativo instaurado no pós-30 que procurou não só eliminar a experiência anterior à política trabalhista varguista como também aprofundar a dependência da classe operária ao Estado. A redução 'partidária' por sua vez pretendia fazer crer que aquilo que ocorreu antes dos anos 20 era a infância da classe operária, e tomava como pressuposto que era o partido que lhe dava sentido (1).

A própria noção fomentada durante o Estado Novo de que a legislação trabalhista fora formulada pela nova ordem que havia sido instaurada no país em 1930 foi questionada por vários outros autores. Procurando retirar do terreno da "ideologia da outorga" a análise da questão social, Werneck Vianna afirmava que esse mito suprimiu as próprias contradições e os próprios conflitos existentes entre o Estado e as classes sociais envolvidas nesse processo, de um lado negando a existência de um movimento operário que pressionava por seus direitos e de outro obscurecendo a própria ação do Estado antes de 1930 em torno da criação de leis sociais. Além do mais, o verdadeiro caráter da legislação que visava controlar e reprimir o movimento operário escamoteava-se sob a idéia de que a questão social não era mais um "caso de polícia". (2)

Por outro lado, as contribuições para o estudo da história social oriunda dos trabalhos de E. P. Thompson e Eric Hobsbawn foram extremamente enriquecedoras para a compreensão da experiência da classe operária brasileira. As noções de fraqueza e atraso tão enraizadas na literatura brasileira sobre o período encontra na argumentação de Thompson uma feroz oposição: a classe é a consciência que emerge da luta de classes. Nesse sentido, nenhuma experiência pode ser considerada mais "verdadeira" do que outra (3). Hobsbawn por sua vez contesta a análise isolada da história operária: "a história do trabalho é parte da história da sociedade, ou antes, de sociedades particulares que têm em comum coisas especificáveis. Relações de classes, seja qual for a natureza da classe, são relações entre classes ou

estratos, que não podem ser descritas ou analisadas de maneira adequada se isoladas, ou em termos de suas divisões ou estratificações internas. (4).

É bem verdade que toda essa reflexão está voltada para a classe operária enquanto objeto, em contraposição ao estudo de suas lideranças seja no interior dos sindicatos seja no interior dos partidos políticos. Entretanto, acredita-se que também para o campo de estudo do movimento operário e sindical esses pressupostos sejam de extrema valia. Vale lembrar que as formas que assume a organização dos interesses dos trabalhadores são elementos importantes para a recuperação das características e das várias tendências que estão na base da ação operária e sindical em confronto com determinados projetos de Estado e de dominação burguesa que, particularmente no período em questão, vão desenvolver formas de controle além das já tradicionais medidas repressivas.

Vejamos especificamente os grandes enfoques que marcaram os estudos sobre a classe trabalhadora no Brasil.

Uma primeira abordagem datada do início da década de 1960 estabelecia uma relação direta entre as particularidades do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a formação da classe trabalhadora. Fernando Henrique Cardoso afirmava que a formação da indústria brasileira se processara através de surtos de crescimento descontínuos pautados por decisões desencadeadas fora do sistema econômico nacional, e esse fato havia provocado um recrutamento dos

trabalhadores regulado por esse movimento, determinando uma feição particular ao comportamento do operariado no Brasil⁽⁵⁾. Sujeita a recrutamentos descontínuos, a classe trabalhadora veria limitada tanto sua condição de engajamento ao sistema quanto suas perspectivas de integração na sociedade. A heteronomia da formação da classe operária era ainda um elemento explicativo do seu grau de mobilização: os "velhos" operários (migrantes europeus) recrutados nas duas primeiras décadas deste século distinguiam-se dos "novos" (migrantes rurais) por serem mais experientes e possuírem maior capacidade de organização. Daí a presença anarquista nas mobilizações e organizações dos trabalhadores contrapondo-se à "manipulação" que o Estado no pós-30 pode operar sobre as massas inexperientes.

O enfoque sociológico que elegeu elementos ligados à formação da classe operária como determinantes das alternativas que se colocaram em relação à orientação dos trabalhadores, tanto do ponto de vista sindical quanto político e ideológico⁽⁶⁾, suscitou uma gama variada de revisões, oriunda de trabalhos voltados tanto para o campo da história da classe operária quanto para um enfoque mais propriamente político em torno das articulações firmadas entre operariado, burguesia industrial e Estado⁽⁷⁾.

Na trilha dos estudos sobre a composição e formação da classe operária, com base em pesquisa realizada na imprensa operária, Michael Hall questionou a presença de um bloco homogêneo de imigrantes, com experiência industrial e por isso imbuídos de ideais igualitários. Hall procurou

demonstrar que os imigrantes eram provenientes de regiões do sul europeu - e por isso rurais - além da dificuldade em harmonizar diferentes grupos étnicos, o que favorecia o individualismo de grande parte do contingente imigratório⁽⁸⁾. Por outro lado, Boris Fausto realizou um amplo estudo sobre o processo de formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro e em São Paulo também apoiado em forte levantamento de fontes primárias, destacando sobretudo a multiplicidade de correntes organizatórias dos trabalhadores do final do sec. XIX até 1920⁽⁹⁾. Na realidade, vários outros trabalhos procuraram não só recuperar a diversidade da ação operária nos anos que antecederam 1930, mas também trazer novos elementos acerca da penetração do anarquismo no movimento operário e sindical sobretudo paulista⁽¹⁰⁾. Vale mencionar ainda os inúmeros estudos voltados para a análise das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores no pré-30, assim como das estratégias de controle do operariado desenvolvidas pelo patronato.

A abordagem política das questões relativas à organização e atuação dos trabalhadores priorizou por sua vez a análise da relação entre Estado e sindicato pós-30, a discussão em torno da criação da legislação trabalhista que datava já dos anos 20 e da atuação da burguesia industrial ao longo desse processo. Werneck Vianna procurou criar uma nova periodização da história do movimento operário e sindical, criticando os trabalhos cuja fixação de etapas priorizavam critérios endógenos à reorganização sindical e desprezavam assim os momentos de ordenação do sistema legal e de definição de políticas para as classes subalternas⁽¹¹⁾. Seu

trabalho procurou então analisar a relação das formas organizativas operárias com o modelo de Estado vigente, subordinando esse processo às necessidades da implantação e consolidação do capitalismo no Brasil. Maria Hermínia Tavares de Almeida procurou por sua vez incorporar em seu trabalho sobre Estado e classes trabalhadoras no Brasil entre 1930 e 1945 algumas contribuições oriundas de análises que vinham sendo elaboradas por alguns economistas em torno das particularidades do processo de industrialização do país, mantendo contudo a questão da participação política da classe trabalhadora como um dos eixos de sua investigação. Nesse sentido, a autora privilegiou o período pós-30 considerando que, entre outras razões, aquele havia sido o momento de transformação das massas trabalhadoras urbanas em força política de expressão nacional⁽¹²⁾. Como um dos aspectos centrais de seu trabalho era a análise do sindicato e da legislação trabalhista, Werneck Vianna também concentrou sua análise no período posterior a 30. O deslocamento da ótica sociológica para a ótica política⁽¹³⁾ privilegiando o período pós-30 do ponto de vista da atuação organizada dos trabalhadores tomava contudo como pressuposto a debilidade de sua presença no pré-30 - sobretudo pela forte influência do anarquismo - e a incapacidade de transformá-la numa ação política.

Nesse campo e mais recentemente, o trabalho de Angela Gomes introduziu uma importante inovação. Ao analisar as condições do advento do fenômeno do trabalhismo, a autora situou numa outra perspectiva a atuação sindical e política

dos trabalhadores, apontando para a multiplicidade de projetos - divergentes entre si - de construção de uma identidade da classe trabalhadora ao longo da Primeira República e para a posterior incorporação desse discurso pela política trabalhista implementada durante o Estado Novo, que lhe conferiu um outro significado⁽¹⁴⁾. É também no interior de uma outra perspectiva que Ângela Gomes voltou-se para a análise do período 1930-35, relativizando a resistência dos sindicatos à forma corporativa imposta pela lei de sindicalização, e examinando os matizes do atrelamento sindicato-Estado que conferiram na prática uma brecha à ação daquelas organizações.

A análise que se segue sobre a atuação específica dos trabalhadores metalúrgicos paulistas no campo da organização de seus interesses e de sua atuação sindical e política entre os anos de 1919 e 1935, pretende exatamente situar a discussão no campo de articulação das relações entre operariado, Estado e burguesia industrial em torno da questão social nas diferentes modalidades que se apresentam ao longo desse período. Nessa perspectiva, nosso objetivo consiste em examinar as experiências de organização coletiva dos interesses dos metalúrgicos inseridas num momento de reordenação da questão social por parte do Estado. As transformações operadas no interior do Estado liberal nesse campo iniciaram-se com o processo de regulamentação do mundo do trabalho que se seguiu à mobilização dos trabalhadores ocorrida em meados da década de 10. A redefinição da ordem liberal para a cooperativa implicou em seguida na criação de um novo estatuto para o trabalhador através da formulação de

uma legislação sindical e trabalhista. Ainda sem impor-se plenamente no período 30-35, a nova ordem abriu espaço para a atuação dos trabalhadores no interior mesmo dos sindicatos criados pela legislação sindical vigente, e mesmo as experiências independentes ainda demonstram^{to} algum fôlego, muito embora se mantivessem cada vez mais distantes do conjunto da massa trabalhadora.

NOTAS

- (1) Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall - A classe operária no Brasil, 1982-1990, documentos, vol. II, p. 10
- (2) Luís Werneck Vianna - Liberalismo e Sindicato no Brasil, p. 31-32
- (3) Paulo Sérgio Pinheiro - prefácio à História da indústria e do trabalho no Brasil de Francisco Foot e Victor Leonardi, p. 14
- (4) Eric Hobsbawn - "História do trabalho e ideologia", p. 15
- (5) Fernando Henrique Cardoso - Mudanças sociais na América Latina, p. 201-202
- (6) Entre os trabalhos clássicos dessa abordagem, figuram José Albertino Rodrigues, Sindicato e desenvolvimento no Brasil e Leôncio Martins Rodrigues, Conflito industrial e sindicalismo no Brasil e Industrialização e atitudes operárias.
- (7) Uma primeira revisão do enfoque sociológico foi feita por Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero em Estudios sobre los orígenes del peronismo, com o objetivo de reavaliar os "mitos" criados em torno da composição e participação política da classe operária, no momento anterior à ascensão do peronismo.
- (8) Michael Hall - "Imigração e classe operária em São Paulo", mimeo
- (9) Boris Fausto, Trabalho urbano e conflito social

- (10) Entre outros, vale lembrar os trabalhos de Cláudio Batalha, Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930); Cristina Hebling Campos, O sonho libertário; Silvia Lang Magnani, O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917) e Sheldon Leslie Maram, Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890-1920
- (11) Luis Werneck Vianna, op. cit., p. 36-37
- (12) Maria Hermínia Tavares de Almeida - Estado e classes trabalhadoras no Brasil, 1930-1945. p. 158
- (13) Vale mencionar a contribuição pioneira de Francisco Weffort que, no campo da política, desenvolve suas análises sobre a atuação coletiva dos trabalhadores urbanos sem submetê-la às determinações de ordem estrutural
- (14) Angela de Castro Gomes - A invenção do trabalhismo, primeira parte. Mais recentemente a autora retoma essa questão em seu artigo "República, trabalho e cidadania" in Corporativismo e desigualdade - a construção do espaço público no Brasil.

I - VARIACÕES NO TRATAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

No contexto da Primeira República, o tratamento dado à "questão social" por parte do Estado se estruturou sobre as bases da ordem liberal vigente. Revestido da função de zelar pelo cumprimento das leis que visavam a garantia da liberdade dos indivíduos, o Estado liberal estendeu esse princípio à relação entre patrões e empregados. Werneck Vianna e Kazumi Munakata observaram que não havia incompatibilidade no fato de um Estado liberal tratar a questão social como "caso de polícia", na medida em que o liberalismo brasileiro, adequado à dominação burguesa, garantia a intervenção policial em caso de agitações operárias, assegurando ao patrão o domínio absoluto em sua empresa⁽¹⁾.

A adequação do liberalismo à ordem oligárquica e à ordem federativa é comprovada pelo próprio funcionamento da "política dos governadores". Essa prática garantia a consolidação das frações oligárquicas que estavam de posse da direção dos estados, na medida em que reconheciam e apoiavam o presidente da República, e em troca recebiam apoio político, recursos e favores pessoais por parte do poder central⁽²⁾. No seu controle estavam os estados de São Paulo e Minas Gerais em função não só da numerosa bancada representante desses estados no Congresso - número definido pelo peso demográfico dessas unidades - mas também da importância econômica que desfrutavam no quadro da Primeira República. As atividades agrário-exportadoras calcadas nos interesses da economia cafeeira, núcleo da acumulação de

capital no país, convinha a vigência de uma ordem liberal. De forma ambígua, contudo, considerando que a defesa desses interesses exigiu algumas vezes a intervenção estatal como foi o caso dos programas de valorização do café que tiveram lugar ao longo da Primeira República. Elisa Reis aponta para as particularidades do liberalismo econômico da Primeira República na medida em que "uma vez consolidada a República e com ela a incontestável dominação das oligarquias rurais, a defesa do laissez-faire cedeu lugar a uma pressão crescente dos cafeicultores pela intervenção do poder público na esfera econômica"⁽³⁾. A autora coloca por outro lado que, como o federalismo impunha um padrão de demandas regionalmente segmentadas, foi possível ao Estado crescer e centralizar poder sem passar pela mediação de interesses divergentes, lançando as bases da construção de um estado autoritário.

Por parte da burguesia industrial, vale repetir a já sabida posição não hegemônica de seus interesses junto ao Estado na Primeira República. Em A Revolução de 1930: historiografia e história, Boris Fausto analisou exaustivamente a inexistência de contradições antagônicas entre os interesses agro-exportadores e da burguesia urbana. A complementariedade existente entre a economia exportadora e o surgimento e crescimento da indústria foi por outro lado objeto de análise de alguns economistas ao longo da década de 1970⁽⁴⁾ que, através da formulação do modelo de complexo cafeeiro, procuraram demonstrar a contraditória articulação existente entre capital cafeeiro e capital industrial e a relação de subordinação do segundo em relação ao primeiro. Nesse sentido, o processo de industrialização instaurado na

Primeira República teria seus limites impostos pela dinâmica da acumulação cafeeira, concentrando-se assim na produção de bens de consumo não durável.

Convém contudo investigar como a burguesia industrial se adequou aos princípios liberais vigentes e como se posicionou num quadro de não hegemonia de seus interesses. O resgate da atuação dessa classe no quadro político da Primeira República deve partir do princípio de que ela nele se inseriu de uma forma específica, além de ser fundamental "estabelecer o que o empresariado foi e não aquilo que não foi ou que deveria ter sido"⁽⁵⁾. Com o objetivo de examinar como a ação burguesa se estruturou face a uma questão específica - a regulamentação das condições de compra e venda da mercadoria força de trabalho - que é fundamental para seu desenvolvimento como classe, Angela Gomes analisou as "formas específicas de articulação e atuação políticas do empresariado que iriam realizar-se através de canais e procedimentos liberados da presença oligárquica"⁽⁶⁾. Desta forma, a autora nega que a burguesia urbana fosse incapaz de ter uma participação política e que não tivesse projetos e concepções sobre a realidade social, posto que não era passiva face ao Estado e aos interesses agro-exportadores.

Essa afirmação não pretende negar a existência de uma complementariedade entre interesses agrários e industriais. Pelo contrário, a autora evoca o trabalho de Luis Werneck Vianna que enfatiza a compatibilidade existente nessa relação ao nível político, afirmando que o regime liberal garantia a implantação do federalismo que por sua vez

garantia o domínio oligárquico e clientelístico. E mais ainda: na base desse regime, defendia-se o mercado de trabalho livre da presença do Estado e dos sindicatos. Esses argumentos reforçam a noção de Werneck Vianna no sentido de que o Estado oligárquico trazia consigo a presença da dominação de interesses agro-exportadores, cabendo à burguesia industrial ajustar-se a essa ordem no interior da qual sua atuação era possível. Angela Gomes aponta por sua vez para a ambiguidade do comprometimento da burguesia urbana com o princípio liberal do não-intervencionismo estatal, pois, se em relação ao protecionismo tarifário aquele segmento defendia a intervenção do Estado, no caso da questão social reagia à regulamentação da força de trabalho.

Por parte do Estado oligárquico, a questão social seria regulamentada somente a partir de 1919. A Constituição de 1891 não possuía nenhum dispositivo que versasse sobre a questão do trabalho. Até 1919, houve uma única lei reguladora, referente às associações operárias (Decreto nº 1637 de 5 de fevereiro de 1907), que dispunha sobre a criação de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas, reconhecendo o direito de livre reunião e associação para trabalhadores de qualquer profissão⁽⁷⁾. Nesse caso, o sindicato era reconhecido fora da órbita governamental, e o decreto teve exclusivamente a função de institucionalizar organizações já existentes, sobretudo pelo ascenso do movimento operário ocorrido naquele momento.

Considerando esse quadro, Werneck Vianna procurou formular uma periodização da história do movimento operário

sindical articulando dois elementos, a saber, os fatores endógenos ao movimento operário e os diferentes movimentos de ordenação do sistema legal e de definição de políticas para as classes subalternas. O autor considera que o período 1891-1919 define-se como um momento em que os sindicatos são livres e autônomos, atuando fora da intervenção do Estado. O fato de os operários terem o seu direito de organização reconhecido em 1907 e daí agirem como grupo de pressão criara uma situação ambígua, na medida em que, enquanto a Constituição havia celebrado os princípios de não-intervenção e de garantia da inviolabilidade da propriedade, o decreto de 1907 reconhecia a existência dos sindicatos⁽⁸⁾.

O ano de 1919 marcou o início do processo de intervenção do Estado nas questões de trabalho, aprofundando as ambiguidades de um Estado dominado pelos preceitos do liberalismo. A partir de 1917 o movimento operário registrou um ascenso de mobilizações e greves no Rio e em São Paulo, levando alguns deputados federais como Maurício de Lacerda, Nicanor Nascimento e Deodato Maia a formularem uma legislação sobre o trabalho⁽⁹⁾, ao mesmo tempo em que denunciavam as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, colocando-se a seu lado em relação aos movimentos grevistas. Vale ainda lembrar os efeitos da Primeira Guerra Mundial na economia do país, e particularmente junto a população que sofria nesse momento com a redução de salários e com o aumento do custo de vida. Por outro lado, a assinatura do Tratado de Versalhes - acordo firmado internacionalmente no final da guerra em função da necessidade e da urgência em

estabelecer medidas de proteção aos trabalhadores urbanos - do qual o Brasil era também signatário introduziu no país a necessidade de cumprir as metas por ele designadas.

Embora a discussão sobre a instauração de leis trabalhistas tivesse se iniciado em 1917 com o debate em torno dos projetos do Código do Trabalho e da criação de um Departamento Nacional do Trabalho, além da formação na Câmara dos Deputados da Comissão de Legislação Social, somente em 15 de janeiro de 1919 foi sancionada a primeira lei trabalhista no país, a Lei de Acidentes de Trabalho (Decreto nº 3724), que sofreria algumas reformas em 1923. Angela Gomes aponta para o fato de que essa lei consistia numa única parte de uma legislação bem mais abrangente que havia sido levada à Câmara e nesse sentido foi criticada por aqueles que julgavam que sua função restringia-se exclusivamente a acalmar os operários (10).

Convém observar que a década de 20 foi um momento em que a Câmara dos Deputados foi palco das discussões sobre leis trabalhistas, em paralelo à formulação de medidas de controle via repressão do movimento operário e sindical. É nesse contexto que ocorre a aprovação em 6 de janeiro de 1921 do Decreto nº 4.247, conhecido como lei de Expulsão de Estrangeiros. Tempos depois, a vitória de Artur Bernardes nas eleições presidenciais e o endurecimento político que daí adveio com a decretação do estado de sítio ao longo de quase todo seu governo consolidou uma estratégia de repressão às mobilizações operárias e sindical.

De qualquer forma, a legislação que passou a se

impor em 1919 e ao longo da década de 1920 definiu uma alteração decisiva nos princípios de não-intervenção do Estado.

Ao longo do governo Bernardes (1922-1926), ao mesmo tempo em que foi registrado um descenso da mobilização operária, foram promulgadas algumas leis trabalhistas e de previdência social. Em 24 de janeiro de 1923, foi aprovada a Lei 4.682 que determinou a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões para os empregados em estrada de ferro, e três anos depois o benefício seria estendido aos estivadores e marítimos. Em 30 de abril do mesmo ano, Bernardes assinou o Decreto nº 16.027 criando o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), cuja função era a de assessorar o governo federal em matéria trabalhista. A criação desse órgão substituiu o Departamento Nacional do Trabalho (DNT) que, embora criado em 1918, sofreu a resistência dos industriais e nunca funcionou. Segundo Marisa Saens Leme, os industriais temiam que o DNT se tornasse um árbitro na relação entre patrões e empregados, o que até então restringira-se à alçada policial⁽¹¹⁾. Daí o nascimento do CNT como órgão consultivo e não como árbitro das questões trabalhistas. Esse órgão foi no entanto reorganizado em 19 de janeiro de 1928 (Decreto nº 18.078) cabendo-lhe o julgamento sobre questões trabalhistas.

Ainda em 1923 foi discutida a proposta de formulação de um Código de Trabalho que redundou exclusivamente na promulgação de duas leis anos mais tarde. Em 24 de dezembro de 1925, o Decreto nº 4.982 instituiu a lei que concedia anualmente 15 dias de férias aos empregados do comércio.

indústria e bancos, e que foi regulamentada pelo Decreto nº 17.496 de 30 de dezembro de 1926. Foi ainda em 1926, no dia 1º de dezembro, a promulgação do Código de Menores (Decreto nº 5.086) - e cuja regulamentação ocorreu em 12 de outubro do ano seguinte (Decreto nº 17.943) - estabelecendo o limite de 14 anos para o trabalho nas indústrias manufatureiras e o máximo de 6 horas para trabalhadores até 18 anos, sendo vedado o trabalho noturno. Com a Reforma Constitucional de 1926 que consolidou uma forte tendência centralizadora e de fortalecimento do Executivo federal, o Congresso ficava definitivamente incumbido de legislar sobre questões relativas ao trabalho.

Os trabalhos de Werneck Vianna, Angela Gomes, Kazumi Munakata e Marisa Saens Leme destacam a forte presença dos industriais através das associações de classe na discussão e regulamentação desses projetos. Destacamos aqui duas linhas de argumentação sobre o sentido e o significado dessa presença.

Angela Gomes aponta para a existência de interesses industriais e comerciais organizados e atuantes politicamente na Primeira República, embora secundários face aos interesses agrários. Com atenção voltada especificamente para o Rio de Janeiro, a autora destaca que, face às greves deflagradas entre 1917 e 1920, o patronato desenvolveu uma capacidade de articulação e organização que lhe permitiu intervir também na elaboração dos projetos a partir de 1919, quando o Estado passou a intervir e formular leis. Segundo ela, "toda a prática empresarial orienta-se no sentido de penetrar nas

brechas abertas pelo aparelho de Estado, procurando afirmar e aumentar sua margem de poder possível que, no caso, é a de influenciar o curso de enfrentamento da questão social", (12). Em resumo, discurso e prática empresarial caminhavam de um lado em defesa dos princípios liberais e de outro para a aceitação de regulamentação do trabalho que consistia numa revisão da prática do próprio liberalismo. Pressionado pelo movimento operário e sem o controle político do Estado, o empresariado procurava desta forma limitar as exigências e retardar a implementação das leis sociais.

A argumentação de Werneck Vianna caminha em outra direção, identificando no ano de 1920 a articulação de um projeto político de hegemonia de classe por parte da burguesia industrial de tipo fordista, que tornava possível o fortalecimento de seu poder na esfera da sociedade civil para posterior controle do aparelho do Estado. A reação à regulamentação do trabalho expressava assim o compromisso dessa fração de classe com o liberalismo que lhe garantia a acumulação de capital e a contraposição à atividade interventora do Estado (13).

Werneck Vianna considera ainda que até 1932 o liberalismo fordista da burguesia industrial hostilizou as tentativas de formulação e/ou aplicação de leis sociais, e somente a partir daí os empresários passaram a incorporar não sem conflitos a legislação social, até que a estrutura corporativa sindical se consolidasse e se constituísse no projeto consensual das classes dominantes. Já Angela Gomes apontaria para a capacidade do empresariado em combinar

postulados liberais com a proposta intervencionista em campos de seu interesse, como no caso da regulamentação do trabalho e da obtenção de tarifas protecionistas para a indústria. Acrescentaria ainda que não era possível desprezar a atuação dos empresários junto às associações de classe, considerando que esse foi um elemento fundamental na abertura de canais de participação daquele segmento na formulação de projetos e da própria regulamentação das leis sociais⁽¹⁴⁾.

De qualquer forma, convém observar que, apesar da promulgação de algumas leis sociais, a década de 1920 se encerrou sob a marca do desrespeito da burguesia industrial aos seus termos, e sem que o Estado exercesse mecanismos de fiscalização para o cumprimento daquelas medidas. Os trabalhadores por sua vez não se encontravam de tal forma mobilizados e organizados para a garantia de seus direitos, apesar da retomada da mobilização operária e sindical ocorrida ao final da década.

* Não é novidade que a conjuntura política que se abriu com a Revolução de outubro de 1930 estabeleceu uma rearticulação entre forças políticas dominantes provocando uma redefinição da relação entre Estado, trabalhadores e burguesia industrial. O período 1930-1935 configurou-se como um momento em que o Estado, além de regulamentar sobre a organização dos trabalhadores em sindicatos, lançou um conjunto de leis de regulamentação do trabalho. A intervenção do Estado no mundo do trabalho ampliou-se significativamente através da nova legislação trabalhista e sindical, que, apesar de seus matizes corporativistas, não

implicou numa imediata submissão dos trabalhadores a esse modelo. Houve ainda espaço para a sua organização autônoma, até mesmo no interior dos sindicatos oficiais.

Interessa-nos examinar aqui como se processou essa reordenação construída no interior de uma disputa entre as facções dominantes e a sua relação com o Estado e com as classes dominadas, para que se entenda o espaço que coube à questão social. Nesse sentido, o primeiro aspecto a ser examinado versa sobre a natureza do movimento de 1930 e a subsequente articulação entre Estado e classes.

A crítica à dualidade entre interesses cafeeiros e industriais como motor explicativo da Revolução de 1930 vem sendo objeto de análise já há pouco mais de duas décadas. No fundamental, essa revisão se direcionou para a recusa da noção de Estado como comitê executivo de uma classe ou seja, afastou-se a noção de que o Estado pós-30 reflete os interesses de uma fração de classe dominante em proveito da idéia de autonomia desse Estado.

A primeira formulação que se contrapôs ao Estado como comitê executivo de uma classe veio com a noção de Estado de compromisso trazida por Francisco Weffort. Em linhas gerais, a noção de Estado de compromisso reside na idéia de que o Estado que emerge da Revolução de 30 se firma num momento de crise de hegemonia face à incapacidade dos grupos dominantes de assumir o seu controle político. O Estado emerge assim como árbitro entre os vários interesses distintos. Como coloca Maria Herminia Tavares de Almeida, a

argumentação de Weffort apoia-se na análise econômica cepalina para a qual existia uma complementariedade de interesses entre burguesia industrial e grupos agrários, e não um antagonismo entre as classes, como tradicionalmente era visto o marco de 1930, enquanto transposição mecânica do modelo clássico de Revolução Burguesa (15).

Em A Revolução de 30: historiografia e história, Boris Fausto utilizou a categoria definida por Weffort, procurando traçar um amplo perfil sobre a crise do pacto oligárquico dos anos 20 e a nova composição política que se estrutura a partir de outubro de 1930. Do ponto de vista da relação estabelecida entre Estado e classe operária, aquela noção sustenta que o Estado que emerge em 1930 altera a sua relação com os trabalhadores, e, ao incorporá-los à nova composição política através da criação de uma legislação trabalhista e sindical, procura construir as bases de sua legitimidade.

Embora não compartilhe com essa tese, Sonia Draibe aponta com justeza para o mérito dessa explicação que tentou captar as particularidades de um momento de transformação capitalista no Brasil em moldes distintos do modelo democrático-burguês de revolução e que abriu espaço à temática específica do Estado (16). A autora demonstra contudo suas divergências com a fórmula estabelecida pela noção de Estado de Compromisso no sentido que, comprometida com a idéia de aliança política, torna-se problemática como instrumento de análise acerca da instabilidade de coalizões políticas que se estabeleceram em seguida num período de

heterogeneidade de interesses⁽¹⁷⁾. Draibe demonstra ainda como a noção de Estado de Compromisso não define a especificidade da organização e expressão política dos interesses fundamentados num movimento histórico concreto⁽¹⁸⁾. Em linhas gerais, a argumentação da autora consiste no seguinte: "não há nenhum automatismo de fundamento econômico na construção de um bloco histórico e sua formação passa pela constituição de forças sociais e políticas transformadas em forças dirigentes capazes de articular interesses estratégicos em um conjunto mais amplo de interesses sociais"⁽¹⁹⁾. Nesse sentido, a autonomia do Estado pós-30 se enraizaria numa multiplicidade de forças políticas heterogêneas que possuíam um sentido social e expressavam relações de poder definidas na luta política.

Embora sustentando a noção de uma autonomia do Estado no pós-30 na medida em que o domínio econômico-social de uma classe não implica na sua apropriação do aparato do Estado, Werneck Vianna critica o que considera politicismo das análises sobre o significado de 1930 que passam a esconder a existência de uma relação de dominação política. Nesse sentido, afirma que o processo político que se instaura a partir da Revolução de 30 insere-se na estratégia da acumulação capitalista que será garantida através da instalação de uma forma corporativa de regime e de uma legislação trabalhista, garantindo a dominação burguesa⁽²⁰⁾. Werneck Vianna acrescenta que "a estabilidade do regime dependeria de uma autonomização política do Estado, diante da diversidade dos interesses coligados" na nova composição de poder⁽²¹⁾. Por outro lado, o autor não identifica a autonomia

do Estado de uma forma absoluta, na medida em que percebe um sentido determinado na política econômica desse Estado concebida plenamente com a implantação do Estado Novo.

Entretanto, enquanto Boris Fausto identifica um caráter modernizante, industrializante e corporativo no Estado que emerge em 1937, Werneck Vianna defende que já em 1930 o Estado apresenta-se como uma "revolução pelo alto" que corresponde não a uma ou outra facção dominante, mas a um projeto corporativo, que, com o esgotamento do liberalismo, viria a criar as condições para a acumulação industrial no país (22).

As críticas mais substantivas às noções de Estado de Compromisso e de "revolução pelo alto" concentram-se sobretudo naquelas análises que, procurando examinar as alternativas que se colocam no campo da ação política, reavaliam interpretações mais generalizantes e/ou fundamentadas por modelos advindos de outras experiências.

Embora reconheça o mérito de a noção de Estado de Compromisso ater-se às particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Sonia Braibe defende que tal noção tende a ser vista como sinônimo de aliança política, o que a torna insuficiente como instrumento de análise acerca da instabilidade de coalizões políticas num período de heterogeneidade de interesses, (23) sem atenção à especificidade da sua organização e expressão política. Por outro lado, em relação à idéia de "revolução pelo alto", Braibe aponta para o esquematismo contido nesta

interpretação, por não atentar para a especificidade da revolução burguesa nas condições do desenvolvimento do capitalismo tardio⁽²⁴⁾, que não pode ser examinada exclusivamente a partir de uma determinada estrutura de poder ou de casuísmos que acabariam reduzindo as explicações a articulações conjunturais de interesses.

Maria Herminia Tavares de Almeida também compartilha das críticas à noção de "revolução pelo alto", discordando sobretudo da interpretação de Werneck Vianna sobre a articulação de poder que se consolida em 1930 impulsionando e garantindo a industrialização. A autora julga que na ausência de classes nacionais e dotadas de capacidade hegemônica, o período que se abriu em 1930 é marcado pela reorganização das relações sociais no âmbito nacional a partir de setores ligados ao aparato do Estado. Embora baseada na noção de Estado de Compromisso, sua análise apresenta algumas diferenciações, na medida em que avança na formulação acerca da natureza do Estado pós-30, enfatizando a autonomia da burocracia estatal que, segundo ela, é responsável pela formulação de políticas econômicas e pela imposição de modelos institucionais que não correspondiam aos interesses específicos de um setor social, e que eram vinculados sobretudo ao projeto tenentista. Em relação à questão social, Tavares de Almeida discorda igualmente da concepção de Werneck Vianna de que a legislação trabalhista implantou-se como uma forma de viabilizar a acumulação capitalista, e conduz sua análise na perspectiva de que a adoção da legislação tem um fundamento político⁽²⁵⁾.

Angela Gomes por sua vez define o período de 30-35 como marcado pelo rompimento de um pacto político e pela não recomposição das forças políticas, valorizando-o assim como um momento intensamente rico pelas alternativas colocadas e pela possibilidade de atuação de vários segmentos sociais. Por essa razão, a autora afirma que não havia uma única direção possível do processo político que se abria e que, embora o novo Estado tivesse uma orientação corporativista, não foi imediata a implantação desse projeto. Como um dado dessa impossibilidade, vale registrar a resistência do empresariado e de parcela do movimento operário, assim como da oligarquia agrária. Nesse sentido, vale a afirmação de que "... no período que vai de 1930 a 1937, ou pelo menos até 35, a redefinição corporativa da ordem institucional-legal não é, em absoluto, um fato decidido e muito menos acabado." (26)

Cabe agora examinar o impacto do Estado que se organiza a partir de 30 no tocante à questão social. Embora antes de 30 o Estado já legislasse em torno do trabalho, a questão social assume uma dimensão distinta no pós-30, tornando-se sobretudo um elemento importante para um Estado que privilegia em seu discurso a adoção de uma política social. A formulação em simultâneo de uma legislação trabalhista e sindical estabeleceu uma nova relação entre Estado e classe trabalhadora condicionando a concessão de benefícios sociais à organização dos trabalhadores em sindicatos. A criação dos sindicatos oficiais visando também o controle das relações entre empregados e patrões introduziu por sua vez uma nova forma de organização dos trabalhadores, dificultando a permanência de formas autônomas e

independentes de associação de classe.

As primeiras medidas tomadas em atenção à questão social foram a criação já em novembro de 1930 do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e em seguida, em março de 1931, a promulgação do Decreto nº 19.770, que estabeleceu os princípios da sindicalização trazendo as associações operárias para a órbita do Estado. O conteúdo expresso pelo decreto de que somente os sindicalizados gozariam dos benefícios da legislação social definiu um novo patamar em relação às associações operárias. Impondo-lhes um determinado padrão de organização, colocou-lhes o dilema: ou aderiam aos novos princípios, ou ficavam independentes sem respaldo da lei e sem a garantia de obter benefícios sociais.

Foi a partir de 1932, durante a administração do ministro do Trabalho Indústria e Comércio Salgado Filho, que quase todas as leis sociais foram promulgadas, o que impulsionou o desenvolvimento do sindicalismo oficial.

Para Werneck Vianna, é contudo a passagem de uma ordem liberal para uma ordem corporativa que se torna central para a análise da relação entre Estado e consciência e organização operária nesse momento, na medida em que desde 1919 o Estado já vinha intervindo no mercado de trabalho através da promulgação de leis sociais. A particularidade desse momento deve-se assim segundo ele não à legislação criada e sim aos princípios definidos pelo Estado corporativo voltado para o controle e para a repressão da ação operária sobretudo através da liquidação das organizações

independentes⁽²⁷⁾. O pressuposto de sua análise é que o Estado corporativo nascente responde ao projeto de acumulação capitalista em curso, contrariando a tese de que o Estado emergente em 1930 é definido pela incapacidade dos grupos dominantes em assumir o seu controle político. Fugindo do risco do politicismo, Werneck Vianna acaba privilegiando a determinação econômica nas relações entre Estado e classes.

Por outro lado, devem ainda ser considerados alguns elementos importantes no que diz respeito aos efeitos da nova política de Estado face à ação e organização operária. Enquanto Weffort aponta para o argumento de que houve uma desorganização das associações de trabalhadores no pós-30, Maria Herminia procura demonstrar uma outra série de fatores que, ressaltando os limites da ação e da organização operária antes de 1930, conclui pela impossibilidade de sobrevivência das associações classistas à margem do sindicato oficial. Segundo a autora, antes de 1930 as classes trabalhadoras não podiam ser identificadas como classe politicamente constituída em escala nacional, com entidades representativas já formadas, cristalizadas e capazes de definir linhas de conduta coletiva referidas às contingências concretas das disputas pelo poder. Existia, segundo ela, não uma classe operária mas uma massa de trabalhadores fabris, de serviços, sub-empregados que vivia em condições penosas de vida e de trabalho com alto potencial de combatividade quando os controles repressivos eram afrouxados, mas que dificilmente podia ser pensada como força estruturada no plano sindical e de alguma forma unificada na ação política em direção ao Estado. Apontando para a fraqueza dos organismos classistas,

além da atomização e ausência de claras diretivas políticas dos agrupamentos com trabalhadores mais combativos, a autora combate a noção de que a intervenção governamental nas relações de trabalho e na criação de uma organização corporativa de classe tivesse um papel desorganizador das classes subalternas, que pressupunha uma prévia estruturação da ação sindical e política. Esse argumento redundava na afirmação de que o enquadramento na estrutura sindical legal se impôs pela própria fraqueza do movimento trabalhador. Por outro lado, Maria Herminia relativiza a legislação social pré-30 no que diz respeito não só à sua extensão mas também à sua eficácia real (28).

Essa linha de argumentação tende a privilegiar assim o pós-30 na exata medida em que é a partir desse momento que, segundo a autora, ocorre a transformação das massas trabalhadoras urbanas em força política de expressão nacional. Essa noção parece desqualificar a organização dos trabalhadores antes de 1930, desconhecendo o sentido de sua ação e suas formas associativas.

A própria tendência que prevaleceu durante alguns anos em analisar a relação entre sindicato e Estado somente a partir de 1930 constitui-se como um dado revelador da desqualificação da ação sindical e política das classes subalternas antes desse marco, em contraposição à valorização do pós-30 enquanto momento de organização dos trabalhadores. Não foi à toa que Maria Herminia identificava o anarquismo como uma forma de "vivência política rudimentar" (29) predominante no momento que antecedeu a constituição de uma

classe operária nacional e politicamente unificada, quando os trabalhadores se tornariam atores políticos. Da mesma forma, Werneck Vianna apontava para os limites da ação operária antes de 1930: "a intensa movimentação operária, apesar do jargão anárco-sindicalista, que politizava agudamente seu discurso, não ultrapassou a luta por reivindicações econômicas e sociais, não se apresentando como adversário político. Faltava-lhe organização partidária, estratégia para ação e um sistema de alianças que criasse as bases para sua influência política e social. O aliado clássico da classe operária - os camponeses e trabalhadores do campo em geral - se encontravam ferreamente submetidos aos agrários. No plano da política oficialmente constituída, as lideranças operárias passavam ao largo da dissidência oligárquica e das próprias rebeliões da juventude militar" (30).

Ora, o conteúdo dessas afirmações tinha como pressuposto um certo modelo de ação política que não admitia a existência de experiências tais como a recusa à participação no jogo político nacional e à busca de alianças com outras camadas sociais, conforme defendiam os anarquistas.

Deve-se contudo observar que, foi a partir de meados da década de 1970 que se iniciaram estudos mais específicos sobre a história do movimento operário, e o desenvolvimento desses trabalhos trouxeram à luz as diversas experiências de ação dos trabalhadores, a sua orientação e ainda as suas particularidades regionais. A partir daí, tornaram-se cada vez mais insuficientes as análises cujos argumentos se

centravam nas noções de fraqueza não só da organização operária e de sua atuação política, mas também da própria classe, em estágio de formação e com pouco poder de mobilização.

Caberia aqui a crítica formulada por Kazumi Munakata no sentido de que a história do movimento operário não pode ser analisada se sua prática política estiver reduzida a determinações estruturais (31).

Sem dúvida, os estudos posteriores sobre a história da classe operária e do movimento operário e sindical trouxeram novos elementos para o exame da atuação e organização dos trabalhadores no campo da luta política.

NOTAS

- (1) Ver Luís Werneck Vianna - op. cit., p. 49 e Kazumi Munakata - A legislação trabalhista no Brasil, p. 14
- (2) Essa fórmula foi articulada pelo presidente Campos Salles (1898-1902) como forma de estabilizar o relacionamento entre poder central e as situações estaduais, e consistia na confirmação pelo governo federal dos candidatos eleitos para a Câmara Federal e que, por sua vez, eram reconhecidos pelos situacionismos estaduais
- (3) Elisa Pereira Reis - "Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930" in Economia e movimentos sociais na América Latina, p. 206. Da mesma autora, "Poder privado e construção de Estado sob a Primeira República" in Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil, organizador: Renato K. Boschi
- (4) Refiro-me aos trabalhos de Sérgio Silva - Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil; Wilson Cano - Raízes da concentração industrial em São Paulo; João Manuel Cardoso de Mello - O capitalismo tardio (contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira) e Liana Maria Aureliano - No limiar da industrialização
- (5) Angela Maria de Castro Gomes - Burguesia e trabalho político e legislação social no Brasil, p. 47
- (6) idem, p. 51
- (7) Antes disso, houve um outro decreto (no 979 de 6 de

janeiro de 1903) que se referia à organização dos profissionais da agricultura e indústria rurais em associações para a defesa de seus interesses. Idem, p. 57

- (8) Ver Luis Werneck Vianna, op. cit., p. 38-39
- (9) Para uma análise mais detida sobre esses debates ver Angela Maria de Castro Gomes, op.cit., p. 65-73. A autora analisa também as particularidades das posições das bancadas gaúcha e paulista sobre a regulamentação do trabalho. idem, p. 73-84
- (10) Idem, p. 88
- (11) Marisa Saenz Leme - A ideologia dos industriais brasileiros (1212-1945), p. 113
- (12) Angela Maria de Castro Gomes, op. cit., p. 163
- (13) Luis Werneck Vianna, op. cit., p. 65
- (14) Angela Maria de Castro Gomes, op. cit., Cap. IV
- (15) Maria Hermínia Tavares de Almeida - op. cit., p. 13-17
- (16) Sonia Draibe - Rumos e metamorfoses: Estado e Industrialização, p. 21
- (17) Idem, p. 23-24
- (18) Idem, p. 33
- (19) Idem, p. 41
- (20) Luis Werneck Vianna, op. cit., p. 111-128
- (21) Idem, p. 116
- (22) Idem, p. 128-141
- (23) Sonia Draibe, op. cit., p. 23-24
- (24) Idem, p. 26
- (25) Maria Hermínia Tavares de Almeida - op. cit., II

Parte, Cap. II-III

- (26) Angela Maria de Castro Gomes - op. cit., p. 217
- (27) Luis Werneck Vianna - op. cit., p. 142
- (28) Maria Herminia Tavares de Almeida - op. cit., p.
163-165
- (29) Idem, p. 168
- (30) Luis Werneck Vianna - op. cit., p. 73
- (31) Kazumi Munakata - Algumas cenas brasileiras, p. 4

II - OS PRIMÓDIOS DA INDÚSTRIA METALÚRGICA PAULISTA

As primeiras empresas metal-mecânicas instalaram-se em São Paulo em meados do século XIX voltando-se para a produção de máquinas e implementos destinados à atividade agrícola e ao beneficiamento do café. Segundo Suzigan, o desenvolvimento da agricultura (café, açúcar, algodão, etc.), dos transportes e de algumas indústrias de transformação a partir de meados do século XIX levou a um aumento da procura de produtos de metal, e a produção interna desenvolveu-se voltada para o fabrico de algumas máquinas agrícolas simples, como as de beneficiamento de café e arroz, bem como de moendas de cana, pexas para vagões ferroviários e bondes, pequenas embarcações a vela e a vapor, etc..⁽¹⁾ Antes disso, o trabalho em metais se restringira à produção de utensílios, ferramentas e implementos agrícolas. Ainda segundo Suzigan, foi a partir da década de 1870 que se acelerou o desenvolvimento das indústrias metal-mecânicas paulistas, acompanhando o desenvolvimento agrícola da província, sobretudo o plantio de café⁽²⁾. Várias empresas começavam a fabricar máquinas para processar café e arroz, moinhos de farinhas, máquinas para fabricação de açúcar, etc...

Durante a década de 1870, particularmente em São Paulo, houve um forte impulso à indústria metal-mecânica, com a fundação de diversas empresas produtoras não só de máquinas agrícolas, mas também de outras máquinas, e ainda artigos de metal para a indústria de construção, canos de chumbo, fogões e utensílios⁽³⁾. A razão desse estímulo, também ocorrido com

outras indústrias, foi não só a maior proteção dada à indústria de transformação no final da década de 70, mas também a demanda crescente de máquinas agrícolas, ferramentas, implementos, utensílios e artigos diversos de metal, decorrente do progresso da economia cafeeira e de algumas indústrias de transformação, bem como da construção de ferrovias e do desenvolvimento urbano.

Entre as décadas de 1870 e 1890, foram fundadas as maiores fundições e empresas metal-mecânicas paulistas: a Lidgerwood Manufacturing Company, criada em 1868 em Campinas e em 1889 em São Paulo; a Companhia Mac Hardy em 1875 em Jundiaí; a Arens Irmãos em 1890 em Campinas; a Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo no mesmo ano na capital; a Grande Fundição do Braz, em 1892 também na capital e a Craig & Martins, fundição de ferro e bronze criada na capital paulista em 1892. A maioria das novas empresas era contudo composta por pequenos estabelecimentos ⁽⁴⁾.

A mais importante dessas empresas era a Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, fundada pelo comerciante imigrante Alexandre Siciliano em sociedade com cafeicultores ⁽⁵⁾, e se voltara para a fabricação de uma variedade de máquinas e outros produtos: motores a vapor e a querosene, turbinas hidráulicas, rodas d'água, equipamento de iluminação, máquinas para carpintaria, equipamento para ferrovias e material de construção. A especialidade contudo era a fabricação de máquinas e outros equipamentos para beneficiamento do café, muito embora o principal negócio da empresa fosse o comércio de importação que incluía o cervão.

o coque, o ferro-gusa, o ferro fundido, barras e chapas de ferro, canos, cimento, arame comum e farpado, ladrilhos e tijolos refratários. O censo de 1907 registrou que a empresa tinha um capital de cinco mil contos, o que lhe valia o quinto lugar na indústria paulista em relação ao capital empregado.

Ainda segundo o censo de 1907, a Grande Fundição do Braz (Francisco Amaro), a Craig & Martins e a Companhia Mecânica e - Importadora já eram consideradas grandes indústrias metal-mecânicas. Juntamente com a Lidgerwood, a Mac Hardy e a Arens Irmãos, empregavam entre 100 e 350 operários cada uma, e produziam basicamente maquinaria agrícola, ferramentas e implementos agrícolas, pequenos motores a vapor, equipamento de transporte e peças, estruturas de ferro para construção, fogões, armações de camas, utensílios e outros artigos de metal. Já as demais fundições e indústrias metal-mecânicas paulistas empregavam menos de 100 empregados cada (6).

Nos anos que antecederam à 1^a Guerra Mundial, houve um impulso na indústria metal-mecânica, sobretudo no Estado de São Paulo. Segundo Suzigan, esse processo foi estimulado em todo o país não só pelo crescimento econômico em geral registrado sobretudo pela expansão das exportações de borracha e café, mas também pela crescente demanda por ferro e aço e sua manufaturas para obras de construção - incluindo ferrovias, equipamento dos portos e desenvolvimento urbano - e para as indústrias de transformação e de construção civil (7). Os investimentos nessa indústria se avolumaram a

partir de 1906-1907 e atingiram seu auge entre os anos 1912-1913, o que pode ser comprovado pela importação para o Brasil de maquinaria para trabalhos em metal. Sabe-se que a importação de maquinaria pesada para as indústrias era fundamental, na medida em que o Brasil não produzia esse equipamento.

A chegada da guerra impediu a continuação do fluxo de importação de maquinarias, do ferro e do aço, o que obviamente repercutiu sobre a indústria de todo o país, retringindo particularmente o desenvolvimento das indústrias metal-mecânicas que dependia quase que exclusivamente de matérias-primas importadas. Houve uma redução nos investimentos em geral; em contrapartida, Suzigan identifica dois momentos distintos do ponto de vista da produção. Um primeiro momento, de recuperação da crise instalada em 1914, quando, entre 1915 e 1916, houve um aumento real da produção para atender à demanda interna de bens de consumo até então importados. Já no segundo momento, entre 17 e 18, a produção declinou substantivamente em consequência da falta de matérias-primas e maquinaria importadas.

Existe uma ampla controvérsia sobre os reais efeitos causados pela guerra à indústria brasileira. Trataremos aqui de traçar as linhas mais gerais das análises sobre a questão, com exclusiva atenção às indústrias metalúrgicas.

Em seu trabalho clássico sobre a industrialização de São Paulo, Warren Dean destaca que foram instaladas durante a guerra numerosas oficinas metalúrgicas que

produziam peças de máquinas e máquinas inteiras de ferro fundido para a agricultura e outras finalidades, embora a maior parte desses estabelecimentos estivessem destinados ao reparo de equipamentos já existentes e a maioria deles tivesse fechado suas portas uma vez restaurado o fluxo de importação no pós-guerra⁽⁸⁾. Muito embora negue que a Primeira Guerra Mundial tenha estimulado a indústria paulista em geral e aponte para os limites do crescimento da indústria metalúrgica em particular, Dean afirma que algumas fábricas de reparo criadas durante a guerra ampliaram até mesmo sua produção e/ou diversificaram suas atividades⁽⁹⁾. Portanto, o núcleo do argumento de Dean reside na afirmação de que "a Primeira Guerra Mundial não foi, por si mesma, particularmente estimulante para a indústria paulista"⁽¹⁰⁾, e que a expansão das atividades de reparo não significa que a um choque exógeno tenha se sucedido um crescimento industrial.

Sérgio Silva e Wilson Cano contestam os pressupostos mais gerais da análise de Dean, discordando da relação linear que o autor estabelece entre crise do setor agro-exportador causada pela Primeira Guerra e efeitos negativos ao crescimento industrial. Procurando analisar o processo de crescimento das indústrias do ângulo do movimento do capital e da relação de unidade e contradição entre o café e a indústria e não do lado da demanda por produtos industriais, ambos os autores apontam para a importância do crescimento industrial entre os anos da guerra. Silva afirma que entre 1915 e 1917 pelo menos 323 empresas industriais novas foram criadas em São Paulo, da mesma forma que 24,2% do capital

recenseado em 1920 estavam empregados em empresas criadas entre 1915 e 1920⁽¹¹⁾. Cano avança ainda mais em defesa do mesmo argumento ao registrar a existência de iniciativas importantes para a instalação da indústria siderúrgica nacional de ferro-gusa, mesmo que ainda em quantidade relativamente pequena.⁽¹²⁾

Suzigan procura relativizar o peso dessas afirmações, recorrendo a nosso ver acertadamente à tarefa de qualificação de argumentos às vezes por demais genéricos. Discordando da superestimação dada por Silva e Cano ao processo de "substituição de importações", Suzigan aponta que, no caso específico do aumento da produção de ferro-gusa, a relação desse acréscimo com o consumo de ferro e aço laminado - insumos importados e por isso escassos na época da guerra - era insignificante⁽¹³⁾. Além disso, julga que, embora tenha havido um aumento do número de estabelecimentos da indústria metal-mecânica fundadas entre 1915 e 1919, existem dados que sustentam que a expansão da capacidade produtiva baseou-se em maquinaria menos sofisticada fabricada no país, e também na criação de oficinas metalúrgicas de reparo de maquinaria, não havendo muito menos sinais de instalação de um setor produtor de bens de capital.⁽¹⁴⁾

Já a década de 20 registrou uma expansão da indústria paulista, e particularmente o desenvolvimento das indústrias metalúrgicas. Instala-se um incipiente setor produtor de bens de capital e de consumos mais complexos, da mesma forma que se diversifica a produção de bens de consumo. Segundo Cano, esse momento foi altamente significativo para a

indústria paulista, ao lhe "preparar o terreno" para a conquista do mercado nacional, principalmente após a "grande depressão".⁽¹⁵⁾ O autor afirma ainda que, se desde o período 1907-1919 o processo de concentração industrial de São Paulo já se desencadeara em termos quantitativos, a dinâmica da economia paulista que manteria altas taxas de crescimento na década de 20, tendeu a afastá-la da indústria do resto do país, além do salto qualitativo da indústria paulista acima mencionado.

O peso da metalurgia paulista em relação ao restante do país pode ser avaliado a partir do exame do censo de 1920: já nesse ano, 27,89% dos estabelecimentos industriais metalúrgicos do país concentram-se em São Paulo, que aglutina também 38,97% do total dos trabalhadores metalúrgicos, 48,27% do total da força motriz empregada, 42% do total do capital empregado no setor e 45,43% do valor da produção anual de metalurgia. Entretanto, as indústrias que lideravam a produção do estado eram a têxtil e a de produtos alimentícios.

Por outro lado, as plantas das indústrias do cimento, aço, metalurgia mais complexa e química já apresentam nesse momento um porte maior, e passam a operar em escala nacional. No caso específico dos segmentos metalúrgicos, ocorre nesse período um importante processo de transformação do setor, na medida em que algumas pequenas oficinas mecânicas e metalúrgicas e também pequenas fundições se expandiram e passaram a fabricar bens de produção. Como observa que "na própria indústria metalúrgica,

a produção de fundição e laminação, a produção das oficinas mecânicas e a incipiente produção de bens de capital, que já em 1919 perfaziam 34% do valor da produção total metalúrgica de São Paulo, passava a 38% em 1928 e quase duplicaria esta porcentagem no decorrer da década seguinte". (16)

Suzigan afirma que, para a indústria metal-mecânica, houve uma ruptura na década de 1920 em relação aos períodos anteriores, na medida em que a expansão daquela atividade industrial consistiu na fundação de novas empresas fabricantes de máquinas - inclusive pesadas - e implementos leves para a agricultura e, em menor grau, para a indústria. Segundo ele, no imediato pós-guerra, o investimento na indústria de transformação em geral recuperou-se rapidamente para reposição de maquinaria obsoleta e/ou depreciada e manteve níveis elevados apesar das duas pequenas recessões: 1922-1923 e 1926-1928. (17)

Por outro lado, ao crescimento industrial paulista já se impunha a necessidade de uma diversificação da estrutura industrial que demandava a implantação de um setor de bens de produção. Como exemplo, convém citar a fundação em 1922 em São Paulo da Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia controlada pela Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo para produção e laminação do aço. Esse projeto foi bem sucedido, ao contrário de outros no estado e no país, que não chegaram ao final da década. Ao final da década de 1930, a empresa acima referida era a segunda maior produtora de aço do país. Foram ainda criadas em São Paulo as aciarias Fundação de aço São Paulo e a Fábrica de Aço Paulista.

Entretanto, como afirma Cano, "considerada a pequena dimensão dos compartimentos industriais de maior complexidade tecnológica e de vinculação marcante como produtores de bens de produção (e também de consumo durável), não resta qualquer dúvida que a expansão industrial verificada em São Paulo, até 1930, foi decisivamente calcada no crescimento dos ramos mais vinculados à produção de bens de consumo não durável..."⁽¹⁸⁾

É importante deixar claro que a indústria que se desenvolve no pós-guerra representa o início da diversificação do investimento industrial e também da transição para um sistema econômico dominado pelo capital industrial, processo esse que só se completa em meados da década de 1950. Entretanto, se na década de 1920 o capital industrial ainda continuava dependente do setor exportador, no momento em que estoura a crise de 29, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro já havia criado as condições para a reprodução do capital industrial com certa independência do capital mercantil-exportador. A afirmação de Liana Maria Aureliano é conclusiva nesse sentido: "o desenvolvimento e a diversificação da indústria de bens de produção marcam a crise estrutural da economia exportadora capitalista, ainda que tivéssemos atravessando um momento de expansão sem precedentes do capital cafeeiro."⁽¹⁹⁾

Embora os problemas enfrentados pela economia cafeeira ao final da década de 20 tenham se agravado pelo colapso da Bolsa de Nova York em outubro de 1929 e essa situação tenha se refletido na atividade industrial ao longo

dos anos seguintes, a indústria - sobretudo a paulista - aceleraria seu crescimento em 1933. Apesar de as mais importantes serem ainda as produtoras de bens de consumo não durável, principalmente têxteis, de vestuário e de alimentos, as indústrias que lideraram o crescimento da produção foram as substitutas de importação, sobretudo de bens intermediários, entre as quais a indústria do aço, de produtos metalúrgicos, mecânica, de material de transporte e elétrico. (20) Suzigan sustenta que o crescimento durante a década de 30 da produção de ferro e do aço e da indústria metalúrgica não se restringiu à utilização de capacidade de produção instalada na década anterior, pois os anos 30 registraram também ^(aumento) uma ~~uma~~ capacidade de produção instalada em função do aumento de investimentos, sobretudo a partir de 1936. (21)

Examinemos agora mais de perto alguns dados específicos do setor metalúrgico relativos aos anos 20 e 30, que ~~podem~~ ^{em} permitir uma visão mais apurada não só sobre a indústria propriamente dita, mas também sobre a composição da mão-de-obra nela empregada.

Em primeiro lugar, recorremos à fonte censitária, apesar do reconhecimento dos problemas decorrentes da ausência de um censo em 1930 e da comparabilidade entre os dados de 1920 e 1940. No caso, "metalurgia" no censo de 1920 engloba a indústria de fabricação de máquinas, aparelhos e instrumentos, além da indústria mecânica e de mineração e beneficiamento de minerais dada a baixa fabricação de ferro e aço. Convém lembrar por outro lado a amplitude que

caracteriza o setor, que inclui desde a fabricação de bens de consumo leve (como parafusos, colchetes, móveis de ferro, etc...) até a fabricação de insumos industriais (fundição e laminação de metais, estamparia, galvanização, etc...) e também de bens de produção (máquinas para a indústria, para a agricultura e pecuária, motores, etc...).

Tabela 1 - Indústria metalúrgica paulista: número de estabelecimentos, valor da produção, força motriz total, número de operários, salários e ordenados.

ANO (GRUPO DE INDÚSTRIA)	Nº ESTAB.	VALOR DA PRODUÇÃO (1)	FORÇA MOTRIZ TOTAL (HP)	Nº DE OPERÁRIOS	SALÁRIOS/ORDENADOS (1)
1920 (METALURGIA)	142	147.892.208 (1)	4.065	5.514	19.229.942 (1)
1939 (METALURGIA)	521	409.223			68.935
MECÂNICA	365	621.970			57.044
1940 (METALURGIA)	570 (2)		27.205 (3)	19.970	
	403 (2)		22.454 (3)	12.475	

1- Valores em mil réis, correntes (o censo de 20)

Valores em mil cruzeiros correntes (o censo de 1940)

2- Número de estabelecimentos recenseados

3- Força motriz utilizada em 526 e 375 estabelecimentos especificamente

FONTE: Recenseamento Geral de 1920 a 1940

A partir do exame da tabela 1, é possível constatar que, em 1920, a média de operários por estabelecimento era de 39 operários, sendo que em 1940 esta média caiu para 35 operários na indústria metalúrgica, e no caso da indústria mecânica para 31 trabalhadores por estabelecimento. Por outro lado, a metalurgia apresentava 0,74 HP por operário em 1920, enquanto para 1940 este valor era de 1,36 HP para a

metalurgia e 1,80 HP por operário para a indústria mecânica. Esse conjunto de dados ilustra como a força motriz por operário praticamente duplicou em duas décadas para a indústria metalúrgica, o que indica que a mecanização ao longo do período foi maior que a incorporação de mão-de-obra.

Ainda com base na tabela 1, é possível observar um considerável aumento no número de estabelecimentos entre os anos de 1920 e 1940, que praticamente quadruplicou durante este período.

A distribuição do número de estabelecimentos e da força de trabalho empregada no setor segundo o tamanho dos estabelecimentos fornece dados importantes que ampliam as informações disponíveis para o ano de 1920.

Tabela 2 - Distribuição do número de estabelecimentos e da força de trabalho empregada no setor segundo o tamanho dos estabelecimentos (SP).

TAMANHO DOS ESTABELECECIM.	N ^o ESTABELECECIM.	N ^o OPERÁRIOS
até 4 operários	51	85
de 5 a 9 operários	18	117
de 10 a 19 operários	22	305
de 20 a 49 operários	24	797
de 50 a 99 operários	13	823
de 100 a 199 operários	4	506
de 200 a 499 operários	10	2.881
de 500 a 999 operários	-	-
1000 e mais operários	-	-
TOTAL	142	5.514

FONTE: Recenseamento Geral de 1920

Segundo a tabela acima, a maior concentração de estabelecimentos (35,92%) encontra-se em unidades de muito pequeno porte (até quatro operários) e a maioria dos estabelecimentos (64,08%) abrigava até 19 operários. Por outro lado, o número de estabelecimentos de maior porte (mais de cem operários) representa apenas 9,9% do total de estabelecimentos. Se as grandes unidades fabris são pouco relevantes em relação ao número de estabelecimentos, do ponto de vista do número de operários empregados os estabelecimentos que absorvem mais de 100 operários representam 61,43% da força de trabalho da metalurgia paulista. A constatação desse fato não deve contudo obscurecer que os médios estabelecimentos (de 20 a 99 operários) absorviam 20,38% desta mesma força de trabalho. Convém ainda registrar que, entre os estabelecimentos metalúrgicos, não havia estabelecimento que empregasse mais de 500 operários, o que também relativiza o porte dos estabelecimentos que se convencionou chamar de "grandes".

A distribuição da força de trabalho e do número de estabelecimentos segundo o valor da produção dos estabelecimentos (tabela 3) é um outro indicador que confirma a maior concentração dos operários nos grandes estabelecimentos do setor metalúrgico, enquanto um número maior de estabelecimentos encontra-se disperso, numa faixa de menor valor da produção.

Tabela 3 - Distribuição da força de trabalho e do número de estabelecimentos segundo o valor da produção dos

estabelecimentos (SP).

TAMANHO ESTABELECIM. SEGUNDO V.P. (em contos de réis)	DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO SEGUNDO V.P. (%)	DISTRIBUIÇÃO NUMERO DE ESTEBELECIM. SEGUNDO V.P. (%)
menos de 10	0,7%	21,12%
de 10 a 49	4,5%	28,87%
de 50 a 99	3,5%	9,16%
de 100 a 499	22,3%	21,83%
de 500 a 999	17,4%	11,27%
de 1.000 a 4.999	46,1%	7,05%
5.000 e mais	5,5%	0,7%

FONTE: Recenseamento Geral de 1920

A tabela acima aponta ainda para uma distribuição da força de trabalho no sentido inverso da distribuição do número de estabelecimentos, ou seja, enquanto a primeira se concentra na faixa que agrupa os estabelecimentos cujo valor da produção varia entre 500 e 4.999 contos de réis, a outra apresenta maior densidade de operários na faixa de estabelecimentos de até 49 contos de réis. Entretanto, estas distribuições inversas têm um ponto em comum: em ambas, os estabelecimentos com valor de produção entre 100 e 499 contos de réis tem uma importância bastante significativa, representando 22,3% da força de trabalho e 21,83% do número total de estabelecimentos. Estes dados reforçam um perfil da metalurgia paulista que aponta para uma concentração da força de trabalho nos estabelecimentos de grande porte e para um grande número de estabelecimentos de baixo valor da produção.

Antes de concluirmos esse exame da distribuição da

força de trabalho metalúrgica paulista a partir das informações contidas no censo de 1920, vale apresentar alguns dados comparativos com outros setores da indústria visando avaliar o peso relativo da metalurgia na indústria de transformação paulista.

Tabela 4 - Número de operários e de estabelecimentos (SP)

SETOR INDUSTRIAL	N ^o OPER. (A)	N ^o ESTABEL. (B)	A/B
Metalurgia	5.514	142	39 op.
Têxtil	34.825	247	141 op.
Alimentação	11.213	1.267	9 op.
Vestuário/toucador	10.494	736	14 op.
Cerâmica	9.360	696	13 op.

FONTES: Recenseamento Geral de 1920

A tabela acima demonstra que, embora o contingente médio de operários da metalurgia paulista fosse bastante superior aos contingentes médios dos setores de alimentação, vestuário e toucador e cerâmica, era ainda muito inferior ao contingente médio empregado nos estabelecimentos têxteis paulistas. Esses dados relativos não devem contudo obscurecer o fato de que, em termos absolutos, o contingente operário metalúrgico paulista e o número de estabelecimentos do setor eram bastante reduzidos em relação aos outros setores, conforme aponta o quadro acima.

Uma outra série de elementos importantes diz respeito aos dados sobre a composição da mão-de-obra metalúrgica por idade, sexo e níveis de remuneração no setor.

A tabela abaixo refere-se à participação da mão-de-

obra segundo o critério sexo, e confirma a presença quase que exclusiva do trabalhador masculino no setor, sem alterações expressivas entre os anos 20 e 40.

Tabela 5 - Operários ocupados nos estabelecimentos industriais metalúrgicos segundo o critério sexo (SP).

ANO	GRUPO INDUSTRIAL	TOTAL OPERÁRIOS	HOMENS	%	MULHERES	%
1920	Metalurgia	5.514	5.183	94	381	6
	Metalurgia	19.970	18.585	93	1.385	7
1940	Mecânica	12.475	12.012	96	463	4

FONTE: Recenseamento Geral de 1920 e 1940

Além de possuir um contingente operário predominantemente masculino, a metalurgia paulista tem nos considerados adultos (92,26% em 1920 e 85,56% / 88,77% em 1940) a quase totalidade de sua força de trabalho.

Tabela 6 - Operários ocupados nos estabelecimentos industriais metalúrgicos, distribuídos por idade e sexo.

ANO	GR. IND.	MAIORES		TOTAL	MENORES (1)		TOTAL	TOTAL				
		H.	%		H.	%			K.	%		
1920	Metalúrgica	4.789	94	298	6	5.087	394	92	331	8	427	5.514
1940	Metalúrgica	15.960	95	926	5	116.886	12.625	85	1459	15	3.084	19.970
	Mecânica(2)	10.734	97	340	3	11.074	1.270	91	123	9	1.401	12.475

(1) Em 1920, foram considerados os maiores e menores de 14 anos e, em 1940, o corte refere-se à idade de 18 anos.

(2) O setor mecânico possui um total de 128 trabalhadores a domicílio que não foram inseridos na tabela, sendo que 23 são homens (18%) e 105 mulheres (82%)

FONTE: Recenseamento Geral de 1920 e 1940.

Para o ano de 1940, na faixa de menores de 18 anos, verifica-se um aumento da utilização da mão-de-obra feminina não só em relação ao ano de 1920, mas também na partição por sexo no próprio ano de 1940 do contingente operário menor.

Tendo examinado a distribuição e a composição da força de trabalho metalúrgica paulista à luz das informações censitárias, vejamos agora os elementos contidos nessa mesma fonte sobre o comportamento da variável salário para essa força de trabalho.

O censo de 1920 fornece dados sobre a distribuição dos salários médios dos trabalhadores metalúrgicos paulistas segundo sexo e idade (tabela I em anexo). Num total de 4.768 casos recenseados (3.904 maiores de 14 anos e 864 de menores, isto é, 82% são maiores), identifica-se de pronto significativos diferenciais de salários. Em primeiro lugar, observa-se que o salário médio diário dos operários maiores de 14 anos era de \$4813 enquanto o dos menores somava \$2469, ou seja, o primeiro era praticamente o triplo do segundo. Um segundo diferencial refere-se aos salários pagos entre maiores de 14 anos segundo sexo: para um total de 3.904 casos (3.727 homens e 177 mulheres), o salário médio diário de \$4813 desdobrava-se em \$4986 para trabalhadores masculinos e \$2232 para femininos, demonstrando que os homens recebiam aproximadamente o dobro dos salários percebidos pelas mulheres no setor. Em contraste com esses diferenciais, constata-se que entre os salários pagos aos menores de 14

anos, inexistiam maiores diferenças por sexo em termos de salário médio diário; sendo que curiosamente as mulheres recebiam um salário médio diário (2\$517) ligeiramente superior ao equivalente masculino (2\$482).

Convém ainda examinar a composição dos salários médios diários de alguns setores relevantes da indústria paulista para uma avaliação comparativa com o setor metalúrgico. A tabela abaixo, ao fornecer informações sobre os salários médios diários segundo sexo e idade, permite-nos verificar que os salários médios dos homens adultos da indústria metalúrgica eram superiores àqueles percebidos nos setores têxtil, de produtos alimentares e de vestuário da indústria paulista. Entretanto, em oposição ao comportamento acima descrito, os salários médios das mulheres adultas da metalúrgica paulista eram inferiores àqueles percebidos nos demais setores aqui relacionados.

Tabela 7 - Salário médio diário na indústria de transformação paulista.

INDUSTRIA	ADULTO		MENORES	
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
Metalúrgica	6\$986	3\$232	2\$482	2\$517
Têxtil	5\$729	4\$684	2\$211	2\$272
Prod. Alimentares	5\$616	3\$567	2\$028	2\$403
Vestuário	6\$382	3\$467	2\$142	1\$773

FONTE: Recenseamento Geral de 1920 citado por Wilson Cano, op. cit., p. 124.

OBS: Os dados referentes à indústria metalúrgica foram extraídos diretamente do censo de 1920.

A tabela acima permite ainda reiterar que, entre os menores, as distinções de salário por sexo eram relativamente irrelevantes, assim como o são as variações salariais médias entre os diversos segmentos da indústria paulista.

Agregamos ainda às fontes censitárias algumas observações de caráter mais geral, presentes nas estatísticas industriais relativas aos subsetores que integraram a metalurgia do Estado de São Paulo particularmente entre os anos de 1928 e 1935 (tabelas II a X em anexo). Destacamos sobretudo os subsetores que tiveram maior importância ao longo deste período segundo as variáveis destacadas pela tabela.

Uma primeira constatação diz respeito ao comportamento daqueles subsetores em relação ao valor da produção e dos níveis de capitalização da metalurgia. Se em 1928 o subsetor que produzia artefatos de metal correspondeu a quase 42% da produção do setor como um todo, em 1935 veio a responder por apenas 20,34%, após uma longa trajetória descendente. Da mesma forma, foi um subsetor que se descapitalizou no decorrer deste período. Uma tendência declinante, embora não tão contínua, também pode ser detectada no setor de máquinas para lavoura e indústria, que teve por sua vez uma queda do nível de capitalização ainda muito mais drástica que o subsetor de artefatos de metal. Ao longo dos anos 1930-1934, foi o subsetor de construção e reparação de veículos aquele que obteve uma maior participação no valor da produção global da metalurgia paulista (em torno de 30%)⁽²²⁾, e que continuamente

aumentava seu nível de capitalização.

Uma segunda constatação refere-se ao grau de absorção de mão-de-obra entre os subsetores da metalurgia. Durante os anos 1928-1935, o subsetor que produzia artefatos de metal foi um dos maiores concentradores de mão-de-obra, apesar do decréscimo registrado ao longo do período. Enquanto o subsetor de máquinas para a lavoura e indústria apresentou um forte percentual decrescente em termos de absorção de mão-de-obra, ao longo dos anos 30 foi o subsetor de construção e reparação de veículos que mais contribuiu para a criação de empregos na metalurgia.

Da mesma forma, foi esse mesmo subsetor que a partir de 1930 concentrou um maior número de estabelecimentos⁽²³⁾, seguido por uma liderança relativamente constante das oficinas mecânicas para consertos e dos subsetores que produziam artefatos de metal e máquinas para lavoura e indústria.

A título de conclusão, devemos mencionar que o comportamento e as transformações operadas na indústria metalúrgica paulista ao longo das décadas de 1920 e 1930 nos dão a exata medida do patamar em que se encontrava o desenvolvimento industrial do país, ainda submetido ao predomínio de setores tradicionais como o têxtil e os de produtos alimentares e vestuário. Muito embora a metalurgia paulista ocupasse em 1920 um lugar de destaque em relação ao resto do país, constata-se uma dispersão muito grande dos estabelecimentos metalúrgicos em pequenas unidades. Esse fato não significa contudo que não existissem empresas mais

capitalizadas concentrando um número significativo de trabalhadores.

NOTAS

- (1) Wilson Suzigan - Indústria Brasileira, p. 232-233
- (2) Idem, p. 236-237
- (3) Idem, p. 237
- (4) Idem, ibidem
- (5) Mais detalhes sobre a vida de Alexandre Siciliano e suas ligações com os fazendeiros em Waren Dean - A Industrialização de São Paulo, p. 82-84
- (6) Wilson Suzigan - op. cit., p. 241
- (7) Idem, p. 243
- (8) Waren Dean - op. cit., p. 106-107
- (9) Idem, p. 107
- (10) Ibidem
- (11) Sérgio Silva - op. cit., p. 101-102
- (12) Wilson Cano - op. cit., p. 160
- (13) Wilson Suzigan - op. cit., p. 57
- (14) Idem, p. 245
- (15) Wilson Cano - op. cit., p. 253
- (16) Idem, p. 183
- (17) Wilson Suzigan - op. cit., p. 85
- (18) Wilson Cano - op. cit., p. 180-181
- (19) Liana Maria Aureliano - op. cit., p. 15
- (20) Wilson Suzigan - op. cit., p. 64
- (21) Idem, p. 66
- (22) Convém observar que no ano de 1931 o percentual é baixíssimo em relação aos demais anos, ao mesmo tempo em que o percentual do setor de ferragens, ferramentas e cutelarias é sensivelmente maior que

dos anos que o cercam. Esta ressalva lança suspeitas sobre a qualidade do levantamento estatístico, embora não tenhamos a possibilidade de fazer uma crítica mais consistente desse fato.

(23) Vale ressaltar ainda que o subsetor de construção e reparação de veículos só aparece nas estatísticas referentes aos anos de 1930 e 1934, não sendo possível precisar as razões da ausência de dados para os outros anos. Considerando os altos índices para esse subsetor apresentados pelas variáveis constantes nesta fonte estatística, esta ausência pode implicar em alguma distorção no exame que ora procuramos realizar.

III - OS METALÚRGICOS PAULISTAS: PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES

As primeiras formas associativas dos metalúrgicos paulistas acompanharam a mesma tendência do movimento operário nacional e internacional (1). Organizaram-se na capital paulista nos últimos anos do século XIX e início deste século a Associação de Socorros Mútuos da Companhia Mecânica, da Lega di Resistenza di Meccanici ed Affini e Lega di Resistenza fra Metalurgici ed Affini. As associações de socorro mútuo se desenvolveram ao longo do século XIX no Brasil e visavam a concessão de auxílio contra doenças e acidentes de trabalho exclusivamente aos trabalhadores, mediante cotização feita entre eles próprios. Já as ligas operárias, também denominadas associações de resistência, tinham por objetivo reivindicar e organizar os trabalhadores contra os patrões. Essas foram as duas primeiras formas associativas surgidas no país, e tanto uma quanto a outra seguiam as tendências do movimento operário europeu. Até 1905, não há contudo registro de manifestações de classe dos metalúrgicos ou até mesmo sobre a atuação das associações acima referidas..

O primeiro momento de ascensão do movimento operário ocorreu entre os anos de 1905 a 1908, quando foram registradas numerosas greves contra o patronato, além do surgimento de associações sindicais operárias e da realização do primeiro congresso operário no país.

A criação da Federação Operária (F.O.) de São Paulo

em fins de 1905 reunindo inicialmente a União dos Chapeleiros, a Liga dos Trabalhadores em Madeira, a Liga dos Pedreiros e a União Internacional dos Sapateiros revelou o esforço dessas associações em organizar o operariado paulista. Embora a F.O. tenha marcado sua atuação de uma forma descontínua ao longo da Primeira República, ela se fez presente nos momentos de ascensão da mobilização operária, na tentativa de cumprir seu objetivo de organização dos trabalhadores.

Com a participação da F.O. e de várias associações sindicais de todo o país, realizou-se no Rio de Janeiro em abril de 1906 o Primeiro Congresso Brasileiro, consolidando a influência anarquista sobre o movimento operário e sem dúvida desempenhando um papel de organização do operariado. Foram várias as greves desencadeadas ao longo do ano de 1906, cujas reivindicações referiam-se basicamente a aumentos salariais e melhoria das condições de trabalho. O movimento sindical por sua vez foi impulsionado pela reativação de associações já existentes e pela organização de novos sindicatos de resistência, segundo os padrões anarco-sindicalistas.

Assim, no mês seguinte à realização do congresso, foi deflagrada uma das mais importantes greves do período - a dos ferroviários da Companhia Paulista - que, sob a liderança da recém-criada Liga Operária de Jundiaí, mobilizou 3.800 trabalhadores por reivindicações salariais e contra arbitrariedades de chefia da empresa. Com uma duração de 15 dias, a greve generalizou-se para outras cidades paulistas e outras categorias, sob a liderança daquela associação e da

F.O.

A capacidade de mobilização desta greve atingiu também os trabalhadores metalúrgicos e da indústria mecânica, que a ela aderiram. Antes desse episódio, ocorrera uma única greve na categoria: no início de 1905, 160 trabalhadores das oficinas mecânicas da Companhia Lidgerwood situada na Barra Funda haviam paralisado o trabalho em protesto contra a possível redução de seus salários e contra a recusa do gerente em não aceitar acordo com uma comissão que se formara entre os operários. A intransigência dos proprietários da oficina revelou-se ainda pela decisão de fechá-la por tempo indeterminado e pela repressão policial que se seguiu contra aqueles julgados insufladores da greve. O movimento fracassou com a volta dos trabalhadores à empresa sem nenhuma alteração da situação inicial (2).

Foi no ano de 1907 contudo que houve um maior número de paralisações entre os metalúrgicos, cujo resultado beneficiou os grevistas. Embora as reivindicações salariais fossem os fatores dominantes, as condições de trabalho e as consideradas arbitrariedades patronais também desencadearam as paralisações.

No dia 28 de janeiro daquele ano, os trabalhadores da Fundação Craig & Martins de São Paulo suspenderam suas atividades reivindicando a admissão de dois funcionários que haviam sido despedidos por terem pedido dias antes para serem dispensados mais cedo por ser dia santo, além de 50% de aumento do salário das horas extras e melhor tratamento por

parte dos mestres. Segundo o jornal A Terra Livre na edição de 5 de fevereiro, a paralisação foi "unânime, com os fornos vomitando fogo, [e] triunfou em duas horas"⁽³⁾. Da mesma forma, a greve deflagrada na Fábrica de Pregos Ipiranga em torno da questão da jornada de trabalho foi bem sucedida, sendo ainda obtida a readmissão dos grevistas⁽⁴⁾.

Os metalúrgicos desencadearam por outro lado a mais importante mobilização ocorrida no ano de 1907: a greve pelas oito horas de trabalho, que se espalhou pela capital paulista chegando a Santos, Ribeirão Preto e Campinas. Segundo Silvia Magnani, "até então a duração da jornada de trabalho variava entre 10 e 16 horas, podendo ser reduzida ou estendida conforme as necessidades da produção, e os salários sofriam rebaixamentos ou aumentos conforme a duração de jornada"⁽⁵⁾. A necessidade de obtenção da jornada de trabalho de 8 horas fora uma das resoluções do Primeiro Congresso Brasileiro⁽⁶⁾ e, para a F.O., essa era uma conquista vital para o fortalecimento da consciência de classe dos operários. Daí que, nas comemorações do 1º de Maio, a F. O. conclamou os operários a se mobilizarem pelas oito horas. Os metalúrgicos foram a primeira categoria a detonar a mobilização pelas 8 horas: no dia 4 de maio, eclodia a greve dos operários da seção de metalurgia da Companhia Lidgerwood e a partir desse dia diferentes categorias aderiram ao movimento não só na capital e interior paulista, como também no Rio de Janeiro e em outros estados. Mesmo que as greves tivessem sido declaradas por empresa e não por categoria, é possível afirmar que, em linhas gerais, foram os operários da construção civil e da indústria de alimentação aqueles que

imediatamente deflagram-na. Dias depois, aderiram ao movimento os gráficos, os sapateiros, uma parcela dos empregados da limpeza pública e toda a categoria dos têxteis da capital paulista.

O relato do jornal Correio Paulistano (7.5.1907) sobre a eclosão da greve na Cia. Lidgerwood é o seguinte: "Às sete horas da manhã o gerente mandou suspender os trabalhos da seção de metalurgia, alegando conhecer de antemão o designio dos operários. À objeção dos trabalhadores declarou o gerente que, se eles em documento se comprometessem a jamais declarar greve, continuaria o trabalho. A isso responderam os operários (...) que era impossível satisfazer a exigência, pois que eles pretendem obter o dia de oito horas, com o fim de dar trabalho a grande número de companheiros, que lutam com a falta de serviço. Não havendo acordo foi mantida a suspensão do trabalho, às 10h os operários das demais seções (...), sabendo da suspensão da seção de metalurgia, declararam-se solidários e abandonaram o trabalho"⁽⁷⁾. Convém registrar de imediato que, de acordo com a descrição acima, a eclosão da greve entre os metalúrgicos da empresa em questão correspondia a uma mobilização deflagrada pelo Primeiro Congresso Operário Brasileiro e pela F. O., sem que fosse explicitada uma relação com a Liga de Resistência dos Operários Metalúrgicos que havia sido criada em junho de 1906. Magnani refere-se contudo à coordenação da ação dos operários pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, que parece ser uma outra designação daquela associação. Considerando que nossa pesquisa com fontes

primárias concentra-se no período pós-1919, permanece o impasse sobre a existência ou não de uma organização dos metalúrgicos na condução da greve de maio, e sobre a referência a duas denominações de uma associação que, em princípio, seria a mesma. De qualquer forma, o mesmo relato reafirma a relação direta existente entre operários - através de uma comissão - e chefia da empresa nas negociações das reivindicações em pauta. Magnani observa contudo que o sindicato não decretou solidariedade aos trabalhadores que se mantinham em greve.

Um aspecto relevante abordado por Magnani diz respeito aos limites da greve considerando que o conflito foi particularizado no âmbito das empresas. Segundo a autora, o poder de pressão dos operários se enfraquecia na medida em que, após alguns dias de greve, os patrões firmavam acordos com seus operários, e esses retornavam ao trabalho, sem que importasse a situação do restante da categoria. Essa constatação levou-a a concluir sobre os limites da união e consciência dos operários paulistas apontada pela frágil solidariedade daquele contingente, que atuava assim sem uma identificação com ideais libertários pregados pela F.O. Entretanto, como a própria autora destaca, a reivindicação partira da liderança anarquista e encontrou eco junto ao operariado que deflagrou a greve. Boris Fausto apontou por sua vez para o forte contingente metalúrgico nas assembleias que chegaram a reunir mais de 1.000 pessoas, (8). Todo esse conjunto de observações nos parecem importantes para que não seja minimizada a presença anarquista que, além de expressar os anseios de um contingente operário, não tinha sua atuação

por este contestada.

Por outro lado, esse processo de greves isoladas que eram suspensas uma vez atingidas as reivindicações, ocorreu também entre os metalúrgicos. Magnani adverte que a paralisação no setor metalúrgico atingiu sobretudo as pequenas empresas, e que foram exatamente estas que obtiveram a concessão de um novo horário de trabalho após paralisação de alguns dias ⁽⁹⁾. O fato de a greve ter sido mantida até início de junho em empresas de maior porte, como a Companhia Lidgerwood e a Cia. Mecânica demonstrando que as reivindicações não estavam sendo atendidas nessas unidades, revelam, como coloca Boris Fausto, que o centro do conflito residia nas empresas maiores, no caso nessas duas firmas e no ramo têxtil ⁽¹⁰⁾. Ao contrário dos industriais têxteis que procuraram reagir em conjunto à greve, os proprietários das empresas metalúrgicas de maior porte não se empenharam numa ação coletiva, ao passo que as de pequeno porte concediam o novo horário. A posição do governo era por sua vez determinada pelos princípios liberais de não intervenção no movimento a não ser para a manutenção da ordem pública, o que significava repressão policial.

O não cumprimento do acordo de respeito ao horário de 8 horas por parte dos patrões levou ainda em junho à deflagração de uma nova greve dos operários da Oficina Metalúrgica Sidow e, em setembro, das fundições Craig & Martins e P. Amaro.

Aliás, foi justamente no mês de setembro que o

governo deu a resposta aos agitados anos de 1905, 1906 e 1907: baixou o Decreto nº 1641 que previa a expulsão do estrangeiro que por qualquer motivo compromettesse a segurança nacional e a tranquilidade pública.

Os efeitos da greve de 1907 ainda perduraram no ano seguinte como demonstrou a paralisação dos fundidores da Metalúrgica Craig & Martins iniciada em fevereiro de 1908, em consequência da demissão de cinco trabalhadores ligados à mobilização do ano anterior. A exigência de volta dos operários demitidos estendeu-se aos torneiros mecânicos da empresa, que aderiram à greve em solidariedade. Vale registrar que ainda em 1907 foi criada na capital paulista o Sindicato dos Ferreiros e Serralheiros, sem que se tenha informação sobre sua atuação e/ou engajamento em alguma greve.

A partir de 1909, a mobilização dos trabalhadores entrou num processo de declínio que se estendeu até 1914 - interrompido contudo pela greve generalizada de maio de 1912 em São Paulo - acompanhado por um consequente baixo nível organizacional. O clima opressivo sustentado pela legislação somado à repressão policial e à intransigência patronal se fortaleceu em janeiro de 1913 com o decreto nº 2741, que veio a suprimir um artigo da lei vigente que impedia a expulsão do estrangeiro quando residente no Brasil pelo menos por dois anos contínuos ou por tempo inferior quando casado com brasileira ou viúvo com filho brasileiro.

Ao longo desse período, a única referência a manifestações grevistas dos metalúrgicos data de abril de

1913, quando os empregados da oficina mecânica de Rafael Stamoto declararam-se em greve contra um regulamento da empresa considerado arbitrário, e que permitia ao patrão aplicar multas e punições aos trabalhadores. Mesmo durante o ano de 1912, quando houve um maior número de greves em função do aumento do custo de vida e da baixa do salário real, não foi registrada a participação dos metalúrgicos.

Da mesma forma, não se tem registro da atuação de organizações sindicais de metalúrgicos no período. Não existem referências acerca da participação de entidades representativas da categoria no II Congresso Operário Brasileiro (1913) de tendência anarco-sindicalista e no IV Congresso Operário Brasileiro (1912), ~~foi~~ apoiado pelo presidente da República Marechal Hermes da Fonseca. Este último recebeu um número absolutamente inexpressivo de organizações sindicais paulistas, certamente explicável pela forte presença anarquista na direção daqueles organismos no Estado de São Paulo.

A ausência de organizações sindicais de metalúrgicos paulistas em dois eventos importantes marcados por diferentes tendências pode ser entendida em função da inexistência de um organismo da categoria que fizesse representar suas reivindicações. É possível que esse fato decorra da própria descontinuidade do processo de organização de associações sindicais em geral e em particular daquela categoria. Sabe-se que a instabilidade é a marca desse processo, e que a própria Federação Operária de São Paulo deixaria de existir em 1913.

A retomada da mobilização e da organização de associações ocorreu em fins de 1916, num quadro de diminuição dos salários e de aumento do desemprego, que afetou até mesmo os setores têxtil e metalúrgico, cujas fábricas vinham produzindo em ritmo acelerado e com o registro de aumento da produção. As observações de Cristina Campos sobre as razões de ascenso do movimento operário não consideram contudo esses elementos como motor da mobilização operária nesse momento. Acredito também que, embora não devam ser desprezadas, as causas econômicas e seus reflexos nas condições de vida dos trabalhadores não podem ser responsabilizadas exclusivamente pelos momentos de auge e/ou declínio da mobilização operária.

A retomada do movimento operário em fins de 1916 e sobretudo em 1917 registrou no Rio de Janeiro a criação dos grandes sindicatos de indústria como o dos têxteis, da construção civil e também dos metalúrgicos. Em São Paulo, pelo contrário, a criação das ligas operárias de bairros foi a forma organizativa mais generalizada que atuou até 1919 quando são substituídas pelos grandes sindicatos, como analisa Cristina Campos. Os registros de existência de ligas contudo dão conta de um grande número de têxteis presentes nessas associações, enquanto não é perceptível a presença de um contingente metalúrgico. Por outro lado, a organização em ligas não impediu o surgimento dos sindicatos e, sem dúvida, a greve geral de julho de 1917 atuou como um elemento de mobilização de várias categorias, além de ter reativado em fins de agosto a Federação Operária.

Após a greve de julho, assim como os marceneiros,

alfaiates, pedreiros, vidreiros, trabalhadores em fábrica de bebidas e em calçados, trabalhadores de distintas atividades da indústria metalúrgica procuraram se organizar em sindicatos. Um grupo de bronzistas da capital paulista reuniu-se em assembleia na tentativa de formar um sindicato de resistência, assim como serralheiros e metalúrgicos procuraram firmar as bases da União Geral dos Metalúrgicos. Entretanto, não há registro tanto sobre a evolução desses projetos de associação, quanto sobre a ocorrência de mobilizações grevistas sob a sua direção. É possível até que tenham participado da greve geral, mas não ao nível de empresa.

Na realidade, a única greve da categoria registrada nessa conjuntura de ascenso do movimento operário após a greve geral ocorreu em setembro entre os trabalhadores das oficinas da Companhia Mecânica de São Caetano, que reivindicavam a readmissão de dois colegas dispensados e a libertação do secretário do Sindicato dos Laminadores. Sobre a existência dessa associação, a única notícia obtida é a de que fora criada por volta de junho daquele ano, nos moldes de uma associação de resistência.

Convém lembrar que todas essas iniciativas de formação de organizações metalúrgicas certamente se originaram de grupos de tendências anarquistas, não só pela idéia expressa acima de "sociedade de resistência" como pelo fato desses informes terem partido do ativo jornal anarquista A Plebe.

Se o ano de 1918 foi marcado por uma desativação do

movimento operário em São Paulo, os primeiros meses de 1919 alteraram esse quadro. Em fevereiro voltava a circular a Elebe, abrindo uma intensa campanha de reorganização sindical e de fortalecimento dos sindicatos já existentes. No primeiro semestre, foram organizados os grandes sindicatos como os dos têxteis e da construção civil e, progressivamente, a mobilização operária adquiriu intensidade. Foi nesse contexto que, pela primeira vez, os trabalhadores das várias atividades que englobam a indústria metalúrgica se aglutinariam em torno de uma organização representativa de seus interesses.

NOTAS

- (1) Para mais detalhes sobre as primeiras associações operárias ver Francisco Foot e Victor Leonardi - História da Indústria e do Trabalho no Brasil. p. 117-121; Azis Simão - Sindicato e Estado. p. 159-163; José Albertino Rodrigues - Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. p. 6-8; Boris Fausto - Trabalho urbano e conflito social. ; Cláudio Batalha - Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930). p. 78-85.
- (2) Paula Beiguelman- Os companheiros de São Paulo. p. 32.
- (3) Citado em Edgar Rodrigues - Trabalho e Conflito (pesquisa histórica, 1906-1937). p. 110.
- (4) Herminio Linhares - Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil. p. 49.
- (5) Silvia Magnani Ingrid Lang - O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917). p. 111.
- (6) Em seu trabalho, Silvia Magnani discorre sobre as justificativas utilizadas para a redução da jornada de trabalho. op. cit., p. 112-116.
- (7) Citado por Silvia Magnani - op. cit., p. 129-130.
- (8) Boris Fausto - op. cit., p.148.
- (9) Silvia Magnani - op. cit., p. 132-133.
- (10) Boris Fausto - op. cit., p. 148-149.

IV - UNIÃO DOS OPERÁRIOS METALÚRGICOS: representação e mobilização

a) Em torno da criação da UOM

Mesmo antes de formalmente criada, a imprensa já se referia à formação de uma associação de metalúrgicos, cuja denominação variava entre União dos Operários Metalúrgicos, União Geral dos Operários Metalúrgicos, União Geral dos Trabalhadores Metalúrgicos e Liga dos Operários Metalúrgicos. Todas essas referências apontam contudo para uma única direção: a da criação de uma associação que unificava os trabalhadores da indústria metalúrgica da capital paulista.

O empenho na formação de uma associação de classe nos moldes de uma sociedade de resistência, iniciou-se em março de 1918 com alguma intensidade e prosseguiu ao longo do mês de abril, com a realização de reuniões entre as várias atividades da indústria metalúrgica entre as quais serralheiros, torneiros, ajustadores, fundidores e caldeiros. Desde então, o aparato policial se fez presente procurando impedir a realização desses encontros.

A tentativa de organizar a categoria não se restringiu à capital paulista. Em São Caetano, a Sociedade de Laminadores procurou formar um núcleo operário da região com o objetivo de aglutinar os trabalhadores em geral. Para isso, promoveu comícios de propaganda visando a difusão dos "princípios do socialismo anarquista"⁽¹⁾, que contaram

inclusive com a presença do deputado federal Nicanor Nascimento, que desde 1917 vinha marcando sua atuação na Câmara em prol de medidas trabalhistas. Não existia assim uma identidade de projetos associativos para a categoria como um todo no estado.

Por outro lado, o primeiro semestre de 1919 registrou não só uma intensa mobilização operária mas também a emergência de um processo de reorganização sindical que incluiu a criação de sindicatos dos grandes setores industriais e não industriais da época - têxtil, gráfico, construção civil além do metalúrgico. Confirmando a hipótese de que as manifestações grevistas mantêm uma relação direta com a organização dos trabalhadores, constata-se que a greve que se seguiu às comemorações pela passagem do 1º de maio em São Paulo deflagrou uma intensa mobilização dos trabalhadores, no bojo da qual foram criadas a União dos Operários de Fábricas de Tecidos (UOF1), a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) e a UOM. Cristina Campos afirma que a paralisação do trabalho no dia 1º de maio fora reflexo de um intenso trabalho de propaganda, somado a um grande júbilo de conteúdo internacionalista que permitiu a aprovação naquele momento das moções de solidariedade ao operariado internacional e de saudação ao operariado russo, húngaro e germânico seguido de protesto contra as intervenções nestes países (2). A emergência de uma mobilização como a deste 1º de maio nos faz lembrar a afirmação de E. P. Thompson de que uma classe existe quando um grupo de homens que compartilham experiência comuns apreendem estas vivências em termos políticos e culturais - ou seja, são capazes de materializá-

las em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais⁽³⁾. Nesse sentido, é possível entender como a criação da UOFT, da UFG e da UOM significa um esforço em reunir as respectivas categorias na defesa de reivindicações comuns e numa mesma linha de atuação, na tentativa de construir uma identidade dos trabalhadores através da criação de entidades representativas de seus interesses.

Embora sejam escassas as informações sobre as articulações que antecederam a criação da UOM ocorridas em 5 de junho de 1919, é possível supor que as greves que espoucaram ao longo de maio na capital ~~haviam~~ propiciado^{am} um clima de mobilização entre o setor metalúrgico. No início desse mês, os trabalhadores de alguns estabelecimentos da capital paulista - Metalúrgica São Paulo, Casa da Boia, Metalúrgica Paulista, Metalúrgica La Fionte e Metalúrgica Alberto Pacini - declararam ter criado um sindicato dos bronzistas, firmando um acordo para deflagração de uma greve geral. Sabe-se além disso que a UOM foi criada a partir de núcleos de operários metalúrgicos que haviam se mobilizado em função de uma recente greve - não localizada - voltada para "emancipar o proletariado do jugo do capitalismo tirano e explorador"⁽⁴⁾. Não existem contudo elementos para uma avaliação mais objetiva acerca do impacto da criação da associação junto à categoria, nem mesmo dados quantitativos capazes de informar sobre a intensidade da adesão obtida. Discorrendo sobre a dificuldade em quantificar o grau de representatividade dos sindicatos, Boris Fausto aponta para a dificuldade de se chegar aos registros que tanto

desapareceram em invasões das sedes dos sindicatos como inexistem como consequência do desinteresse em manter registros oficiais com dados daquele tipo (5).

Embora o grau de representatividade da UOM seja dificilmente quantificável ao longo de todo o período de atuação do órgão, é possível avaliar qualitativamente a identidade entre a UOM e os metalúrgicos se considerarmos que a participação organizada da categoria no período se fez exclusivamente através daquela entidade sindical. Por razões de ordem analítica, procuraremos examinar em primeiro lugar as formas que assumiu a representação da categoria através da UOM e em seguida a sua atuação como mediadora das manifestações grevistas da categoria. A única fonte localizada para a análise da UOM - a imprensa - é bastante precária quanto a informações sobre a estruturação interna da entidade e sobre a inserção e hierarquia existente entre as várias atividades que a categoria reúne na associação. Antes porém vejamos as influências recebidas pela UOM.

O projeto de criação de um órgão de classe dos metalúrgicos na capital paulista identificava-se com os princípios anarquistas de formação de uma sociedade de resistência, peça fundamental de luta dentro daquele ideário. Sem nenhum conteúdo assistencialista, a criação da UOM significava a formação de um novo órgão de "ação direta" face aos patrões e ao Estado, e é nesse sentido que se filiou à FOSP. A presença do ideal libertário na direção do movimento operário paulista era inequívoca, e, com afinidade a esses princípios, ~~que~~ os metalúrgicos se pensaram enquanto

categoria organizada mesmo que não se tenha obtido nenhum registro sobre uma discussão propriamente doutrinária no interior da UOM. Por outro lado, a UOM nascia ligada aos mesmos princípios que haviam norteado a formação da União Geral dos Metalúrgicos do Distrito Federal (UGM) criada em maio de 1917. A solidariedade entre os metalúrgicos das duas cidades pode ser comprovada pela presença em São Paulo de uma comissão de operários da UGM dias após a criação da UOM. Não caberia aqui discorrer sobre as várias tendências que podem ser englobadas sob a denominação "libertária", muito embora tudo leve a crer que foram os princípios anarco-sindicalista aqueles que vigoravam com maior intensidade no movimento paulista.

Convém aqui registrar alguns aspectos importantes sobre a forte presença anarquista no movimento operário em geral, muito embora não fosse a única tendência ideológica e associativa em seu interior.

Magnani e Munakata, por caminhos distintos, refletem sobre a compatibilidade do anarquismo no quadro político da Primeira República, na medida em que aquela ideologia tinha como ideal máximo a abolição do Estado e o fim da ordem burguesa. Magnani coloca que "a organização estatal republicana, ao impedir a participação política dos setores não oligárquicos (e não elaborando canais institucionais capazes de absorver as demandas da classe trabalhadora) contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do anarquismo no interior do nascente movimento operário(...) A classe trabalhadora (ou seus setores de vanguarda), ao aceitar a

direção anarquista em seu movimento reivindicatório, buscava formas de participação político-social extra-institucionais" (6). Munakata por sua vez demonstra em que sentido o liberalismo era compatível com o discurso anarquista: "... o anarquismo, tal qual o liberalismo, sustenta que a relação de trabalho é um assunto privado, impermeável à ação do Estado, e que deve ser resolvido pelo confronto, seguido da negociação direta e do contrato" (7). Magnani coloca ainda como a ausência de uma política do Estado em relação à classe operária fazia que esta dirigisse suas demandas ao patronato. A luta no sindicato era assim a forma de atuação de defesa dos direitos dos trabalhadores, sendo a sua organização um elemento importante para a obtenção de conquistas no campo social. Era o sindicato o centro da luta contra a dominação burguesa, e não a organização político-partidária, dado que os partidos se organizavam num universo burguês contra o qual os operários deviam se contrapor. Foi essa a visão do sindicato que se desenvolveu dentro dos princípios do anarcosindicalismo, corrente que predominou em São Paulo entre os grosso modo denominados libertários.

A recusa dos princípios anarquistas em participar tanto de alianças políticas quanto da luta político-partidária levou várias análises sobre movimento operário a uma avaliação acerca da eficácia da organização anarquista, como uma forma de sublinhar os limites contidos naquela proposta. A crítica maior concentrou-se sobre o caráter restrito da luta anarquista, isto é, sobre os limites de sua ação, uma vez que se concentrava numa pauta economicista e não se voltava nem para a luta política nem para a construção

de um partido. Werneck Viana coloca que faltava ao movimento operário sob jargão anarco-sindicalista a organização e um sistema de alianças que criasse as bases para sua influência política e social (8). Maria Herminia por sua vez avalia o movimento pré-30 da seguinte maneira: "sob a forma preponderante do anarco-sindicalismo, que punha toda ênfase na luta direta contra o patrão, os segmentos mais combativos da classe trabalhadora passaram por um aprendizado heróico mas mediocre, pois recusava a participação no jogo político nacional e excluía o debate dos grandes temas da política: as contradições peculiares à nossa sociedade de classes naquele momento, a correlação política de forças em escala nacional, a busca de outras camadas sociais com as quais estabelecer alianças. (...) Mais do que autêntica posição de classe, essa atividade refletia a importância política das camadas trabalhadoras" (9). A autora, assim como Boris Fausto em recente trabalho (10), apontam ainda para outros elementos como o fato de a classe operária ainda estar naquele momento em formação, e das organizações sindicais e políticas terem âmbito local e pouca influência na massa trabalhadora, apesar do ascenso registrado entre os anos 1917-1920.

As características do movimento operário apontadas acima não podem ser contudo utilizadas como forma de desqualificar a ação operária pré-30, considerando que tal procedimento aborta a compreensão do anarquismo como uma estratégia de luta na conquista de uma identidade para os trabalhadores. Concordamos assim com o argumento de Angela Gomes: "os anarquistas defendiam outra estratégia de luta

para conquista de uma nova identidade para os trabalhadores na sociedade. Nela a idéia da política era redefinida, e é a partir dessa redefinição que as questões dos interesses econômicos dos trabalhadores e de sua participação podem ser entendidas" (11).

b) A UOM em ação

Já em seus primeiros meses de vida, a UOM tornou-se mais um porta-voz das denúncias das questões mais gerais que afetavam diretamente os trabalhadores como um todo como a alta do custo de vida - sobretudo gêneros alimentícios, aluguéis, e vestuário - a violência policial, e o fechamento das sedes das associações e dos jornais libertários. As notícias sobre o crescimento do número de associados são frequentes, da mesma forma que se tornam crescentes os problemas para o reconhecimento da UOM por parte das empresas. Pode-se então supor que o espaço da UOM junto à categoria se amplia, e a participação da associação como mediadora dos conflitos entre metalúrgicos e empresários também se expande, como veremos em detalhes mais adiante. Ao mesmo tempo, já em julho, a UOM se integrava aos esforços dos trabalhadores da Companhia Mecânica na discussão do regulamento imposto pela diretoria da empresa, e em termos mais gerais, se engaja na luta pela obtenção das 8 horas de trabalho.

As precárias informações obtidas sobre a exoneração do secretário-geral da UOM, Manoel Félix e a decisão por assembleia em nomear para o novo cargo Mário Machado em 11 de

outubro de 1919 não nos permite analisar as origens dos conflitos porventura existentes ao nível da direcção do órgão, e que foram certamente responsáveis por aquelas alterações. Entretanto, é possível avançar algumas observações sobre o desenrolar da gestão Mário Machado. Em primeiro lugar, seu tempo de duração foi de somente dois meses e houve um rompimento com os princípios anarquistas, muito embora o jornal A Plebe, afinado com aquela orientação, continuasse a fornecer informações sobre a UOM. O desligamento da UOM da FOSP nesse período corrobora suas divergências com o órgão máximo de direcção do movimento operário paulista, criticado por suas "intenções subversivas". A FOSP defendeu-se dessas acusações alegando que os novos dirigentes da entidade metalúrgica estavam "movidos por intuítos inconfessáveis ou por questões de partidarismo, servindo-se da União para dar largas à sua maneira, pessoal, de pensar" (13).

Em segundo lugar, havia uma divergência de princípios quanto à atuação de uma organização operária. Embora defendessem a organização dos operários em corporações ou sindicatos de ofício, os novos dirigentes da UOM não concordavam com o conteúdo das críticas anarquistas à exploração capitalista e com a luta por novas formas de organização da sociedade com base na abolição do Estado.

A crença na possibilidade de uma conciliação entre as classes e a defesa de reformas sociais que regulassem a sociedade burguesa ficava explicitada pelos princípios daqueles dirigentes: "sentimos que no momento histórico que atravessamos se prepara o advento do regime da justiça, onde

a nossa situação de antagonismo irreductível terá um termo pela reconciliação entre os filhos da terra. Por enquanto, as nossas reclamações só tem por mira uma melhoria moral e econômica dentro dos moldes estreitos da Constituição social existente"⁽¹⁴⁾. Coerente com esta percepção da realidade, a UOM solicitava o seu reconhecimento nas indústrias de oficinas metalúrgicas: "esta associação, em observância às leis da República Burguesa, acha-se desde já competentemente legalizada"⁽¹⁵⁾. Esses princípios revelavam então uma perspectiva bem menos radical também expressa pela forma com que procuravam estimular os trabalhadores a se unirem em associações: "reflitam, e chamem a vossa consciência, pondo termo ao ódio rancoroso dos capitalistas contra nós operários trabalhadores, caso contrário seremos obrigados a gritar por justiça e lançar o nosso desprezo; abandonando as fábricas e oficinas indo para os sertões vivendo com as feras que são mais condescendentes do que os homens de mando"⁽¹⁶⁾.

* Entretanto, deve-se observar que ambas as tendências se empenharam na manutenção da entidade dos metalúrgicos e na crítica à exploração do trabalho, aos baixos salários e ao aumento dos gêneros de primeira necessidade. O próprio reconhecimento da UOM era exigido aos industriais e não ao Estado. Da mesma forma, ao que tudo indica, as divergências não afetaram a relação da associação com a massa dos trabalhadores, e ambas as direções parecem ter atuado de uma mesma forma como representante dos metalúrgicos nas manifestações grevistas. A FOSP manifestara por sua vez que "não é vontade dos operários metalúrgicos se desligar da

Federação"⁽¹⁷⁾, e não existem registros sobre conflitos entre os metalúrgicos em função das divergências de cunho doutrinário que ocuparam a liderança da UOM naquele curto espaço de tempo.

Uma nova diretoria assumiu a UOM em 8 de janeiro de 1920 reafirmando seus vínculos com a FOSP e sua oposição à gestão anterior. Não foi encontrado registro algum de eleições, nem mesmo dos motivos do curto período de atuação da diretoria anterior. A nova gestão identificava os antigos dirigentes como "elementos sem o devido critério sindical"⁽¹⁸⁾ e a antiga orientação como responsável pelos rumos da associação que "quase ia-se despendendo para o caos da politicagem daninha"⁽¹⁹⁾. Em abril, o ex-secretário da UOM Mário Machado, já expulso da UOM, furou uma greve da Lidgerwood e delatou seus companheiros, sócios da entidade, provocando a dispensa de 25 operários mais ligados à atividade de reorganização sindical.

O projeto de reorientação da UOM tomou conta das preocupações da nova diretoria nos meses de janeiro e fevereiro de 1920, empenhada na mobilização da classe "outrora tão unida e forte"⁽²⁰⁾ e na sua organização. Naquele momento, um de seus objetivos consistiu na nomeação de representantes metalúrgicos para o 3º Congresso Operário Brasileiro que seria realizado em abril no Rio de Janeiro, com o objetivo de unificar o movimento sindical e rever as táticas de luta anarco-sindicalista.

A publicação do jornal O Metalúrgico como órgão oficial da UOM também pode ser considerado como um veículo de

propaganda utilizado para a reorganização da categoria.

Foi exatamente durante aqueles meses que a UOM desenvolveu uma atuação junto à categoria de forma bastante efetiva. Várias reuniões de operários foram realizadas na sua sede. A UOM apoiou a iniciativa dos operários da fábrica Metalgráfica Aliberti que haviam apresentado à empresa uma tabela para aumento dos salários, e, em reunião no sindicato, os operários daquele estabelecimento se opuseram a um rateio imposto pelo diretor para compra de uma coroa em homenagem ao proprietário Comendador E. Matarazzo e cujo valor excedia o de um dia de trabalho. Embora houvesse delegados da UOM no interior de alguns estabelecimentos, era problemática a aceitação destes representantes dos operários nos locais de trabalho. A ameaça feita por um gerente da Casa Martins Barros a um operário que distribuía boletins dentro da oficina demonstra as próprias dificuldades de atuação do sindicato junto à categoria. Por outro lado, o fato de a UOM ter eliminado de seu quadro social um delegado que atuava na fábrica Liberty sinaliza para eventuais problemas existentes em alguns casos na relação dos delegados com o sindicato.

A nova direção da UOM vai se deparar com uma nova variável nas relações entre operário e patronato, em sua tarefa de promover o reconhecimento da UOM face às empresas. A partir de fins de março de 1920 - ao menos os primeiros registros datam dessa época - surge em cena a Associação Paulista das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas no bojo da greve geral de março em São Paulo. Sem dúvida, o ascenso do movimento operário do final da década de 10 e o conseqüente

aumento do número de organizações operárias provocou uma alteração na relação entre os operários e o patronato, não só pelo aumento das negociações diretas entre eles, mas também pela formação de associações patronais que passavam a atuar como organizadores dos interesses daquele setor. Ao tratarmos especificamente da mobilização dos operários metalúrgicos, examinaremos como se deu na prática a articulação entre metalúrgicos, UOM e associação dos industriais do setor. Convém lembrar ~~contudo~~ que o esforço da UOM conforme o ideário libertário era o do reconhecimento da sua entidade por parte das empresas e não pelo Estado.

Visando o fortalecimento do sindicato, a diretoria da UOM procurou ainda trazer para o seu interior nomes reconhecidamente ligados à defesa das leis sociais como o deputado Maurício de Lacerda, convidado não só para realizar conferências como para participar do primeiro aniversário de fundação da UOM em junho. Como essa atitude não era condizente com a posição defendida pelos libertários mais radicais que condenavam qualquer tipo de ligação entre políticos e operários, é possível concluir que na conjuntura inaugurada após a greve geral de março de 1920 e que se constituiu como um marco do descenso do movimento operário paulista vão se gestando novas formas de atuação sindical que dão a ela um conteúdo que se diferencia do modelo libertário do sindicato de resistência. No caso da UOM, se considerarmos o convite feito a Maurício de Lacerda, podemos supor que se configura uma estratégia de aproximação com políticos afinados com as reivindicações trabalhistas, o que

pode revelar alterações nos princípios que vinham norteando a UOM.

A discussão levada a cabo em agosto de 1920 no interior da UOM sobre a proposta de transformação do sindicato da categoria em vários sindicatos de ofício certamente constituiu-se como mais um elemento indicador das transformações que vinham se processando nos organismos de representação dos trabalhadores. A discordância com esses princípios levou o secretário da UOM a pedir demissão, sendo empossada assim uma nova diretoria em meados de agosto.

A partir desse momento, a desmobilização da UOM já era percebida e, no ano seguinte, tornava-se ainda mais evidente. O órgão apontava para a indiferença dos metalúrgicos e para a necessidade de que a categoria se organizasse, simultaneamente à queixa de que "os patrões apertam cada vez mais o torniquete da exploração"⁽²¹⁾. A própria sobrevivência do sindicato tornara-se precária considerando tanto o número limitado de trabalhadores que permaneciam ligados a ele, quanto os problemas de ordem financeira causados pelo não cumprimento dos deveres dos sócios, cobradores delegados. As reuniões com a categoria vinham sendo feitas por cada ofício, muito embora o sentido fosse organizar não só os metalúrgicos mas também os trabalhadores em geral. A tentativa de articulação do movimento operário através da Comissão pró-organização operária que, em junho de 1922, conclamava as comissões executivas de várias associações paulistas - União dos Metalúrgicos, dos carteiros, dos trabalhadores gráficos, dos

alfaiates, dos chapeleiros, dos manipuladores de pão, dos ensacadores e a Liga Operária da Construção Civil - a comparecerem às reuniões da entidade, somada à propaganda para a criação do Sindicato de Ofício Vários do Brás, são reveladores do esforço de reativação das uniões e das ligas existentes e também dos sindicatos de bairro.

Nesta fase de desmobilização, o espírito de solidariedade operária tem seu último registro por ocasião da greve dos gráficos paulistas deflagrada no início de fevereiro de 1923 visando o reconhecimento por parte dos industriais da União dos Trabalhadores Gráficos e a aceitação das seguintes reivindicações: aprovação da tabela de salários mínimos para as várias categorias gráficas, jornada de 8 horas, descanso semanal remunerado, proibição do trabalho noturno para menores e mulheres e abolição do trabalho sob contrato (22). Juntamente com a UOM, a União dos Empregados em Cafés, a União dos Artífices em Calçados, a Liga Operária da Construção Civil e a Liga dos Operários em Fábricas de Tecidos lançaram documento em apoio à greve, reiterando a necessidade de organização dos trabalhadores nos sindicatos de resistência considerando que "cada trabalhador deve trazer em si o ideal de emancipação proletária" (23). Os metalúrgicos ligados à UOM se mobilizaram igualmente para a reivindicação de seus direitos e para a organização da classe. Com duração de quase dois meses, a greve conseguiu angariar todo o tipo de apoio entre trabalhadores dentro e fora do Estado de São Paulo, chegando a criar dificuldades para o recrutamento de mão-de-obra até mesmo em outras cidades. O resultado obtido com a greve foi positivo, sobretudo pela aceitação por parte

dos industriais das condições impostas pelo gráficos.

Como uma última observação de caráter geral sobre o declínio do movimento operário e sindical, vale dizer que parte da literatura sobre o tema enfoca esse fato como uma incapacidade - advinda da fragilidade - da estratégia das lideranças anarquistas de manterem todo seu vigor pela negativa, em formar um partido e estabelecer alianças, tornando-as incapazes de enfrentar uma orientação estatal repressiva. Na realidade, essa linha de argumentação soma-se àquela já abordada sobre os limites da atuação anarquista.

Angela Gomes e Cristina Campos por sua vez alertam para dois aspectos importantes na conjuntura que se abriu em 1920 e que gerou uma desarticulação do anarquismo nos sindicatos: a estratégia mais ampla utilizada pela sociedade no sentido de isolar aquela doutrina, incluindo desde o aparato policial e o patronato até a atuação da Igreja Católica e das ligas nacionalistas, que, visando moralizar e sanear as classes populares, queriam afastá-las tanto do ateísmo anarquista quanto de um ideal considerado estrangeiro.

c) A mobilização grevista

A atuação da UOM junto à categoria que representava se concretizou sobretudo na mediação entre trabalhadores em greve e industriais, inicialmente através do contato direto com gerência e diretoria dos estabelecimentos e, a partir de

março de 1920, também com a Associação Paulista das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas. Foi sem dúvida através das inúmeras manifestações grevistas dos anos 1917-1920 que as reivindicações dos trabalhadores puderam alcançar algum eco junto ao patronato que passava a exercitar compulsoriamente a sua própria capacidade de organização para a defesa de seus interesses. Reiterando o que já foi dito, a própria mobilização operária desses anos tornou possível a criação de sindicatos e a reativação de associações já existentes, o que provocou algumas alterações nas formas de mediação dos conflitos entre operários e patrões.

Pouco se sabe acerca do desenrolar das greves dos metalúrgicos no estado de São Paulo nos primeiros meses de 1919, e dos próprios resultados obtidos. Entretanto, não foram poucos os estabelecimentos cujas atividades foram paralisadas pelos trabalhadores entre março e início de junho.

Em Campinas, em março, os operários da Cia. Mac-Hardy entraram em greve por aumento salarial, chegando a um acordo com os patrões que lhes assegurava uma vitória parcial. A polícia chegou a efetuar prisões - houve até mesmo a expulsão de um grevista da cidade - mas os operários se mantiveram solidários, exceto ao seu final, quando uns poucos "furaram" o movimento. Na capital paulista, no início de maio, os operários da Cia. Mecânica e Importadora de São Paulo uniram-se aos seus companheiros da Fábrica de Manteiga de Coko, Indústrias Reunidas F. Matarazzo, Curtume São Caetano e Cia. Cerâmica entre outras para, em greve,

pressionar pelo cumprimento das reivindicações de 8 horas de trabalho e 20% de aumento salarial. Essa mobilização grevista certamente foi reflexo do movimento deflagrado por trabalhadores de várias indústrias no dia seguinte às comemorações do 1º de Maio, e que se prolongou até o mês seguinte. A demissão de um operário que discursou no comício da Praça da Sé no dia 1º fora o motivo da deflagração da greve.

O movimento se expandiu ainda para as cidades do interior do estado. No caso dos metalúrgicos, houve paralisação dos laminadores da Cia. Mecânica de São Caetano, por quase 15 dias, ao final da qual foi obtida a reivindicação das 8 horas de trabalho e de aumento salarial.

No início de junho entraram em greve os operários da Oficina Guayh & Cia. por motivos não identificados. Tem-se contudo o registro de que uma comissão de operários procurou o proprietário do estabelecimento para um acordo que no entanto lhes foi negado. A paralisação teria sido então mantida.

A primeira greve de que se tem notícia após a criação da UOM durou somente um dia, e a associação atuou como mediadora entre grevistas e patrões ao enviar ofício reclamando a adoção do regime de oito horas. Deflagrado pelos metalúrgicos da Casa Boia que reivindicavam 8 horas de trabalho, o movimento foi bem sucedido pois conquistaram as 8 horas, além do pagamento relativo ao dia de greve sem dispensa de funcionário.

Ao longo da segunda quinzena de julho de 1919, foram registrados quatro movimentos grevistas em diferentes estabelecimentos. Em três deles, não há um registro claro sobre a presença da UOM, apesar da referência à demissão de metalúrgicos militantes do sindicato ao longo de greve deflagrada na Fábrica de Parafusos Santa Rosa, e também à presença de membros da UOM entre os grevistas da Cia. Mecânica (seção de São Paulo) solidários à greve dos laminadores de São Caetano. Com duração de no mínimo uma semana, as paralisações tiveram como motivo a demissão de um menor da Fábrica de Parafusos Santa Rosa e o rompimento de um acordo sobre salários na Fábrica de Cofres Nascimento, além da já mencionada solidariedade dos operários da Cia. Mecânica aos laminadores de São Caetano, em greve contra arbitrariedades patronais.

A atitude dos proprietários da Fábrica de Parafusos Santa Rosa de fechar o estabelecimento - mesmo depois da readmissão do menor demitido - e dispensar todos os operários foi uma prática bastante difundida nesse período tanto entre oficinas metalúrgicas quanto entre outras atividades industriais. Segundo Angela Gomes, a prática extrema dos lock-outs para o enfrentamento das greves era uma forma através da qual os patrões procuravam pressionar os operários a aceitar as suas condições, na medida em que o fechamento dos estabelecimentos provocava problemas de ordem financeira aos empregados (24).

A greve de maior duração - mais de um mês, com início em meados de julho - foi deflagrada contudo numa

empresa de maior porte, a Cia. Industrial Martins Barros, de produção de maquinárias para indústria, que contava com mais de 400 empregados e era uma das maiores do ramo. Reivindicando certas concessões já feitas a operários de estabelecimentos congêneres, os trabalhadores pediam aumento salarial, pagamento quinzenal, jornada de trabalho de oito horas e reconhecimento da UOM. Essa manifestação foi a primeira que reivindicava o reconhecimento pelos patrões da entidade sindical da categoria metalúrgica. Da mesma forma que outras greves já mencionadas, o movimento dos operários desse estabelecimento confirmou a presença atuante de membros da UOM no interior dos locais de trabalho, fato significativo se considerarmos que o sindicato fora recém-criado. A prática do lock-out foi também utilizada pela empresa logo no início do movimento, sob a alegação de já haver concedido em outra greve 8 horas de trabalho e aumento de salários proporcional ao serviço de cada um, o que impossibilitava, segundo ela, a aceitação das propostas dos empregados.

Os operários julgaram a atitude do empresário Martins Barros semelhante à do industrial têxtil Jorge Street, criticando o gesto de recusa à negociação. Já antes mesmo de iniciada a greve, o sindicato havia enviado ofício à direção da empresa com a proposta dos empregados, para o qual não obtiveram resposta. No decorrer do movimento, os patrões se negaram a negociar com a associação sindical procurando contato direto com os operários. A resistência patronal em reconhecer o sindicato da categoria como interlocutor ao longo de toda greve não conseguiu contudo reverter a posição dos grevistas, que julgavam importante o atendimento daquela

reivindicação para o fortalecimento das lutas da categoria. Além disso, a decisão dos operários no sentido de organizar diversas comissões de socorros visando ajudar aos grevistas mais necessitados era assumidamente uma forma de manter a união dos operários, que era considerada vital para a conquista dos seus objetivos.

A greve resistiu até mesmo ao seguinte ultimato patronal: depois de 15 dias de iniciado o movimento foi afixado um boletim nas oficinas solicitando aos operários que não tivessem aceito as concessões dos industriais que retirassem suas ferramentas da empresa e também seus saldos, pois, caso contrário seria tudo entregue ao Depósito Público. Mais uma vez coesos, os operários foram em massa às oficinas retirar seus pertences. A formalização de uma ameaça patronal desse tipo era reveladora do tipo de organização industrial da empresa que, embora de porte razoável, mantinha oficinas cujos instrumentos de trabalho eram de propriedade de seus empregados. O movimento se estendeu ainda até o final de agosto e houve acordo julgado satisfatório pelos operários.

A partir dos meses de agosto e setembro de 1919, a atuação da UOM foi mais intensa. Esse fato é comprovado pela mediação do sindicato nos movimentos grevistas, o que demonstra a representatividade crescente do sindicato face à categoria metalúrgica.

A greve nas oficinas da Metalúrgica Aliberti, também uma empresa de maior porte, durou toda a segunda quinzena de agosto, e o motivo foi a negação de um pedido feitos pelos

trabalhadores de dispensa de um gerente cujo comportamento era julgado arbitrário. O fato de a conjuntura ser favorável à mobilização permitiu a organização de comissões de trabalhadores encarregadas de angariar apoio entre os colegas das várias fábricas pertencentes à mesma empresa, de propriedade do industrial Francisco Matarazzo. Muito embora o conflito com o gerente tenha se atenuado com a ida deste à UOM e à FOSP, as negociações entre a comissão mista de grevistas e a FOSP com os diretores do estabelecimento foram difíceis ao longo de todo tempo e, ao final, os diretores resistiram em pagar os salários correspondentes aos dias de greve.

Ao longo dos meses de setembro e outubro, cerca de 400 operários paralisaram suas atividades na Cia. Mecânica e Importadora, na seção de São Paulo. Os trabalhadores desse estabelecimento já haviam entrado em greve em maio por aumento salarial e pelo estabelecimento de uma jornada de trabalho de 8 horas, e em julho em solidariedade aos laminadores de São Caetano. Desta vez, o motivo central fora o reconhecimento da UOM, da Liga da Construção Civil e das comissões internas de operários, que já havia sido acordado na última greve na empresa. Convém mais uma vez observar o alto nível de mobilização operária através não só do esforço de manutenção das comissões internas, mas também da intensa pressão para o reconhecimento das organizações sindicais no interior das oficinas. Os grevistas tentaram ainda ao longo da mobilização convencer os operários da sucursal de São Caetano a prestar-lhes solidariedade, recusando que a empresa deslocasse o fabrico de peças para aquela sucursal.

A empresa manteve-se intransigente face às reivindicações dos seus funcionários e, a exemplo de outros estabelecimentos, declarou encerradas suas atividades e demitiu os grevistas. Estes retiraram então suas ferramentas das oficinas e, em seguida, decidiram fundar uma cooperativa para distribuição de gêneros alimentícios aos sócios do sindicato mais necessitados.

Apesar da paralisação ter sido mantida por pouco mais de um mês e do expressivo número de grevistas, é possível perceber que houve alguma dificuldade na manutenção da greve ao longo de todo esse tempo. Houve um contínuo empenho por parte da empresa no recrutamento de novos trabalhadores para ocupar o lugar dos grevistas e, além disso, alguns deles aceitaram ocupar as funções de mestre. Por outro lado, em fins de setembro, foram registradas invasões de residências e prisões, o que levou até mesmo ao pedido de habeas-corpus para dois operários. Em 15 de outubro, A. Fleha informava que a greve prosseguia "apesar da traição, da covardia e do comodismo de muitos operários"⁽²⁵⁾. O pedido da UOM feito em fins de setembro para que os grevistas não comparecessem à porta da oficina e também para que os metalúrgicos em geral não aceitassem emprego naquele estabelecimento foi igualmente significativo das dificuldades para a manutenção do movimento. A UOM chegara até mesmo a ameaçar com expulsão do sindicato "todo mau elemento que não se mostrar digno de pertencer à coletividade humana"⁽²⁶⁾. Não houve contudo nenhum registro na imprensa sobre as condições do fim da mobilização.

Ainda em fins de setembro, foi deflagrada greve na Casa Stamato em protesto contra o regime de trabalho que ultrapassava as 8 horas e que remunerava as horas extra em 30% enquanto outros estabelecimentos pagavam 50% pela hora a mais de trabalho. Os grevistas reivindicavam ainda o reconhecimento da UOM que, ao longo do movimento que durou mais de 15 dias, atuou em defesa da mobilização solicitando aos metalúrgicos que não aceitassem trabalho em empresas em greve. As críticas que a UOM recebeu pela sua atuação junto aos grevistas se inseriam nas acusações mais gerais feitas aos sindicatos e que apontavam para o seu caráter nocivo à ordem pública.

A mudança do secretário-geral da UOM em 11 de outubro parece não ter alterado as diretrizes do sindicato para com a categoria nas cinco manifestações grevistas ocorridas naquele mês. A UOM apareceu como mediadora em duas das cinco greves, muito embora não se tenha obtido registros mais detalhados sobre o desenrolar de duas das três outras paralisações.

Na Metalúrgica Paulista, a reivindicação dos grevistas foi aumento salarial para os menores, além de serem contrários às arbitrariedades cometidas pela empresa. Argumentavam que o trabalho dos menores iniciava às 6 horas da manhã até às 7 da noite, sem prazo de tempo para almoço. A greve durou somente um dia, pois o mestre de fundição da firma comunicou à UOM que os salários dos menores seriam aumentados e que também seria concedida a jornada de 8 horas.

Na Fundação Industrial Brasileira, a greve foi iniciada pela dispensa do representante da UOM no estabelecimento. O sindicato intercedeu nesse caso pedindo a solidariedade da categoria metalúrgica.

Outros dois movimentos grevistas no mês de outubro foram registrados, um na Fábrica de Colchetes de Pressão e outro na Companhia Brasileira Metalúrgica de Indianópolis. No primeiro estabelecimento, as reivindicações eram de pagamento quinzenal, abolição das multas, e não dispensa dos grevistas, além de acusações sobre o desrespeito aos operários e o trabalho excessivo imposto aos menores e às mulheres. Os operários de outra empresa em greve também reivindicavam um melhor tratamento aos menores que trabalhavam na firma, assim como se tornara condição para a volta ao trabalho a expulsão de dois mestres acusados de espiões.

Por outro lado, a repressão que vinha se intensificando no segundo semestre de 1919 tanto em São Paulo quanto no Rio tornara-se mais aguda em meados de outubro, numa conjuntura em que era articulada em São Paulo a proposta de uma greve geral. Um dia após deflagração do movimento pelos operários da Light, a FOSP decretou greve geral no estado, que no entanto obteve uma paralisação somente parcial. Os metalúrgicos se solidarizaram com os trabalhadores da Light, mas não há referência ao apoio da UOM ao movimento, ao contrário da União Geral dos Chapeleiros e da União Geral dos Ferroviários. A repressão policial fechou sindicatos do interior do estado e efetuou prisões inclusive de Everardo Dias, importante militante anarquista e, com um

saldo de cerca de 400 operários dispensados da Light, o movimento foi debelado após uma semana de duração.

Segundo Cristina Campos, a repressão foi intensa mas não conseguiu "abater a FOSP e os maiores sindicatos como o dos tecelões e da construção civil" (27) sendo que pouco tempo depois da greve A Elebe também voltou a circular. Entretanto, no caso específico do setor metalúrgico, os meses de novembro e dezembro não registraram nenhum movimento grevista. Seria legítimo pensar que a decisão do novo secretário-geral de romper com a FOSP e por conseguinte com o ideário libertário pudesse ter implicações na atuação da UOM junto à categoria. Não existem contudo sinais de manifestações críticas da categoria àquela gestão, nem mesmo ao nível restrito das fábricas.

A nova direção da UOM que assumiu em janeiro de 1920 refez de imediato seus vínculos com a FOSP, e entre janeiro e fevereiro demonstrou um intenso esforço de ação junto à categoria. Não foi contudo registrada nenhuma greve naquele período.

Na realidade, o ano de 1920 foi marcado por um desaquecimento da mobilização operária em geral, logo após o ápice do movimento registrado entre os meses de março e abril por ocasião da greve dos tecelões paulistas. Cristina Campos demonstra como o movimento dos trabalhadores em São Paulo ainda se expandiu entre os meses de janeiro e março de 1920 através não só das greves ocorridas, mas também da constituição ou rearticulação dos sindicatos. As greves foram deflagradas na capital paulista pelas categorias dos têxteis.

gráficos, chapeleiros, alfaiates e trabalhadores de limpeza pública, e, pelo menos nos dois últimos casos, foram bem sucedidas. Ao mesmo tempo, os operários em fábricas de bebidas (seção da Companhia Antártica) e em fábricas de massas alimentícias, os empregados em cafés e os ferroviários articulavam-se no âmbito sindical (28).

A mobilização dos têxteis foi de tal ordem que a deflagração de uma greve em um estabelecimento na primeira quinzena de março desencadeou a ampliação da greve para toda a categoria (29), culminando com a decretação pela FOSP de uma greve geral no dia 27 do mesmo mês. A adesão ao movimento grevista, por parte dos operários metalúrgicos da Lidgerwood do Brasil, da Cia. Industrial Martins Barros, da Hugo Heise, da Viúva Kraig, da MA Bablini, da Metalgráfica Aliberti, da Garage Geral e da Cia. Mecânica Importadora de São Paulo se deu em seguida à decretação da greve geral pela FOSP. Os sapateiros, canteiros, marmoristas e empregados de algumas fábricas alimentícias paralisaram também suas atividades, enquanto os trabalhadores da construção civil optaram por uma greve de solidariedade de 24 horas. Entretanto, com exceção dos têxteis, foram os metalúrgicos dos estabelecimentos mencionados que se mantiveram paralisados por mais tempo. Desde que aderiram à greve, os metalúrgicos afirmaram que só voltariam ao trabalho quando a FOSP decidisse pelo fim da greve geral. Tal fato ocorreu contudo já no dia 5 de abril, e o movimento prosseguiu somente com a paralisação dos têxteis. A Federação admitiu o fracasso da greve geral pela pouca adesão obtida e pela forte repressão policial montada contra

as reuniões dos trabalhadores.

Por outro lado, a mobilização grevista dos metalúrgicos detonou um novo elemento nas negociações entre patrões e empregados. Foi durante a greve de solidariedade aos tecelões que pela primeira vez a Associação Paulista das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas se fez presente, marcando a entrada em cena de uma entidade organizadora dos interesses dos industriais do setor. Não se obteve nenhum registro sobre a data de sua criação: porém, a primeira manifestação pública da entidade ocorreu exatamente nesse momento. Convém observar que a organização de uma entidade patronal certamente se ligou à crescente capacidade mobilizadora do operariado em geral, e a articulação dos industriais por setor consistiu sem dúvida numa forma de se contrapor às pressões operárias. Da mesma forma que os industriais metalúrgicos, os industriais do setor têxtil paulista se organizaram em torno do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem (CIFIT) e os proprietários de alfaiataria na Sociedade dos Negociantes Alfaiates.

No setor metalúrgico, as oficinas cujos operários haviam entrado em greve foram fechadas no dia 31, e a Associação Paulista das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas fez sua aparição nesse momento pois foi ela quem declarou o lock-out. Dias depois, a associação comunicou que aqueles estabelecimentos seriam reabertos em 6 de abril e, caso as oficinas não retomassem o trabalho, ficariam fechadas por tempo indeterminado. Os metalúrgicos declararam que esse aviso não passava de uma ameaça, e decidiram ainda exigir dos

patrões o pagamento dos salários correspondente aos dias em que os estabelecimentos estivessem fechados pelo lock-out. Entretanto, antes mesmo do dia 6, a FOSP decretou o fim da greve e a diretoria da UOM deu por findo o movimento.

O ponto nevrálgico dos conflitos entre associação patronal e metalúrgicos se situava contudo em torno da questão do reconhecimento da UOM. A exemplo do CIFT, a associação patronal do setor mecânico e metalúrgico vinha tentando extinguir a UOM através da imposição de um regulamento a ser seguido pelos estabelecimentos do ramo. A pressão dos industriais nesse sentido foi mantida mesmo depois da decretação da greve geral, como demonstra o fato de terem sido afixados nas oficinas um novo regulamento no dia 6. Segundo a UOM, o regulamento feria os direitos dos operários, e no dia 7, entraram em greve os operários da Cia. Industrial Martins Barros e da Metalgráfica Alberti. Os grevistas da Martins Barros rejeitaram o novo regulamento interno da empresa e os do segundo estabelecimento recusaram aceitar que os proprietários não reconhecessem a diretoria da UOM e suas comissões.

A UOM contudo não demonstrou disposição em acirrar o confronto, ao aconselhar a seus associados o não abandono do trabalho "pois ela saberá agir com a prudência necessária, a fim de que os interesses dos operários não pereçam"⁽³⁰⁾. O secretário geral da UOM enviou ainda carta ao industrial George Graig, primeiro secretário da Associação Paulista das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas, solicitando tempo para o estudo do regulamento antes que fosse posto em prática. Uma

carta do mesmo teor foi enviada à Leopoldi Sidow, gerente da Cia. Industrial Martins Barros. Em meados de abril, uma assembléia da UOM nomeou uma comissão que iria negociar um acordo com a associação patronal para o reconhecimento do órgão de representação dos interesses dos metalúrgicos.

Na Metalgráfica Aliberti, as negociações foram no entanto mantidas entre o proprietário da firma Francisco Matarazzó e os grevistas, que também reivindicavam a readmissão dos colegas despedidos sem motivo e o pagamento dos dias em que se mantiveram em greve, além do reconhecimento da UOM e das suas comissões. O movimento terminou com o atendimento de todas as reivindicações mas, no dia seguinte, vários operários foram presos, inclusive o delegado da UOM naquele estabelecimento.

O estreitamento do poder de negociação do sindicato torna-se evidente se considerarmos as pressões dos industriais então aglutinados em torno de uma entidade patronal, a repressão policial, e a própria orientação que emerge no interior da UOM. O próprio apelo do sindicato para que o deputado fluminense Mauricio de Lacerda entrasse em contato com a associação patronal em defesa dos interesses metalúrgicos revela um esforço de articulação de uma nova via de negociação entre operários e patrões. A UOM convidaria ainda em junho Mauricio de Lacerda para proferir palestras no sindicato. Aliás, a convite da própria FOSP, fora registrada a presença do parlamentar fluminense em fins de março em São Paulo como parte do esforço de reabertura da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, fechada

pela polícia.

Numa avaliação geral sobre o movimento operário paulista já na fase declinante da mobilização dos tecelões, Eleba afirmava que " o operariado paulista foi posto fora da lei e é impedido de se reunir e de concertar os meios adequados para obter a vitória de sua casa" (31).

Ainda em abril, na segunda quinzena, houve mais duas paralisações, uma na Oficina Mecânica Vaughan e outra na Lidgerwood do Brasil. A primeira greve foi um protesto contra a presença na fábrica de dois funcionários julgados espiões. Essa atitude dos grevistas certamente revelava o agravamento do clima de ameaça e de pressão no interior das empresas. A outra greve foi deflagrada por cerca de 200 operários em protesto contra a dispensa de colegas que não haviam cumprido ordem da gerência que exigiu que trabalhassem num domingo até às 11 horas, com aumento de 25%. O movimento durou mais de dez dias, e ao longo desse período, o ex-secretário da UOM Mário Machado foi denunciado como furador do movimento na fábrica. Em ambas as greves, não há informações sobre a participação da UOM e sobre o próprio desfecho da mobilização.

O declínio da mobilização operária em São Paulo e do próprio vigor das associações sindicais se impõe a partir de maio de 1920. Acompanhando essa tendência, foram registradas contudo, entre os metalúrgicos, duas greves - uma em setembro e outra em outubro de 1920 - quase sem repercussão. Da primeira, na Oficina Blumencher & Cia., sabe-se exclusivamente que houve negociação entre uma comissão de operários e a empresa. Já a segunda mobilizou durante dois

dias cerca de 100 operários da Estamparia Aliberti em protesto contra alguns itens do regulamento interno da fábrica como ida e tempo de permanência dos empregados no banheiro e ainda contra a demissão de um operário que mantinha uma liderança junto aos demais funcionários. A ausência da UOM em ambos os movimentos certamente resulta do próprio desaquecimento da atividade sindical.

Entre os anos de 1922 e 1923 foram registradas cinco greves e nenhuma delas incluiu em suas reivindicações o reconhecimento da UOM. Uma única greve foi deflagrada em 1922, no mês de agosto, na Fábrica de Correntes Victoria, contra arbitrariedades patronais e por aumento salarial, sem registro da duração do movimento e de seus resultados.

A primeira greve dos metalúrgicos em 1923 foi deflagrada no mês de fevereiro em solidariedade à greve dos gráficos de Campinas que reivindicavam o reconhecimento da União dos Trabalhadores Gráficos, a abolição do trabalho sob contrato, a diária de 8 horas, o descanso semanal remunerado e a proibição do trabalho noturno para menores e mulheres. Além dos metalúrgicos, o movimento dos gráficos conseguiu mobilizar algumas outras categorias profissionais assim como gráficos de outras localidades e, especificamente para essa categoria, foi considerado vitorioso. A greve durou quase dois meses e as condições impostas pelos grevistas foram paulatinamente aceitas⁽³²⁾. Os metalúrgicos manifestaram ao longo da greve de solidariedade seu protesto contra o encarecimento constante de todos os gêneros e contra os baixos salários, enquanto a UOM, juntamente com a União dos

Empregados em Cafés, União dos Artífices em Calçados, a Liga Operária da Construção Civil e a Liga dos Operários em Fábricas de Tecidos, assinava documento que proclamava a necessidade da atuação dos operários em seus sindicatos de resistência para defesa de suas reivindicações "pois que cada trabalhador deve trazer em si o ideal de emancipação proletária "(33).

Os conflitos no interior dos estabelecimentos metalúrgicos por arbitrariedade patronais e/ou por baixos salários redundaram ainda em greves no ano de 1923. Em abril, foi decretada uma paralisação na Fábrica de Aço Holmberg e Cia. (seção fundição), pelo rompimento de um acordo recém negociado entre operários e gerência, e também pelos baixos salários pagos pela empresa. Se por um lado a UOM, enfraquecida, não se apresentara como mediadora nessas greves, por outro a associação patronal do setor demonstrava estar atuante se considerarmos a informação de que a fábrica em questão burlava cláusulas do acordo por imposição da associação patronal do setor metalúrgico. Em maio, a greve dos fundidores da Fundição IMAN também reivindicava aumento salarial e protestava contra a demissão de operários. Três meses depois, os operários da Fábrica de Parafusos Santa Rosa decretaram uma greve contra o regulamento interno da fábrica que estabelecia um tempo de permanência no banheiro de 3 minutos.

É possível concluir que, desde a criação da UOM, foram detectadas três formas de negociação que mantinham uma correspondência direta com o estágio da mobilização dos

metalúrgicos refletindo o próprio esforço de sobrevivência daquela associação de classe. As negociações entre a UOM e as empresas individualmente ocorreram em momentos de maior mobilização operária e quando o poder de pressão era conseqüentemente maior. Já a fase de negociação entre a UOM e a associação patronal e depois ainda a intermediação através de parlamentares identificados com a defesa dos trabalhadores revela a debilidade não só das condições de sustentação das conquistas operárias mas também do poder de atuação do sindicato enquanto representante de uma categoria, implicando em novos desafios para a organização dos metalúrgicos e para a sua própria mobilização. Não existiam contudo sinais que evidenciassem a presença de outras tendências políticas junto à categoria, procurando impor uma nova direção à UOM.

NOTÍAS

- (1) O Combate, 19/05/1919.
- (2) Cristina Hebling Campos - O sonho libertário.
p. 56-57
- (3) Citado por Angela de Castro Gomes in A invenção do trabalhismo. p. 17.
- (4) A Plebe, 14/06/1919.
- (5) Boris Fausto - op. cit., p.179.
- (6) Silvia Magnani - op. cit., p. 50
- (7) Kazumi Munakata - op. cit., p. 17
- (8) L. Werneck Vianna - op. cit., p. 73
- (9) Maria Herminia Tavares de Almeida - op. cit., p.
168-169
- (10) Boris Fausto - "Estado, trabalhadores e burguesia
(1920-1945)" in Novos Estudos CEBRAP n. 20
- (11) Angela de Castro Gomes - op. cit., p. 87
- (12) O Combate, 23.12.1919
- (13) Idem, ibidem.
- (14) A Plebe, 14.12.1919
- (15) Idem, ibidem.
- (16) O Grito Operário, 28.12.1919.
- (17) O Combate, 23.12.1919.
- (18) A Plebe, 31.01.1920.
- (19) Idem, 24.01.1920 e A Patulália, 24.01.1920
- (20) A Plebe, 28.02.1920
- (21) A Vanguarda, 30.03.1921
- (22) Maria Silvia Duarte Hadler - Sindicato de Estado e
legislação Social: o caso dos gráficos paulistas nos

anos 1930.

- (23) O Trabalhador Gráfico,
23.2.1923
- (24) Angela Maria de Castro Gomes - Burguesia e trabalho:
política e legislação social no Brasil 1917-1937,
p.132-133
- (25) A Plebe, 15.10.1919
- (26) Idem, 26.09.1919
- (27) Cristina Hebling Campos - op. cit., p. 64
- (28) Idem, p. 65-69
- (29) O relato de todo o movimento grevista dos tecelões
está detalhadamente narrado em Cristina
Hebling Campos, op. cit., p. 69-87
- (30) O Combate, 07.04.1920
- (31) A Plebe, 10.04.1920 citado por Cristina Hebling
Campos - op. cit., p.84.
- (32) Maria Silvia Duarte Hadier - op. cit., p. 79-80
- (33) O Trabalhador Gráfico, 23.02.1923

V - A RETOMADA DO MOVIMENTO SINDICAL

O clima de distensão política instalado no país mesmo antes da posse de Washington Luis pela expectativa do fim da política repressiva imposta por Artur Bernardes e pelo fim do estado de sítio que vigorou ao longo de quase todo o seu governo, criou condições para a reorganização do movimento sindical em vários estados, estimulada sobretudo pela atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB), e pelo esforço de reativação das organizações anarquistas⁽¹⁾.

Embora não haja indícios de uma atuação bem sucedida de ambas tendências junto aos metalúrgicos, existem sinais de um esforço organizativo da categoria. Em 1928, um manifesto assinado pelos operários da Fábrica Souza Neschese e publicado pelo jornal comunista A Classe Operária denunciava a extensão da jornada de trabalho, o não pagamento de horas extras, os baixos salários, a exploração do trabalho de menores de 14 anos, os acidentes de trabalho ocorridos sobretudo nos setores de fundição e estamparia e as más condições de trabalho, proclamando entre outros itens o direito de associação, "economicamente, no sindicato; politicamente, no partido operário"⁽²⁾. A nota propunha também a união dos metalúrgicos de São Paulo. No ano seguinte, formou-se uma associação metalúrgica dos trabalhadores da Metalúrgica Matarazzo, o chamado grupo de Água Branca. Por outro lado, os empresários do setor reuniram-se em torno da Associação dos Industriais

Metalúrgicos e, juntamente com outras associações patronais, reagiam à legislação trabalhista que vinha sendo discutida em meados daquela década. Não há registro contudo sobre a atuação de ambas ~~as~~ associações.

É necessário observar que, desde 1922 existiam sinais de tensão no interior do pacto de dominação oligárquico instaurado ao longo da Primeira República. Os levantes tenetistas de 1922 e 1924, a criação do Partido Democrático em São Paulo e em seguida em outros estados expressando a tensão entre os grupos regionais dominantes, a aglutinação a esses partidos de setores urbanos descontentes com a marginalização político-institucional a que se viam submetidos, o esforço de centralização do Estado expresso pela Reforma Constitucional de 1926, a crise econômica interna que se configura no final da década e a formação da Aliança Liberal foram episódios que revelaram a multiplicidade de conflitos existentes e como consequência os novos alinhamentos políticos que levaram à deflagração da Revolução de 1930.

A eclosão desse movimento trouxe por sua vez um novo impulso à mobilização dos trabalhadores, inclusive a reorganização das várias categorias em sindicatos. Eclodiram várias greves favorecidas pelo final da velha ordem, considerando que a própria plataforma veiculada pela Aliança Liberal destacava particular atenção à questão social⁽³⁾. Segundo Maria Hermínia T. de Almeida, houve 16 greves em São Paulo no mês de novembro, sobretudo no ramo têxtil⁽⁴⁾. Apesar

de as paralisações terem ocorrido em geral ao nível das fábricas, houve uma tendência à unificação do movimento, o que pode ser comprovado pela atuação tanto do Comitê Operário de Organização Sindical criado na capital paulista quanto da recém-estruturada União dos Operários em Fábrica de Tecidos.

No setor metalúrgico, houve registro de sete greves, em quase sua totalidade ocorridas em novembro e por razões salariais. A primeira delas ocorreu no dia 10 de novembro no estabelecimento Sergio e Werneck, contra o desconto em folha de 20% dos salários tendo durado 17 dias. No dia 13, com duração de 15 dias, foi deflagrada greve dos serralheiros da Serralheria Lameirão, cujo objetivo era protestar contra redução salarial e de jornada de trabalho. Ambas as greves sofreram intervenção do governo do estado. No dia 14, os operários da Fábrica Metalúrgica Reunida reivindicavam o pagamento dos dias correspondentes às férias anuais de que não gozaram, e dois dias depois os operários da Oficina Mecânica da Fundação Matarazzo paralisaram seu trabalho declarando solidariedade aos companheiros de outros estabelecimentos. No dia 19, 61 operários da Cia. Mecânica e Importadora de São Paulo (seção da Lapa) paralisaram seus trabalhos pela dispensa de 73 operários da firma que haviam pedido readmissão. Sobre esse caso, existe o registro de que estavam quase chegando a um acordo, em função de promessa de readmissão no prazo de 15 dias. No dia 22, 60 operários da Fundação Pirie Villares e Cia. pleiteavam a abolição do desconto de 10% há tempos efetuado em seus salários. Em dezembro, os operários da Fábrica Laminação Matarazzo também paralisaram suas atividades reivindicando aumento de salário,

~~e de~~ não diminuição de jornada de trabalho, assim como rejeitavam a dispensa de funcionários. Os grevistas, através de uma comissão, declararam que iriam se entender pessoalmente com o ex-tenente e interventor paulista João Alberto, que, logo após a revolução de outubro, havia ameaçado confiscar as fábricas que não cumprissem as primeiras medidas de caráter social decretadas pelo novo governo.

Quase nada existe registrado sobre o desenrolar dessas paralisações, sua duração e seus resultados. Convém contudo observar que, naquele momento, não houve nenhum canal mediador entre operários e donos dos estabelecimentos, sendo que somente em uma empresa uma comissão de operários dirigiu-se diretamente ao interventor paulista. O quadro de crise econômica informa por sua vez sobre os problemas que atingiam os trabalhadores em geral levando-os às greves: dispensa do trabalho, redução salarial e de horas semanais de trabalho.

A primeira tentativa de organização dos metalúrgicos surgiu exatamente no interior do Comitê Operário de Organização Sindical (também denominado Comitê Provisório de Reorganização Sindical). Com o objetivo de orientar as várias categorias para a reorganização dos sindicatos, foi aprovada na primeira assembléia do órgão a nomeação de comissões para esse fim. Além dos metalúrgicos, foram criadas comissões de reorganização dos tecelões, dos gráficos, dos operários da Construção Civil, de alimentação, bebidas, couros e peles, louças e cerâmica, transportes urbanos e ferroviários,

eletricidade e ainda dos empregados no comércio, empregados públicos, motoristas e carroceiros⁽⁵⁾.

Não seria contudo possível afirmar sobre as condições que levaram à rearticulação da União dos Operários Metalúrgicos de São Paulo (UOM) em fins de 1930. Embora haja o registro de que uma comissão especial do referido Comitê iria se reunir com os metalúrgicos que desejassem instruções para se organizar⁽⁶⁾, não há indícios de que a UOM tenha se originado no interior do Comitê. Na realidade, a UOM renasceu mais uma vez ligada aos ideais anarquistas e conseqüentemente vinculou-se à Federação dos Operários de São Paulo (FOSP), que se rearticulou em 1931. Entretanto, o Comitê Operário de Reorganização Sindical não adotou nenhuma orientação em particular e várias tendências foram por ele abrigadas - anarquistas, comunistas, trabalhistas e trotskistas⁽⁷⁾ - o que tornava possível a ligação de elementos da UOM com o referido órgão.

Assim como a UOM convocou os metalúrgicos para reuniões ao longo de todo o ano de 1931 visando a unificação da categoria, outros sindicatos tentaram se reorganizar em meio ao processo de formulação de uma política trabalhista por parte do governo pós-revolução. Em novembro de 1930, fora criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e em março do ano seguinte era decretada a Lei de Sindicalização decreto nº 19.770. Em linhas gerais, essa lei definia o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, além de consagrar o controle ministerial sobre as associações de classe, regulando a sindicalização de

trabalhadores e patrões. Entre outras disposições, a lei aclamava o princípio da unidade sindical por categoria econômica ou profissional, impunha restrições à livre associação pois o quadro de associados devia possuir um mínimo de 2/3 de brasileiros natos ou naturalizados, além de proibir a propaganda de ideologias políticas ou religiosas. Em última instância, a lei visava atrair para o âmbito do Estado a organização dos trabalhadores, combatendo toda e qualquer associação fora do controle estatal. O ponto central da lei para a organização dos trabalhadores era que só aqueles sindicalizados nessas associações gozariam os benefícios da legislação social, o que determinava uma nova forma de controle das associações operárias.

Nesse sentido, a nova abordagem da questão social redefinia a relação entre Estado e classes trabalhadoras, mantendo a repressão mas criando novas formas de controle. A política social do regime pós-30 possuía uma dupla dimensão, ao criar uma legislação trabalhista e uma legislação sindical⁽⁸⁾; e isso lhe conferia uma especificidade em relação à legislação implantada ao final dos anos 10 e ao longo dos anos 20. Mais adiante, examinaremos o impacto dessa nova concepção da questão social e os limites para a reorganização e atuação dos sindicatos de trabalhadores.

Apesar da implementação da nova legislação sindical, os metalúrgicos mantiveram-se ao longo de 1931 fora dos padrões associativos por ela impostos. A UOM desde o início do ano lançou-se no esforço de mobilizar a categoria para ingressar em suas fileiras, além de procurar organizar-se

internamente ao escolher em assembléia geral uma Comissão Executiva para dirigir a associação e uma junta de três membros para revisão dos balancetes⁽⁹⁾. Por outro lado, pautou sua ação contra as medidas governamentais impostas aos trabalhadores pela nova legislação, através da recusa às cadernetas de trabalho impostas pelo Departamento do Trabalho⁽¹⁰⁾. A propaganda de alistamento do sindicato era constante e tinha o objetivo de fortalecer a organização, sem a interferência do Ministério do Trabalho e recusando a conciliação com setores não-operários. Entretanto, assim como nas demais categorias profissionais, não houve uma mobilização grevista entre os metalúrgicos ao longo daquele ano, independente das orientações políticas que atuavam junto a cada categoria⁽¹¹⁾.

A UOM não foi em 1931 a única alternativa associativa para os metalúrgicos. Ainda fora dos padrões impostos pela lei de sindicalização, organizou-se em fins de agosto o Comitê Provisório da União dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica sob a orientação da Federação Sindical Regional de São Paulo. Sob a liderança dos comunistas, esta federação procurou afirmar-se em oposição à FOSP, estimulando a organização de alfaiates, costureiras, bordadeiras, coleiteiros e trabalhadores em point-a-four, bonés e roupas brancas⁽¹²⁾. Uma das únicas referências à ligação da federação com os metalúrgicos dizia respeito à preocupação da entidade com a situação da categoria, tanto dos empregados quanto dos desempregados⁽¹³⁾, o que também era motivo de atenção da UOM.

Por outro lado, a mobilização grevista recuou bastante em 1931. Entre os metalúrgicos, não houve registro de nenhuma greve, apesar do esforço de reorganização da UOM e da atuação da Federação Sindical Regional de São Paulo junto ao operariado paulista. Em geral, a mobilização ficou reduzida naquele ano a seis movimentos, e mais uma vez concentrou-se entre os têxteis. Maria Hermínia observa no entanto a importância de uma dessas greves, que, com duração de 15 dias e reunindo 40.000 trabalhadores entre tecelões e empregados de outros ramos industriais, articulou-se à luta dos "tenentes" contra os partidos políticos das facções dominantes no estado⁽¹⁴⁾. Essa mobilização tinha a sua frente a União dos Operários em Fábricas de Tecidos cujo presidente, Righetti, era ligado aos partidários do tenente Miguel Costa, que vinha tentando influir na escolha do substituto de João Alberto na interventoria paulista. Os grevistas reivindicavam jornada de 8 horas, e eram contrários à lei que criara cadernetas de trabalho a serem fornecidas pelo Departamento Estadual do Trabalho. Apesar de o movimento ter se expandido, a sua base localizava-se entre os tecelões, muito embora isso não significasse que os miguelistas tivessem dirigido a greve ou que fossem portadores de um programa mais geral para a mobilização.

Durante o ano de 1932, tanto a UOM quanto a Federação Sindical Regional mantiveram-se em atividade fora dos moldes impostos pelo Ministério do Trabalho. A UOM convocava para suas reuniões metalúrgicos e trabalhadores de oficinas mecânicas, sócios e não sócios, inclusive

desempregados, e, solidária com a FOSP, procurou posicionar-se face à mobilização por ela desencadeada entre grevistas ferroviários, vidreiros e sapateiros. Tanto a UOM quanto a FOSP defendiam a deflagração de uma greve geral do proletariado de São Paulo. Quase nada se sabe sobre a representatividade da Federação Sindical Regional junto ao metalúrgicos, exceto que a sua atuação mais geral pautou-se por um conflito com a FOSP.

Em fins de 1932, a UOM proclamou o sucesso do sindicato como "vanguardeiro das organizações sindicalistas de resistência, com alistamento intenso e com os militantes trabalhando sem cessar"⁽¹⁵⁾, ao mesmo tempo em que informava que muitas oficinas haviam pago férias. Essas informações devem ser contudo relativizadas, pois embora o movimento associativo tendesse a ampliar, não havia sinais de grande mobilização entre os metalúrgicos.

Ao longo de 1932, a maioria das greves ~~haviam~~ se concentraram no primeiro semestre, com ênfase na temática sobre elevação dos salários e aplicações de medidas sociais em favor dos trabalhadores como jornada de 8 horas, férias, código de menores e abolição das carteiras de trabalho⁽¹⁶⁾. Entre os metalúrgicos contudo o único registro de greve foi de uma paralisação em dezembro de cerca de 14 dias entre os operários da Metalúrgica Matarazzo, reivindicando pagamento salarial e reconhecimento da UOM, além da denúncia contra a exploração do trabalho feminino e de menores que vinham trabalhando mais de 9 horas por dia. O movimento contou com a atuação da UOM e da FOSP, o que foi criticado pelo quadro

gráfico da empresa - liderado pela União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) - que discordava da luta levada pelos considerados anarcóides da FOSP. A UTG defendia a formulação de um plano geral de reivindicações, além de uma ampla organização dos trabalhadores que criaria as condições segundo ela para um verdadeiro e bem sucedido movimento de massas, julgando inviável o reconhecimento da UOM através da greve de uma só empresa. A FOSP no entanto possuía um plano de reivindicações para os trabalhadores da capital paulista que visava a melhoria não só das condições de trabalho e de salário, mas também de preços de moradia, gêneros de primeira necessidade, transporte, além do respeito ao direito de greve, da abolição das leis de expulsão e extradição e da liberdade de associação e de expressão⁽¹⁷⁾.

Por outro lado, a resistência patronal à concessão de benefícios sociais era intensa, sendo que a lei de férias de 1925 fora suspensa em março de 1931 e esperava regulamentação. Maria Herminia aponta ainda para a repressão que se abateu sobre as lideranças sindicais e políticas dos trabalhadores após a derrota a Revolução Constitucionalista paulista e para a própria conjuntura que se abria em função do movimento a partir de junho de 1932. Em paralelo, um dos compromissos mais decisivos do ministro Salgado Filho ao assumir em abril daquele ano a pasta do Trabalho foi exatamente o de estimular e obrigar o enquadramento sindical, ao mesmo tempo em que promulgou uma série de leis trabalhistas⁽¹⁸⁾. Juntos, esses dois movimentos revelavam o projeto do novo ministro em definir os novos mecanismos de tratamento da questão social no país, embora até o final de

1932 tanto os trabalhadores quanto o patronato não tivessem dado resposta à lei de sindicalização.

Para os metalúrgicos paulistas, a criação de um sindicato nos moldes definidos pela lei de sindicalização veio ocorrer em 27 de dezembro de 1932, em reunião de cerca de 50 trabalhadores da categoria ocorrida na sede da Legião Cívica 5 de Julho, organização política liderada pelos tenentes e que acabara de combater em todo o país os ideais de reconstitucionalização que haviam sido defendidos pelos paulistas na Revolução de 1932. O surgimento de uma nova forma associativa, consoante com a legislação sindical implantada, traria novos problemas e novas definições para os rumos associativos da categoria, até então limitada a tendências críticas ao enquadramento sindical proposto pela lei de sindicalização.

NOTAS

- (1) Para mais detalhes sobre esse processo no estado de São Paulo ver Kazumi Munakata, op. cit., Maria Silvia Duarte Hadler, op. cit., e Edgar de Decca, O silêncio dos vencidos.
- (2) A Classe Operária, 12.5.1928
- (3) Maria Hermínia Tavares de Almeida aponta exaustivamente para essa questão. Além de referir-se ao discurso de Vargas no lançamento de sua candidatura à presidência da República em janeiro de 1930 no qual colocava claramente sobre a urgência da elaboração de um código de trabalho, a autora acredita que a preocupação com a questão social já fora explicitada pelos tenentes, elementos que considera como força propulsora da Revolução de 30 e daquilo que houve de renovador no Governo Provisório. Ver Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil, 1930-1945, p. 51 e 172.
- (4) idem, p. 186
- (5) Ver Everardo Dias, História das Lutas Sociais no Brasil, p. 177.
- (6) Ver Diário Nacional 20.11.1930
- (7) Ver Maria Helena Simões Paes, O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: 1932-1951, p. 34
- (8) Sobre essa dupla dimensão ver Angela Maria de Castro Gomes, Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1932, p. 239 e Maria Silvia Duarte Hadler, op. cit., Cap. III.

- (9) Ver Diário Nacional, 23.1.1931
- (10) op. cit., 5.7.1931
- (11) o ano de 1931 registra o início do processo de reorganização sindical sob a influência de várias tendências. Na UOFT, ^{era} ~~ser~~ significativa a influência do tenente Miguel Costa, e na União dos Trabalhadores Gráficos o trotsquismo era dominante.
- (12) Ver A Platéia, 1.9.1931 citado por Maria Herminia Tavares de Almeida, op. cit., p. 193.
- (13) Ver A Platéia, 2.9.1931.
- (14) Para maiores detalhes ver Maria Herminia Tavares de Almeida, op. cit., p. 187-190
- (15) A Plebe, 24.12.1932
- (16) Maria Herminia Tavares de Almeida - op. cit., p. 190-191
- (17) A Platéia, 28.5.1932
- (18) Ver Angela Gomes, op. cit., p. 224-226

VI - O PARCEIRO OFICIAL: PRIMEIROS MOMENTOS

A criação do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo nos moldes da legislação sindical, foi fruto da união de dois agrupamentos distintos de trabalhadores: um deles pertencente à Metalúrgica Matarazzo, da Água Branca - ou grupo da Água Branca - e um outro que reunia os trabalhadores de uma fábrica de armas. O grupo de Água Branca mantinha uma associação desde fins da década de 20 e vinha se mobilizando para a fundação de um sindicato ⁽¹⁾. Por outro lado, convém lembrar que os trabalhadores da Matarazzo ~~estavam~~ ^{estiveram} em greve em dezembro de 1932 reivindicando o reconhecimento da UOM, embora não seja possível precisar se o grupo da Água Branca era o mesmo que pregava o reconhecimento da UOM, ou era um outro segmento que, avesso aos princípios anarquistas, procurava articular um sindicato de acordo com os princípios da lei de sindicalização de 1931. O que podemos afirmar é que, no momento de criação do sindicato oficial, a UOM era a única associação identificada como pertencente à categoria mas que, na opinião de um dos membros fundadores do sindicato, era uma "entidade clandestina" ⁽²⁾.

Segundo Armando Sufredini, um dos fundadores do sindicato, os seis trabalhadores que fundaram a associação trabalhavam numa pequena indústria de armas, com cerca de 70 empregados - ao contrário da Matarazzo que já era uma empresa de maior porte - e cujo proprietário numa atitude rara não se opunha à sindicalização. Juntamente com o grupo da Água Branca, foi formada segundo ele a primeira diretoria do

sindicato, composta por um trabalhador da Matarazzo que ficou na presidência (Rodolfo Mantovani), seis da fábrica de armas (Vicente Guilherme, André Zarcos, Arnaldo Sufredini, João Berra, Mário Chiarione e Sétimo Kanieri) no desempenho das funções de vice-presidente, primeiro-secretário, segundo-secretário, tesoureiro e de Conselho Fiscal respectivamente e dois de outras empresas (3).

Essa informação é contudo controversa pois não é possível afirmar que tenha havido uma liderança do grupo da fábrica de armas na criação do sindicato. Em primeiro lugar, porque segundo Maria Helena Simões Faes, a primeira diretoria foi composta por 3 operários da Matarazzo, 5 da Fundação Diez e 2 de outras metalúrgicas, o que embora aumente a participação da Matarazzo, mantém a liderança de um núcleo denominado grupo do Brás. A autora afirma entretanto que, os trabalhadores que se uniram àqueles da Metalúrgica Matarazzo, eram oriundos de algumas empresas - e por isso identificados como o grupo do Brás - destacando-se entre elas a Fundação Diez, e não são procedentes de um único estabelecimento, como afirma Sufredini. Entretanto, embora esses números apontem para o maior peso do grupo do Brás na liderança do sindicato, a autora destaca que nas assinaturas de presença do ato de criação do sindicato não constam os trabalhadores da Fundação Diez, além do que a mesa de reunião só era composta por operários da Matarazzo e as primeiras 86 inscrições de sócios se restringiram a empregados daquela empresa (4), o que poderia comprovar a liderança dos trabalhadores da Matarazzo.

De qualquer forma, à parte da disputa existente

entre os grupos, realizou-se em início de janeiro de 1933 uma reunião do sindicato para a aprovação da união dos operários das seguintes firmas: Metalúrgica Matarazzo, Fundição Pecoraro, Cofres Bernardini, Fundição Diez, Manoel Chenedo, Fábrica de Armas Assunção, S.A. Ciclope, Fábrica de Cofres Irmãos Correa ⁽⁵⁾. Em fevereiro, solicitaram o reconhecimento do sindicato e de seus estatutos junto ao Departamento do Trabalho, no que foram atendidos três meses depois.

A regulamentação do decreto sobre a sindicalização não significou de forma alguma que a sua implementação estivesse garantida e que, muito menos, houvesse uma disposição do patronato em acatar tanto a legislação sindical quanto a trabalhista, apesar das críticas do ministro Salgado Filho àqueles que reagiam às novas leis. O próprio presidente da primeira diretoria do sindicato dos metalúrgicos, Rodolfo Mantovani, foi demitido da Metalúrgica Matarazzo tão logo a empresa foi informada sobre seus vínculos com o sindicato, não tendo sido empregado por nenhuma outra empresa ⁽⁶⁾. Não houve reação à sua demissão por parte dos colegas da Matarazzo, o que pode indicar tanto um distanciamento dos trabalhadores em relação ao papel e às funções do recém-criado sindicato, quanto um risco em acionar uma mobilização reivindicatória no interior da empresa.

Por outro lado, Sufredini afirmava que o que havia levado um grupo de trabalhadores metalúrgicos a formar um sindicato era o cumprimento da lei ⁽⁷⁾. Se atentarmos para o fato de que a lei de sindicalização era de março de 1931 e que só a partir de 1933 foi registrado um crescimento do

número de sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, talvez possamos compreender as razões que levaram naquele momento ao interesse no "cumprimento da lei" como nos fala Sufredini. Considerando que a UOM era clandestina e não se enquadrava nos princípios do sindicalismo oficial, todos os direitos garantidos pela legislação social não poderiam ser desfrutados pelos trabalhadores não sindicalizados nos moldes da lei de março de 1931. Por outro lado, a própria UOM, embora se constituísse como um órgão de organização dos metalúrgicos desde o final da década de 10 e início de 20, encontrou dificuldades para a ampliação de suas bases junto à categoria, apesar da combatividade manifestada pela associação e pela FOSP até 1934, inclusive no período 33-34 quando foi registrado um aumento do número de sindicatos reconhecidos.

Convém ainda ressaltar que desde o momento em que foi criado, o sindicato informou que só representaria os metalúrgicos sindicalizados, muito embora nos primeiros anos participassem também das assembleias gerais trabalhadores não sindicalizados. Além disso, sob a denominação "metalúrgico" abrigavam-se outras profissões como mecânico, por exemplo. Vale lembrar que, de acordo com a lei de março de 1931, os direitos concedidos pela legislação trabalhista cabiam exclusivamente àqueles trabalhadores sindicalizados em associações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Além disso, data de 1932 a decretação das leis de regulamentação das relações de trabalho. Foram promulgadas leis de proteção ao trabalho - decreto sobre horário de trabalho na indústria

(maio), regulamentação do trabalho de mulheres (maio) e de menores (novembro) - e de defesa dos trabalhadores em conflito com o patronato - decreto de criação das comissões mistas de conciliação (maio) e das juntas de conciliação e julgamento (novembro), além do estabelecimento das convenções coletivas de trabalho (agosto). Esse novo corpo de leis reformava alguns dispositivos da legislação promulgada durante a década de 20, e da sua elaboração e regulamentação participaram órgãos representantes da burguesia industrial e comercial⁽⁸⁾.

Entretanto, o sindicato metalúrgico paulista encontrou resistência de natureza diversa para se afirmar como um representante de fato da categoria. Por um lado, a resistência patronal ao reconhecimento de um sindicato de trabalhadores impunha um severo controle e fiscalização no interior das fábricas em torno de conversas cujo tema fosse sindicato, podendo levar à demissão de funcionários. A figura do delegado de empresa era assim algo de alto risco e por isso inexistente, o que criava entraves à mobilização dos trabalhadores. Do ponto de vista da atuação da diretoria do sindicato, eram precárias as condições de articulação de seus membros entre si: reuniam-se à noite no sindicato com escalonamento de três diretores por noite, havendo ainda problemas quanto à assiduidade desse comparecimento e ao fato de todos permanecerem ligados a suas atividades profissionais. Sufredini comentou por exemplo sobre a "mixaria" que ganhava Mantovani ao perder o emprego e tornar-se exclusivamente presidente do sindicato⁽⁹⁾.

Diante de todas essas dificuldades, os trabalhadores ligados ao sindicato naquela época sentiam que haviam criado uma associação "no tapa", muito embora Sufredini afirmasse que o sindicato fora criado para cumprir uma lei. Essa situação revela pelo contrário a própria ambiguidade dos primeiros tempos de construção do sindicato e de promulgação da legislação trabalhista, que era a da luta pelo cumprimento de medidas já regulamentadas em leis. Algumas palavras de Sufredini referindo-se à legislação trabalhista elaborada durante o governo Vargas expressam de alguma forma essa situação: "Ele deu uma legislação trabalhista. Mas ao mesmo tempo conforme ele dava ele tirava. Quando o operário precisava, não era atendido como dizia a legislação" ou "até que os patrões soubessem que o sindicato não era contra eles, eles mandavam embora"⁽¹⁰⁾.

Apesar das dificuldades, o sindicato procurou ao longo desses primeiros anos arregimentar metalúrgicos através de propaganda e emissão de boletins. Muito embora não tenha havido nenhuma assembléia geral durante o ano de 1933, o núcleo dirigente do sindicato recebeu desde os primeiros meses de sua criação trabalhadores que iam procurá-los para resolver questões trabalhistas, o que significava, mesmo que precariamente, identificar o órgão como defensor dos interesses da categoria.

O depoimento de um grupo de metalúrgicos aposentados ligados aos primórdios do sindicato nos dá a dimensão sobre o tipo de espírito associativo que os mobilizava naquele momento. Segundo eles, o sindicato era

visto "sem credo político", pois visava apenas "credo econômico, sistema econômico e nada de política". Ou nas palavras do metalúrgico Hans Sikora: "sindicalismo significa defesa das reivindicações da categoria em suas necessidades econômicas"⁽¹¹⁾. Identificado como tal, era absolutamente coerente aderir às disposições da lei de sindicalização que acima de tudo tornava possível a obtenção de direitos trabalhistas. Já em seu primeiro ano de existência, no mês de setembro, tendo em vista a queixa dos operários da Fábrica Brasileira de Estamparia sobre o não recebimento de seus salários, o sindicato afirmou que só poderiam atuar se os trabalhadores fossem sindicalizados ⁽¹²⁾. Da mesma forma, em dezembro, o sindicato informava que os trabalhadores demitidos da Cia. Mecânica e Importadora só poderiam ser atendidos caso se sindicalizassem, quando então o DET e o sindicato poderiam iniciar negociações ⁽¹³⁾. Deve-se registrar que a greve ocorrida nessa empresa em função dessas demissões foi uma das duas únicas manifestações grevistas ocorrida no setovem 1933, sendo a primeira que contou com a presença do sindicato.

Embora existisse uma lei regulamentando a sindicalização e os operários acatassem seus dispositivos, a implantação do sindicato não foi algo imediato. O fato de os trabalhadores defenderem um sindicato "sem política" estabelecendo com isso uma identificação com a política sindical definida pelo Estado não lhes garantia o reconhecimento junto ao patronato. Daí ser possível entender a afirmação dos antigos militantes de que o "sindicalismo na época era difícil", pois resultava do "idealismo de um grupo

de trabalhadores"⁽¹⁴⁾. Por outro lado, o sindicato procurou atuar junto a outros segmentos operários. Em junho de 1933, houve uma discussão em reunião de diretoria sobre a formação da Frente Única Proletária que, na ocasião, já contava com a adesão da maioria dos sindicatos do Rio de Janeiro e alguns do Estado de São Paulo. Não há contudo nenhum indício de uma articulação maior do sindicato com órgãos deste tipo em 1933. Vale lembrar ainda que a mobilização dos operários paulistas ao longo daquele ano foi também bastante pequena.

A presença de um sindicato oficial como representante dos metalúrgicos não foi contudo capaz de impedir a atuação de associações sindicais independentes, que eram absolutamente condenadas pela lei da sindicalização. Discutiam política, discutiam as leis que haviam sido promulgadas e rejeitavam qualquer controle estatal. Tal foi o caso da UOM que sobreviveu ao primeiro ano de vida do sindicato. As divergências eram sensíveis e a disputa começou desde o dia da fundação do sindicato, data para a qual a UOM marcara igualmente uma assembléia.

Nos primeiros dias de janeiro de 1933, a FOSP declarou na imprensa que contava com a adesão de alguns dos principais sindicatos paulistas, entre os quais a UOM⁽¹⁵⁾. A campanha da associação anarquista contra os chamados sindicalistas legalitários era intensa, assim como contra a penetração dos comunistas nos sindicatos e na condução das manifestações grevistas. Em janeiro, a UOM afirmava: "Neste momento que a burguesia e o capitalismo explorador esforça-se por destruir as organizações proletárias, a UOM, com viril

esforço, põe em cheque as investigações do patronato e de seus sequazes, pois os agentes do patronato não tem conseguido a mínima parcela de vantagem, na sua obra de dividir os metalúrgicos, ou de arregimentá-los em "clubes eleitorais". Na sua última assembléia geral, os pioneiros das fornalhas provaram que estão prontos e dispostos a lutar contra o patronato vil, contra os demagogos dos "clubes políticos" e contra todo e qualquer amarelo que por qualquer meio procura fascistizar a classe dos baluartes da grandeza mecânica do mundo"⁽¹⁶⁾. Proclamando o sucesso das várias greves ocorridas desde meados de 1932 tanto aquelas lideradas pela FOSP quanto as independentes, a UOM alertava para a exceção daquelas "furadas" pelos "pseudo-vermelhos" como no caso da Metalgráfica Aliberti e de outras organizadas pelos sindicalistas legalitários. Convém lembrar contudo que o ano de 1932 não registrou um significativo número de greves. Em fins de fevereiro de 1933, a UOM apoiou uma greve deflagrada na Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia (São Caetano) por demissão de operários, e o sindicato dos metalúrgicos local foi fechado.

Mantendo-se numa linha independente das diretrizes impostas pela política estatal para a organização dos sindicatos, a UOM registrou a adesão de um número crescente de associados convocando diversas oficinas para traçar um plano geral de reivindicações⁽¹⁷⁾, voltando-se sobretudo para a questão das 8 horas de trabalho, do salário-mínimo e do custo dos gêneros de primeira necessidade. Essa atitude distinguia-se frontalmente da política do o sindicato oficial

que, naquele momento, executava exclusivamente as funções delegadas pela legislação.

Concluindo, o alvo das críticas da UOM ao longo do ano de 1933 foi o novo modelo de organização dos trabalhadores que começava a ser implantado e o controle que passava a ser exercido sobre os trabalhadores através de medidas impostas pelo Ministério do Trabalho. Alertavam assim os metalúrgicos quanto aos oportunistas que estavam se infiltrando no meio sindical⁽¹⁸⁾ e, através de campanha veiculada pela imprensa anarquista, a UOM manifestou-se contra a obrigatoriedade da carteira profissional que, regulamentada em junho do ano anterior, era vista como uma forma de o ministério controlar os trabalhadores⁽¹⁹⁾. A associação metalúrgica repudiava também a Lei de férias, suspensa em 1931 e cuja reformulação vinha sendo objeto de discussão nos organismos governamentais e patronais⁽²⁰⁾. Do ponto de vista de sua atuação mais geral, a UOM uniu-se às outras associações sindicais filiadas à FOSP na defesa dos princípios libertários e na repulsa ao fascismo.

A competição que se estabeleceu entre a UOM e o sindicato metalúrgico refletia um movimento mais amplo que se manifestou sobretudo a partir de 1933 entre entidades oficiais e independentes em função da concessão de benefícios sociais exclusivamente aos trabalhadores sindicalizados nas associações oficiais. Angela Gomes apresenta uma outra variável para o fortalecimento dos sindicatos oficiais e que consiste nas possibilidades abertas à participação política dos trabalhadores diante da formulação de um novo desenho

institucional para o país preconizada pelas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que se instalaria em 15 de novembro daquele ano, e para a qual estava prevista uma bancada de deputados classistas eleita pelos sindicatos de empregadores e de empregados⁽²¹⁾. Esses dois aspectos selariam segundo a autora o futuro das associações independentes, cujo poder de resistência tenderia a perder sua força.

Deve-se contudo ressaltar que, especificamente entre os metalúrgicos, o impacto gerado pelas eleições classistas com vista à participação na Assembléia Nacional Constituinte foi bastante relativo. ⁽²²⁾ Se essa questão não dizia respeito à UOM pela postura independente em relação ao Estado e crítica à atuação parlamentar, também o sindicato pouco se mobilizou. Em reunião da diretoria do sindicato em 21 de junho, uma vez tratada a questão da ida ao Rio de um delegado para a eleição para a Assembléia Constituinte, foi deliberado que o sindicato não poderia enviá-lo naquele momento ao Rio por ter assuntos internos importantes a tratar. Ao longo do ano não houve ainda qualquer menção ao fato de ter sido eleita uma bancada classista de empregados. É possível pensar que o sindicato era ainda extremamente débil assim como a sua representatividade junto à categoria, revelando os próprios limites à capacidade de participação política dos metalúrgicos na redefinição institucional em curso. Por outro lado, o depoimento de antigos militantes do sindicato revelou que, embora não houvesse representantes da categoria na Câmara - só os têxteis o tiveram -, os deputados classistas foram chamados em alguns casos para resolver problemas dos

metalúrgicos. Esse fato leva-nos assim a concluir que a bancada classista de fato constituía-se como legítima representante da categoria tanto no âmbito dela própria quanto no parlamentar, embora não tivesse havido no interior do sindicato dos metalúrgicos um movimento mais ativo no sentido de encaminhar representantes próprios.

A garantia da concessão de benefícios sociais e de participação dos trabalhadores na vida parlamentar não significou contudo, como adverte Angela Gomes, que o sindicalismo oficial não abrigasse tendências políticas distintas e insubmissas ao Ministério do Trabalho, e que o destino da organização sindical e das relações da classe trabalhadora com o estado estivesse definido, "uma vez que o enquadramento não traduzia uma postura de derrota e subordinação das correntes independentes do movimento operário"⁽²²⁾. A trajetória do sindicato metalúrgico comprova essa afirmação. Se o ano de 1933 foi um período voltado para a propaganda e para a organização interna do sindicato, o ano seguinte revelou um maior entrosamento do sindicato com a categoria e com os órgãos ministeriais que, não importa se como efeito ou não, veio acompanhado por um dinamismo que, mesmo incipiente, apontou para uma disputa entre distintas correntes no interior do sindicato, que, no limite, deslocaria a competição UOM - sindicato para o âmbito do próprio sindicato. Solapavam-se assim as bases de existência de uma organização independente da categoria.

NOTAS

- (1) Ver Maria Helena Simões Paes, op. cit., p. 39
- (2) Depoimento de Armando Sufredini em entrevista realizada em 13 de julho de 1979.
- (3) idem, ibidem
- (4) Ver Maria Helena Simões Paes, op. cit., p. 40
- (5) Ver Ata de assembléia geral do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, 10.01.33
- (6) Depoimento de Armando Sufredini em entrevista realizada em 13.7.1979
- (7) idem
- (8) Para uma análise detalhada sobre a participação do patronato na legislação social no pós-30 ver Angela Gomes, Burocracia e Trabalho, cap. VI.
- (9) Depoimentos de operários aposentados em entrevista realizada em 13 de julho de 1979
- (10) Depoimento em entrevista realizada em 13.7.1979
- (11) idem
- (12) Ver ata de reunião de diretoria do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, 23.9.33
- (13) idem, 13.12.33
- (14) Entrevista realizada em 13.7.79
- (15) As demais associações eram a Liga Operária da Construção Civil, a União dos Trabalhadores da Light e os sindicatos dos manipuladores de pão, artífices em calçados, costumeiros e profissionais do volante. Ver A. Elatáia, 9.1.33, cit. por Maria Helena Simões Paes, op.cit., p.35

- (16) O Trabalhador, nº 1, janeiro de 1933
- (17) idem, nº 2, fevereiro de 1933
- (18) Ver Á Eleita, 4.2.1933
- (19) idem, 8.4.33 e 2.12.33
- (20) idem, 17.6.1933
- (21) Ver Angela de Castro Gomes, - Á invenção do trabalhismo, p. 180-181
- (22) Ao analisar o processo de sindicalização dos trabalhadores em Minas Gerais, Carla Maria Junho Anastasia observa que, naquele estado, as eleições para delegado eleitor dos representantes dos empregados na Assembléia Nacional Constituinte não foram também um fator decisivo no processo de sindicalização dos trabalhadores. O fato de o número de sindicatos reconhecidos ser ainda restrito e a arregimentação dos trabalhadores para o pleito ter sido conduzida pelo Partido Trabalhista Mineiro que não tinha muita penetração junto aos setores mais avançados do sindicalismo mineiro foram as duas razões que, segundo a autora, explicam o fato. Corporativismo e cálculo político: o processo de sindicalização oficial dos trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937), p. 102
- (23) Angela de Castro Gomes, op. cit., p. 181

VII - AS CONDIÇÕES DE FORTALECIMENTO DO SINDICATO

a) O sindicato domina a cena

O entrosamento crescente que se consolidou a partir do primeiro semestre de 1934 entre o sindicato dos metalúrgicos e o Departamento Estadual do Trabalho, garantiu-lhe legitimidade como mediador entre operários e patrões para a obtenção de benefícios sociais. Nesse sentido, o sindicato concentrou imediatamente seus esforços na divulgação de boletins informativos sobre a necessidade de os operários procurarem a sua sede para fazerem a carteira de sócio e a profissional, única forma de obtenção do direito de férias promulgado em 18 de janeiro pelo Decreto nº 23.768. A estreita relação entre a propaganda de filiação ao sindicato e a nova lei de férias é comprovada pelo fato de um diretor ter proposto acelerar a propaganda de filiação somente após a promulgação da lei, considerando as dificuldades financeiras do órgão⁽¹⁾. Em março, visando também o pagamento das férias, o sindicato emitiu boletins para divulgar o endereço do sindicato, enquanto várias firmas declararam que só pagariam férias mediante apresentação das cadernetas sindical e profissional.

De fato, março foi um mês importante em termos de adesão ao sindicato: foram aceitos 85 novos sócios, o que equivalia ao número médio de associados contribuintes no ano anterior. Até o início de agosto, o número cresceu: 64 novos sócios em abril; 66 em maio; até 8 de junho, 53 e daí até fim

de julho, 140⁽²⁾. Por outro lado, a preocupação em abrir uma sucursal do sindicato em Osasco junto com outros sindicatos para atender os metalúrgicos ali residentes refletia o esforço para aumentar ainda mais o número de adesões.⁽³⁾ Maria Hermínia T. de Almeida observou por sua vez que "dos 32 sindicatos reconhecidos até fins de 1935 na cidade de São Paulo, 180 foram em 1933 e 9 em 1934"⁽⁴⁾

Durante o primeiro semestre, o sindicato atuou em defesa dos metalúrgicos solicitando junto às empresas a execução da lei de férias, utilizando para isso o Departamento Estadual do trabalho. Em março, um operário da firma Irmãos Cotro solicitou ao sindicato que procurasse seu patrão para pagamento de férias, recebendo a resposta de que isto só seria feito mediante intimação do Departamento Estadual do Trabalho (DET). O sindicato assim enviou ofício ao órgão, mas não existem informações sobre o desenlace do caso. Em maio, o sindicato comunicou envio de carta à firma Torquatô de Tella reivindicando o cumprimento das leis em vigor e, no final do mês, um operário da mesma firma solicitou ao sindicato pagamento de férias, denunciando ainda que o patrão havia alterado a carteira profissional. Um operário da Companhia Brasileira de Ferragens também em maio procurou o sindicato reivindicando o pagamento das férias. Durante o 2º semestre, houve igualmente vários pedidos de pagamento de férias. Em setembro, vários operários da Metalgráfica Paulista manifestaram-se nesse sentido e o sindicato encaminhou ao industrial e diretor do DET Jorge Street um pedido de respeito à lei. Visando também o

pagamento de férias, houve solicitação de operário da Cia. Mecânica Importadora, e de outro da I.R.F. Matarazzo e de vários operários da Barbará S.A. Nesses três casos, o entendimento foi com a própria empresa. A Metalúrgica Paulista por sua vez avisou ao sindicato que iria pagar as férias de seus funcionários. Conclui-se assim que as reivindicações foram encaminhadas ao sindicato individualmente, e não por um grupo de uma mesma empresa ou de trabalhadores de várias empresas conjuntamente. Por outro lado, só houve uma greve pelo cumprimento da lei de férias, como veremos mais adiante.

O sindicato recebeu ainda várias solicitações para defesa dos direitos da categoria ao longo de todo o ano de 1934. O maior problema dizia respeito às arbitrariedades patronais como foi o desconto para vários trabalhadores de dias perdidos "por conveniência do patrão" (na General Motors), proibição de que um operário retirasse suas ferramentas da empresa (na Nadir Figueiredo), não pagamento a dois operários (Nicole Sansone) e não prestação de assistência médica (na Firma Pecora e Galbiatti). Em todos esses casos, o sindicato entrou em entendimentos com os patrões. Houve um único caso relativo a acidente de trabalho na Metalgráfica Ricco, cujo operário solicitou ao sindicato que reivindicasse da empresa o pagamento de seguro.

Por outro lado, o sindicato atuou junto ao DET como intermediário entre operários e patrões. O órgão ministerial foi chamado a intervir por irregularidades na Cia Somma, de Osasco, que não só havia obrigado os operários a comprar os

generos de primeira necessidade em armazém da firma, mas que também prendera um operário por desentendimento com o gerente. Em setembro, o sindicato enviou dois ofícios ao DET pedindo providências referentes à não indenização de operário dispensado (Cia. Mecânica Importadora) e a abertura de processo — face a recusa em preencher a carteira profissional dos empregados (Metalgráfica Paulista). Em novembro, o sindicato enviou uma carta de protesto ao DET em função da dispensa sem justa causa de um operário da Firma José Chiaffone⁽⁵⁾.

O impulso de criação de associações sindicais a partir de 1933 também ocorreu junto aos metalúrgicos fora da capital paulista. Em 1934, foi criado o Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Santo André, dentro dos moldes definidos pela lei de sindicalização. No mês de setembro, o secretário geral da associação apresentou ao DET uma queixa contra os industriais da cidade por não aceitarem a sindicalização dos empregados. Ele próprio, juntamente com o presidente do sindicato, foi dispensado da Firelli S.A. por fazer propaganda sindical e pelas constantes críticas contra as substituições de operários nacionais por estrangeiros. O mesmo secretário manifestara-se ainda contra as arbitrariedades patronais dos industriais da cidade e o não cumprimento de acordos salariais⁽⁶⁾.

Apesar da atividade crescente do sindicato metalúrgico como representante da categoria junto aos patrões e aos órgãos ministeriais, foram somente três as manifestações grevistas ocorridas em 1934: na Companhia

Metalúrgica Paulista, na Metalúrgica Aliança e na Metalúrgica Matarazzo (Aliberti). As duas primeiras foram motivadas por aumento de salário e ocorreram numa mesma época - julho e agosto - que foi um momento de maior mobilização dos trabalhadores em geral. Na Cia. Metalúrgica Paulista, a reivindicação dos trabalhadores era de um aumento de 20% para repor a diminuição de 20% do salário efetuado em 1931, quando era grave a crise das indústrias paulistas. Iniciada na sessão de polidores em 23 de julho, a greve expandiu-se por toda a fábrica em cinco dias. O sindicato atuou como elemento negociador com a empresa que argumentava que somente algumas seções podiam receber aumento. O presidente da Cia. Metalúrgica Paulista cedeu ao pedido do presidente do sindicato comprometendo-se em conceder um aumento de 50 réis por hora para os empregados, o que no entanto dependia da aceitação destes pois, em troca, a empresa exigia a volta ao trabalho. A greve continuou ainda por no mínimo uma semana, na medida em que somente alguns concordaram com os termos da proposta. Ao nível da negociação contudo essa paralisação contaria com uma comissão de greve da própria empresa que atuou junto ao sindicato. Entre 8 e 10 de agosto de 1934, os grevistas da Metalúrgica Aliança reivindicaram aumento salarial - considerando que ganhavam 600 réis por hora há anos - e o DET foi chamado para solucionar o problema. Em fins de dezembro, os empregados da Metalúrgica Matarazzo (Aliberti) decretaram greve em defesa do cumprimento da lei de férias que seriam pagas alguns dias depois, mas não há registro da presença de membros do sindicato nas negociações.

A linha de reivindicações seguida pelas greves

metalúrgicas acompanhava a tendência mais geral dos movimentos grevistas ocorridos entre os anos 34 e 35 em São Paulo, voltada basicamente para a elevação dos salários e cumprimento das leis sociais, sobretudo em relação às férias e à jornada de 8 horas. Maria Hermínia Tavares de Almeida afirma que o surto grevista evidenciado em 1934 estava diretamente relacionado às penosas condições de trabalho e de vida daquele momento, e ~~de~~ ^{ando} que a expansão da atividade fabril que vinha ocorrendo desde o ano anterior afastava o perigo do desemprego, fortalecia o poder de barganha dos assalariados, já por si beneficiados pelo agitado ambiente político dos dois primeiros anos do governo constitucional (7). Entretanto, a autora observa que, embora o número de greves fosse crescente e se multiplicassem as categorias profissionais que se utilizavam desse instrumento de luta, houve uma tendência à ocorrência de paralisações no âmbito das fábricas, como foi registrado entre os metalúrgicos, sendo os têxteis e os ferroviários as categorias que mais recorreram à greve. A tendência a uma maior unificação do movimento operário viria somente em 1935, como veremos mais adiante.

É certo de qualquer maneira que em 1934 houve um crescimento do poder do sindicato dos metalúrgicos como órgão de defesa da categoria no tocante às leis trabalhistas. A partir de junho, o sindicato demonstrou ainda a intenção de promover assembleias com outros sindicatos para a discussão de temas como aposentadoria e pensões, estabilidade no emprego, respeito à lei de férias e de 8 horas, escola

proletária e descanso semanal⁽⁸⁾. Adequado à estrutura montada pelo Ministério do Trabalho que, através do DET, exercia o controle da vida sindical, o sindicato metalúrgico de São Paulo se sobrepôs nesse sentido à UOM que praticamente sucumbiu naquele ano. Era impossível à UOM conseguir a adesão da categoria na medida em que, fiel aos princípios anarquistas, ela não se adequava aos moldes da estrutura sindical, definida pela lei de março de 1931, condição sine qua non para a obtenção de benefícios sociais.

A orientação definida pela UOM, consoante com os princípios defendidos pela FOSP, impunha um severo combate à intromissão dos órgãos ministeriais e de seus instrumentos - como o caso da carteira profissional - em assuntos que diziam respeito exclusivamente à luta entre trabalhadores e patrões. O manifesto da UOM mais contundente nesse sentido foi divulgado no início de agosto de 1934, e sua finalidade maior era a convocação de uma assembléia da categoria com vistas à luta pelos direitos e pelas reivindicações do setor⁽⁹⁾. Entretanto, - na conjuntura política de agitação operária como a que marcou o início do segundo semestre de 1934, a UOM atuou significativamente através de manifestos contra o "fascismo trabalhista" juntamente com a União dos Operários em Fábricas de Tecidos e as associações dos alfaiates, dos sapateiros, dos operários em construção civil e de libertários de outras cidades paulistas e de outros estados da federação⁽¹⁰⁾. Em setembro, reunida em assembléia geral, a UOM criticou o presidente Getúlio Vargas em protesto contra as violências cometidas pela polícia carioca contra associações operárias. Desde o início de fevereiro contudo a

União dos Trabalhadores Gráficos reconheceria a ameaça da nova lei de férias à existência dos sindicatos livres, e já observara a tendência de alguns companheiros à oficialização do órgão não só para a obtenção de férias "como também para salvar a própria unidade organizatória dos trabalhadores gráficos⁽¹¹⁾. Sem poder garantir aos trabalhadores os benefícios trazidos pela legislação trabalhista, a UOM e a FOSP perderiam seu poder de representação junto aos trabalhadores.

b) A disputa intrasindical

Se durante o ano de 1933 o sindicato dos metalúrgicos e a UOM foram os núcleos de disputa pela representação da categoria, a partir de 1934 o sindicato se tornava o próprio palco das divergências entre várias tendências, exceto aquelas identificadas com os princípios anarquistas. Mesmo que em alguns casos pudessem ser contrários à intervenção do Estado na organização dos sindicatos, esses grupos não se opunham contudo à atuação no espaço que se abria ao sindicato oficial. O crescimento do órgão face à necessária intermediação do sindicato para a obtenção de benefícios sociais e a conjuntura de crescente mobilização dos trabalhadores em geral foram elementos importantes para que o eixo do conflito se deslocasse para o interior do sindicato.

Várias razões contribuíram para que a mobilização organizatória dos trabalhadores se intensificasse. Desde

1933, toda a indústria retomara seu dinamismo, mas mantinha salários baixos, além do que precárias condições de vida atingiam os trabalhadores industriais. Por outro lado, a nova Constituição promulgada em julho de 1934 consagrava uma nova lei de sindicalização estabelecendo a pluralidade e a autonomia sindicais, apesar de, poucos dias antes da votação final do novo texto, a edição de um decreto-lei dificultasse a execução daquelas medidas. Governo e trabalhadores, por razões distintas, foram surpreendidos pelo novo estatuto dado ao sindicato: o Ministério do Trabalho era partidário da unidade sindical com tutela do estado, e o movimento sindical desejava a unidade com autonomia. Segundo Angela Gomes, a medida refletia por sua vez uma vitória da Igreja e do patronato⁽¹²⁾, que, portadores de uma proposta liberal, eram contrários à definição de uma política trabalhista. Nesse quadro, os órgãos intersindicais organizaram-se com mais intensidade visando um esforço de unificação dos sindicatos em crescente atividade.

A primeira entidade desse tipo, a Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, agrupou os sindicatos subordinados ao Estado, mantendo contudo uma prática independente e contrária à interferência dos funcionários do Ministério do Trabalho nos seus assuntos internos. Lutando pela unidade sindical, a Coligação tinha como programa a luta pela jornada de 8 horas, descanso semanal remunerado, cumprimento da lei de férias, estabelecimento de um salário mínimo e estabilidade no emprego. A criação dessa coligação tinha ainda em sua base o fato de ter nascido, segundo Maria Hermínia Tavares de Almeida, na esteira da Coligação das

Esquerdas que se constituiu em agosto de 1934, como uma frente eleitoral com vistas ao pleito estadual de outubro⁽¹³⁾. Juntamente com a Coligação dos Sindicatos Proletários, integravam a Coligação das Esquerdas a Liga Comunista Internacionalista, o Partido Socialista Proletário do Brasil e membros da Legião Cívica 5 de julho de várias cidades do interior. Em resumo, essa federação era originária de uma conjuntura bastante específica, reflexo de uma mobilização operária que se inseria dentro de um novo perfil constitucional de governo somado às novas perspectivas daí advindas face às eleições de outubro para a Câmara Federal e para as Assembléias Constituintes estaduais.

Toda essa conjuntura política de mobilização, incluindo a organização de uma coligação de sindicatos e a possibilidade de uma participação eleitoral, teve reflexos importantes na articulação interna do sindicato dos metalúrgicos, estabelecendo uma disputa entre tendências cujo ponto de discórdia se fazia em linhas gerais em função da manutenção de vínculos ou não com a coligação. Maria Helena Simões Paes indica que o apoio do sindicato à Coligação - que, ao que parece aconteceu em seguida à sua formação - provocou uma divisão na diretoria, revelada pela ausência do presidente Mantovani na assembléia geral de 10 de junho convocada para tratar dos inúmeros direitos dos trabalhadores e dias depois, pelo pedido de demissão de dois membros da diretoria⁽¹⁴⁾.

Não é possível falar propriamente de uma adesão do sindicato à Coligação. Trata-se sobretudo de uma tendência

dentro do sindicato representada por alguns diretores, e que se manifesta vinculada à mobilização mais geral dos trabalhadores. Essa atitude contudo provocou uma tensão interna bastante intensa, não havendo uma definição mais clara sobre qual seria de fato a orientação do sindicato. O apoio à Coligação não foi deliberado por nenhuma assembléia e/ou reunião de diretoria, sendo revelado através da publicação de uma nota no jornal A Platéia por decisão de alguns diretores do sindicato, que manifestaram apoio à Coligação pela defesa da luta dos bancários e pela conquista de sua Caixa de Aposentadorias e Pensões ⁽¹⁵⁾.

Embora Maria Helena Simões Paes afirme que a aproximação do sindicato com a Coligação definiu uma nova orientação ao sindicato, não é possível inferir que houvesse uma única direção. Acredita-se que naquele momento introduziu-se uma discussão em torno de como conduzi-lo, e que a tendência expressa pela Coligação, embora não contestasse a ligação com o Ministério do Trabalho, procurava manter uma linha de ação independente e atuante junto à categoria dos metalúrgicos.

O acompanhamento da atuação do sindicato ao longo do 2º semestre de 1934 através das atas de reuniões de diretoria nos dá a exata dimensão de como se constituíram as divergências no seu interior, e de como o sindicato foi levado a acompanhar a mobilização mais ampla, permitindo-nos investigar sobretudo sobre as divergências havidas na direção da ação sindical.

Em primeiro lugar, devemos nos ater às características da mobilização da categoria naquele momento. A presença de 186 associados em assembleia realizada em 1º de julho foi significativa, sendo nessa mesma época que uma parcela da diretoria anunciou adesão à Coligação. Todavia, esse número não se manteve ao longo de outras assembleias e só seria ultrapassado pela mobilização em torno da campanha salarial ocorrida no ano seguinte, o que relativiza bastante o impacto dessa adesão à Coligação em termos da massa dos metalúrgicos sindicalizados. É possível concluir que, embora a adesão à Coligação significasse a consolidação de vínculos com a mobilização sindical naquela conjuntura, foram por outro lado extremamente frágeis os seus vínculos com aquela categoria.

Por outro lado, existem indícios da presença de uma tendência ligada à Coligação no sindicato, se observarmos que em agosto 52 sócios requisitaram a realização de uma assembleia geral extraordinária para discutir qual a atuação do sindicato no plano eleitoral ⁽¹⁶⁾, com vistas ao pleito de outubro para a Câmara Federal e para as assembleias constituintes estaduais. O resultado contudo não foi dos mais animadores: com a presença de somente cerca de 30 sócios, realizam-se discussões sobre a validade ou não da realização da assembleia geral extraordinária, e ela acabou não ocorrendo. A sessão foi bastante tumultuada, tornando-se evidentes as divergências internas: o tesoureiro João Berra Filho afirmava que "certos elementos" só queriam a desordem do sindicato ⁽¹⁷⁾. Em outubro, no entanto, os metalúrgicos ligados à Coligação integraram a já referida Coligação das

Esquerdas, e o metalúrgico Natal Chiode chegou a concorrer a um cargo eletivo⁽¹⁸⁾.

Um segundo momento que confirma a ambiguidade existente na condução da ação sindical surge em função da assembléia geral extraordinária de 16 de setembro, cuja ordem do dia já havia sido discutida no início do mês em reunião da diretoria presidida pelo vice-presidente. Essa sessão havia reforçado o peso de um segmento que pretendia ampliar a mobilização do sindicato, através da nomeação de comissões para reforma de estatutos e para propaganda sindical. O esforço de atrair metalúrgicos para o sindicato era evidente como demonstra o debate em torno da proposta de suspensão do pagamento da jóia por três meses e não dois meses. A reformulação na diretoria com a eliminação do presidente do sindicato Mantovani também reforçava o desejo de criação de um novo estatuto para o sindicato. Foi aliás Mantovani quem presidiu a assembléia do dia 16, muito embora estivesse ausente da direção do sindicato desde julho quando, numa época em que já existiam diretores ligados à Coligação, não comparecera à assembléia geral. A discussão sobre a atuação do Mantovani ocorreu em função das acusações de irregularidades cometidas, como, por exemplo, a de ter ido receber férias de um associado na Cia. Soma e não ter prestado contas nem ao próprio e nem mesmo ao sindicato. Por votação, ele acabou sendo eliminado do órgão.

Mesmo em relação aos últimos meses de 1934, não nos é possível concluir que as divergências no interior estivessem mais atenuadas ou, como nas palavras de Maria

Helena Simões Paes, que o sindicato estivesse sendo conduzido por uma nova orientação. Os dados demonstram que desde junho a tensão fora permanente no interior da própria diretoria. Um exemplo dessa hipótese foi a decisão da assembléia geral de 3 de novembro em escolher para delegado eleitor do sindicato para participar no Distrito Federal da eleição dos representantes dos empregados na indústria na Câmara Federal o tesoureiro João Berra Filho, identificado com a antiga situação do sindicato. Num total de 42 sócios presentes, 21 votos foram para ele e 12 para o candidato oposicionista. Entre os sócios que integraram a mesa, 3 eram oposicionistas. O presidente Vicente Guglielmo - que assumira o cargo com a expulsão de Mantovani - propôs dias depois aos demais diretores a anulação da assembléia alegando que membros da mesa negavam-se a assinar a ata - provavelmente os 3 oposicionistas - mas sua proposta não foi aceita. Daí não ser possível afirmar que o sindicato tenha aderido à Coligação, e sim somente alguns diretores e associados. Nas atas de reunião de diretoria e de assembléias, nada consta sobre a adesão do sindicato, e os registros sobre a ligação de metalúrgicos à Coligação se fez exclusivamente através do jornal A Platéia. Aliás, em 6 de setembro, esse órgão afirmava que o sindicato funcionava no mesmo local que congregava grande parte dos sindicatos ligados à Coligação.

As tensões não eram originárias exclusivamente de divergências quanto ao cumprimento da legislação sindical e/ou quanto à interferência do Ministério do Trabalho nos sindicatos. A nota do jornal A Platéia em setembro para

propaganda de sindicalização contem todos os elementos de respeito à legislação sindical: em defesa dos interesses econômicos da categoria, os metalúrgicos deveriam se sindicalizar na medida em que, retirando a carteira profissional, teriam não só direito à retirada de férias mas também estariam mais defendidos dos patrões⁽¹⁹⁾. Ainda em setembro, em reunião de diretoria, foi deliberado que, de acordo com a lei de sindicalização, ficavam excluídos do sindicato aqueles operários que não exercessem a profissão de metalúrgicos, como pedreiros, pintores etc..., e que estivessem classificados como metalúrgicos pelo sindicato⁽²⁰⁾. Por outro lado, os sindicatos coligados já haviam sido advertidos desde agosto pelo DET sobre o fato de estarem incidindo nas sanções contidas no decreto sindical vigente (no 24.694), ao que o secretário-geral da Coligação reponderaria que se apoiava nos termos da Constituição Federal de 1934⁽²¹⁾.

O conflito maior ocorreu em fins de 1934, quando instaura-se uma divergência mais nítida entre membros diretoria e da oposição provocando uma polarização até então inexistente entre elementos críticos à lei de sindicalização e a direção do sindicato por estes considerada "amarela". Embora não se possa afirmar com precisão, há indícios de uma ligação dos segmentos críticos ao sindicato com o PCB na medida em que, em fins de 1934, esta organização partidária passaria a ter uma influência crescente junto ao meio sindical. Embora sem aliar-se à Coligação das Esquerdas, o PCB encaminhou propaganda por essa época pela formação da Frente Única Sindical anti-fascista reunindo a Coligação, a

Federação Operária do Brasil, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil e os sindicatos avulsos.

A crítica às leis de sindicalização surgiu em reunião de diretoria de 28 de setembro por parte de 2 sócios oposicionistas - um deles militante comunista desde 1928 - que acabaram retirando-se da sessão. João Berra propôs então a eliminação de ambos do quadro do sindicato, o que contudo não foi aceito. Ficou a deliberação de que, como eram indesejáveis e perturbadores do sindicato, receberiam um voto de desconfiança. Na mesma reunião, a decisão da diretoria de recusa à formação de uma frente única com os bancários revelou o esforço da direção do sindicato em mantê-lo estritamente ligado aos metalúrgicos, sem vínculos com outras categorias, mantendo-se assim em consonância com os dispositivos do decreto sindical.

Num segundo momento, em 5 de dezembro, a diretoria reiterava essa posição ao não aceitar os termos do requerimento assinado por associados solicitando uma assembléia geral não só para tratar de anistia aos sócios atrasados no pagamento de suas mensalidades mas também da formação de uma frente única de trabalhadores. Desta vez, alegava que o requerimento não estava de acordo com os estatutos do sindicato. Na mesma reunião de diretoria, foi feito um protesto contra boletim lançado pela oposição aos metalúrgicos que taxava os diretores do sindicato de "amarelos, incompetentes e sabotadores". A diretoria julgava que a oposição se utilizara desse estratagema para forçar a eleição de uma chapa oposicionista no pleito que ocorreria

no final de dezembro num sindicato que julgavam estar se consolidando.

É difícil precisar exatamente quem eram esses oposicionistas críticos à direção do sindicato em fins de 34 mas, de qualquer forma, a eleição de 23 de dezembro deu-lhes um número expressivo de votos - 56 - contra os 70 dados à chapa oficial e 2 nulos. Número insuficiente contudo para ambas as chapas num universo de cerca de 2.000 sócios metalúrgicos. - Esse fato nos dá a dimensão do baixo poder de mobilização do sindicato que certamente obteve a adesão de metalúrgicos mais em função dos benefícios que advinham do ser sindicalizado do que propriamente pelo compromisso em atuar na consolidação do órgão enquanto defensor dos interesses mais gerais dos trabalhadores. Mesmo que alguns sócios e diretores tivessem sido ligados à Coligação, esse movimento, além de não ser propriamente vital ao conjunto da diretoria, parece não ter obtido o correspondente ânimo junto à categoria como um todo.

O único tema que chegou a ser debatido entre os associados foi o da Caixa de Aposentadorias e Pensões, cuja campanha desenvolveu-se entre os metalúrgicos de todo o país e que era uma das reivindicações do operariado ao nível nacional. Em julho de 1934, o sindicato havia realizado reuniões para estabelecer um anteprojeto de unificação do salário/mínimo entre os metalúrgicos, tema que viria a atingir um impulso maior em 1935 ao constituir-se como um dos móveis do esforço de unificação dos sindicatos dos trabalhadores.

Na realidade, ao sindicato recorriam os trabalhadores para busca de benefícios e para intermediação nos conflitos com a empresa, às vezes até mesmo após a deflagração da greve. O sindicato não encampou nenhuma luta reivindicatória à frente dos trabalhadores, e talvez essa seja a razão dos frágeis vínculos do sindicato como um todo com a Coligação e dos próprios metalúrgicos com essa frente. A própria Coligação teve por sua vez vida efêmera, apesar de um número bastante grande de sindicatos que se aglutinaram em torno dela. Essas observações contudo não devem omitir que, entre junho e dezembro de 1934, houve cinco assembleias-gerais, enquanto no ano seguinte a participação do sindicato junto aos metalúrgicos seria crescente.

NOTAS

- (1) Ver ata de reunião de diretoria do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, 10.1.1934
- (2) Idem, 7.3.34; 21.3.34; 4.4.34; 20.4.34; 25.5.34; 8.6.34; 1.8.34.
- (3) Idem, 4.4.1934
- (4) op. cit., p. 221
- (5) Essas informações estão contidas nas várias atas de reunião do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo do ano de 1934
- (6) Ver A. Platéia, 21.9.34
- (7) Ver Maria Herminia Tavares de Almeida, op. cit., p.219
- (8) Ver ata de reunião da diretoria do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, 22.6.34
- (9) Ver A. Platéia, 2.8.34.
- (10) Ver Edgar Rodrigues, Novos Rumos (história do movimento operário e das lutas sociais no Brasil: 1922-1944) p. 374.
- (11) A. Platéia, 27.2.34, citado por Maria Herminia Tavares de Almeida, op. cit., p. 221
- (12) Ver Angela de Castro Gomes, A invenção do Trabalhismo, p. 189
- (13) Ver Maria Herminia Tavares de Almeida, op. cit., p. 224 e 229. A autora coloca que, segundo declaração dos líderes da Coligação dos Sindicatos

Proletários, essa organização chegou a agrupar 30 sindicatos reconhecidos no Estado de São Paulo entre os quais a União dos Trabalhadores Gráficos, o Sindicato dos Bancários, de Empregados do Comércio, dos Operários em Fabricação de Gás; e a oposição interna do Sindicato dos Operários de Fiação e Tecelagem. Op. cit., p. 224.

(14) op. cit., p. 68

(15) Ver A. Platéia, 4.7.34

(16) Idem, 15.8.34.

(17) Ver ata da assembléia geral extraordinária do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, 25.8.34.

(18) Ver A. Platéia, 1.10.34 citado em Maria Helena Simões Paes, op. cit., p. 81

(19) Ver A. Platéia, 28.9.34

(20) Ver ata de reunião de diretoria do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, 22.9.34

(21) Ver Maria Helena Simões Paes, op. cit., p. 80

VIII - AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES DE ATUAÇÃO

De uma maneira geral, a efervescente conjuntura de mobilização dos trabalhadores ao longo do ano de 1935 permitiu que o Sindicato dos Operários Metalúrgicos ampliasse sua atuação através não só da luta conjunta com outras categorias, mas também da atividade política estimulada sobretudo pela oposição que integrava a direção do órgão. A atuação de comissões de empresa ampliou ainda mais o raio da ação sindical, da mesma forma que a representação classista advinda com a Constituição de 1934.

A vitória da chapa oficial do sindicato no pleito de dezembro não significou assim um continuísmo em relação à diretoria que acabara de completar seu mandato. A nova diretoria empossada em 9 de janeiro não incorporou membros da gestão anterior e, já na assembleia de posse, nomeou uma comissão para fiscalização dos livros da tesouraria, além de ter atacado o ex-presidente Mantovani⁽¹⁾. A comissão escolhida era composta por cinco metalúrgicos identificados como integrantes da oposição que fora derrotada no pleito de dezembro. Entre estes, estava Vandrillo Gadiodi - que desde novembro do ano anterior já havia se manifestado contra a atuação da diretoria vigente - Mário Colleone e José Viveiros, que foi escolhido na mesma assembleia para representar o sindicato no Congresso dos Metalúrgicos que seria realizado no Rio de Janeiro e para o qual a associação paulista havia sido convidada. Em junho, José Viveiros passou a integrar a diretoria juntamente com Walter Zumbano e

posteriormente Orlando Lazarini, todos oposicionistas. Esse fato comprova a crescente influência de membros da oposição na diretoria⁽²⁾.

Outro aspecto importante que confirma esse fato foi a exclusão dos quadros do sindicato do ex-tesoureiro João Martins Berra durante a mesma assembleia de junho, sob a alegação de que a Comissão de Fiscalização de Contas havia concluído sobre a posse indevida de dinheiro do sindicato quando, como delegado-eleitor, ele fora ao Distrito Federal, e na mesma ocasião a viagem de todos os delegados havia sido custeada pelo governo federal⁽³⁾. Berra foi sem dúvida o membro da diretoria que, em 1934, mais se notabilizou por conflitos com tendências de oposição. Resta ao final a dúvida sobre quem compunha exatamente ambas as chapas de dezembro de 1934 e quais as razões que levaram a chapa oficial a incorporar em tão pouco tempo membros da oposição à diretoria de 1934. É possível contudo que a própria conjuntura política vigente ao longo do ano de 1935 tivesse levado o sindicato a atuar mais em consonância com a crescente mobilização dos trabalhadores e com o próprio vigor que as entidades intersindicais atingiriam naquele momento.

De qualquer forma, Maria Helena Simões Paes identifica que foi a partir de junho de 1935 que "a direção do sindicato encaminhou um extenso programa reivindicatório, desenvolveu uma maior mobilização entre os metalúrgicos, adotou um estilo democrático nas tomadas de decisões, uma vez que os sócios foram chamados a dela participar, buscou ainda aumentar a ligação entre o sindicato e a massa de

trabalhadores metalúrgicos, contribuiu, sem dúvida, para alcançar uma maior identificação entre os trabalhadores da categoria e reforçar os laços de solidariedade"⁽⁴⁾. Para a autora, a evidência dessa situação sustenta-se pelo número de assembleias gerais ocorridas, pelo aumento da sindicalização e pelas alterações das atribuições do sindicato, elementos que conferiam aos metalúrgicos em 1935 maior poder decisório em seu organismo de classe.

Caberiam aqui algumas observações para o exame mais detalhado dessas questões:

- 1) em que medida se operaram mudanças tanto na relação entre sindicato e trabalhador quanto no movimento reivindicativo desse contingente;
- 2) como a direção do sindicato, de maioria não oposicionista, reagiu a essas possíveis mudanças;
- 3) não teria a maior mobilização sindical imposto a direção do sindicato uma atuação mais decisiva junto aos metalúrgicos? Na realidade, as transformações que se operaram a partir do ano anterior, no sentido de uma atuação mais autônoma no interior da estrutura corporativa montada pela legislação sindical, teriam contornos mais definidos em 1935. No caso do sindicato dos metalúrgicos, foi um segmento da diretoria juntamente com alguns outros membros da associação quem desempenhou um papel transgressor em relação à legislação sindical vigente - o que qualificava esse grupo como oposição - e de articulação com a mobilização mais ampla que incluía a formação de frentes intersindicais e a

atividade política.

Caberia inicialmente examinar como se articula a relação sindicato-trabalhadores. Ao longo do 1º semestre de 1935, não houve registro de greve, nem tampouco de manifestações de trabalhadores, individualmente ou por firmas, em defesa de reivindicações específicas. Entretanto, houve um maior número de assembleias gerais e maior participação dos associados, o que sem dúvida era resultado da conjuntura política da primeira metade daquele ano. No início de março, em reunião de diretoria, foi sugerida a formação de uma federação operária, que, nesse momento, tinha o objetivo de unir os trabalhadores dos mais variados setores. A idéia não vingou mas, em junho era retomada a discussão sobre a formação de uma federação dos metalúrgicos, incluindo trabalhadores da capital e do interior, ao mesmo tempo em que era lançada a proposta de discussão sobre o estabelecimento de um salário mínimo.

O movimento associativo permanecia na ordem do dia. Em termos gerais, durante os primeiros meses de 1935, prosseguia a tentativa de articular as várias tendências presentes no movimento sindical. A Coligação dos Sindicatos Proletários desaparecera em fins de 34, abalada por conflitos internos e por pressões das autoridades policiais⁽⁵⁾, mas surgiram em fevereiro a Federação Sindical Proletária das Indústrias do Estado de São Paulo, a Frente Única Sindical de São Paulo e a União dos Sindicatos Proletários de São Paulo. O Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo integrou-se à Federação Sindical Proletária das Indústrias do Estado de

São Paulo, cuja tendência vinculava-se ao Ministério do Trabalho⁽⁶⁾. Esse fato demonstra como a diretoria que assumiu em janeiro se adequava à organização sindical definida pela legislação. Por outro lado, a oposição dos metalúrgicos paulistas se unira à Frente Única Sindical de São Paulo, que agregava sindicatos sob crescente influência comunista e de outras forças de esquerda⁽⁷⁾, mas que teria curta duração. Até novembro de 1935 contudo houve uma convivência no interior do sindicato dessas duas tendências e, em determinados momentos, a própria diretoria oscilou entre ambas, certamente por força da presença - a partir de junho de membros da oposição na direção do sindicato. Em linhas gerais, a oposição assumiu uma ligação com a mobilização comunista, aderindo à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e à frente anti-integralista, ao passo que o outro segmento voltava-se estritamente para a defesa dos interesses econômicos da categoria.

Maria Herminia Tavares de Almeida coloca no entanto que, entre as tendências "pelega" e comunista que orbitavam em torno do movimento sindical paulista, "a maioria dos sindicatos parecia querer aglutinar-se em torno de uma posição sindicalista, que aspirava à indiferença política mas que rapidamente se politizava, em virtude das injunções do momento"⁽⁸⁾. No caso específico do sindicato dos metalúrgicos paulistas, percebe-se que houve uma crescente atuação da oposição junto à direção do órgão desde fins de 1934, sem que no entanto o sindicato tivesse se transformado numa organização comunista ou que tivesse sido dominado por alguma outra tendência que lhe retirasse a função que lhe fora delegada como representante dos interesses econômicos da

categoria. Houve sem dúvida uma politização do sindicato por força dessa situação, e as divergências conviveram entre si e foram absorvidas, diferentemente da situação conflitante que havia se instaurado em fins de 34. O efeito que esse movimento desencadeou na relação sindicato/associado foi também imediato: houve um maior número de assembléias ao longo de todo o ano visando a organização de campanhas e de um congresso da categoria além da eleição de delegado-eleitor. Essa mobilização articulava-se ao movimento mais geral de radicalização política e de intensa atividade sindical.

Examinemos agora com mais detalhe como se comportaram as duas tendências presentes no interior do sindicato dos metalúrgicos. Maria Helena S. Paes acredita que o programa da nova diretoria se aproximava da orientação do Partido Comunista para a área sindical que, em linhas gerais, definir-se pela tentativa de ampliar o número de associados e encaminhar a luta por reivindicações econômicas e políticas da categoria, da mesma forma que procurava estimular a união dos trabalhadores⁽⁹⁾. Entretanto, convém examinar como as várias tendências convivem no interior da direção do sindicato e como as deliberações são tomadas pela diretoria, na medida em que existem elementos que atestam que a direção não estava sob orientação comunista e muito menos as diretrizes do sindicato, embora alguns elementos tivessem transformado a prática sindical numa ação muito próxima da orientação expressa pelo PCB e por outras correntes políticas.

A relação do sindicato com a ANL é o primeiro aspecto que deve ser então examinado, e que fornece alguns

esclarecimentos em torno da questão acima levantada. Formada em março, a ANL constituía-se como uma frente ampla reunindo representantes de diversas correntes políticas-socialistas, comunistas, católicos e democratas - e de diferentes setores sociais - proletários, intelectuais, profissionais liberais e militares - em defesa de um programa de luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria, incluindo a exigência de atendimento das reivindicações dos trabalhadores como a jornada de oito horas de trabalho, aumento salarial, salário mínimo e seguro social⁽¹⁰⁾. Ao longo do mês de junho, o sindicato dos metalúrgicos atuou junto à ANL participando da organização do comício anti-integralista a ser realizado na capital paulista e que contava também com a participação de membros do Partido Socialista Brasileiro, do Sindicato Unitivo da Central do Brasil, da União dos Alfaiates, do Sindicato dos Condutores de Veículos, da União dos Trabalhadores Gráficos, do Sindicato dos Profissionais do Volante, do Sindicato dos Empregados no Comércio, da Frente Única de Ação dos Ferroviários da Sorocabana e de um grupo de trabalhadores da Light⁽¹¹⁾. O presidente da assembleia preparatória do comício foi o representante do sindicato dos metalúrgicos, Mário Colleone.

Embora exista o registro da presença do sindicato dos metalúrgicos na dita concentração, foi deliberado em reunião da diretoria quase uma semana depois a não adesão do sindicato ao movimento anti-integralista. A ANL havia enviado carta ao sindicato com esse pedido e, após a ida de uma delegação à sede da ANL, ficou decidida a não participação do mesmo na

frente⁽¹²⁾.

Esse episódio torna-se assim exemplar das tensões existentes no interior da própria direção do sindicato dos metalúrgicos. Embora Colleone falasse como representante do sindicato e ele próprio fosse membro da diretoria, o sindicato não tomou uma posição favorável de adesão à frente proposta pela ANL. Por outro lado, é possível que Colleone tivesse alguma expressão junto ao conjunto dos associados considerando a sua eleição em agosto para exercer as funções de delegado eleitor visando a escolha do representante classista na Câmara. Dos 50 associados presentes, ele recebeu 20 votos⁽¹³⁾.

O segundo-tesoureiro Antonio Dentelli juntamente com outros dirigentes sindicais expressou por sua vez indignação com a decisão governamental de fechamento da ANL. Associou-se ainda às demais lideranças sindicais que julgavam que defender o movimento nacional libertador significava garantir a livre existência de sindicatos⁽¹⁴⁾, reiterando a identidade das organizações sindicais com a ANL.

O próprio fechamento da ANL mereceu o protesto de vários sindicatos que declaravam que "esta medida vem não só tolher as liberdades democráticas da população, como cercar quaisquer movimentos reivindicatórios do proletariado, representado por seus sindicatos"⁽¹⁵⁾. Além do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, assinavam a nota o Sindicato dos Profissionais do Volante, dos Ferroviários da São Paulo Railway, do Sindicato Unitivo da Central do Brasil, dos Alfaiates de São Paulo, dos Operários no Comércio, dos Operários em Tração, Luz e Força, dos Músicos de São Paulo e

da União dos Trabalhadores Gráficos. Não há registro contudo que o movimento repressivo desencadeado contra os sindicatos após o fechamento da ANL, incluindo o próprio fechamento de algumas organizações, tenha afetado diretamente o sindicato dos metalúrgicos. Mesmo assim, o jornal A Platéia noticiou que não existia sede de sindicato operário no estado de São Paulo que não se encontrasse policiada, quando não fechada⁽¹⁶⁾. O mesmo jornal falava em prisão de metalúrgicos, ferroviários, estudantes, motoristas, tecelões, etc..., além da proibição de reuniões operárias.

A identidade de segmentos da diretoria do sindicato com a ANL, seguiu-se a de núcleos de trabalhadores nas empresas. Entre elas, duas fábricas da Organização Matarazzo, a Metalúrgica Matarazzo e a Estamparia Matarazzo, que igualmente protestaram contra o fechamento da ANL.

Da mesma forma que a ligação "informal" do sindicato dos metalúrgicos com a ANL demonstra uma face da politização da organização, existem outros sinais que, além disso, indicam como essa politização redundara na abertura de um caminho alternativo aos ditames da legislação sindical. São exemplos desse movimento o esforço de organização do Congresso Sindicalista Municipal sob o patrocínio da União dos Sindicatos Proletários, a posição assumida pelo sindicato contra a prisão de Genny Gleizer, além de suas manifestações contra o DET, e da solidariedade à greve dos tecelões contra os chamados "amarelos". Analisemos cada um desses aspectos.

Formada em fevereiro, a União dos Sindicatos Proletários de São Paulo cresceu ao longo de 1935

incorporando sindicatos importantes inclusive alguns que haviam se agrupado na Frente Única Sindical. Assim, se num primeiro momento ela se auto-declarou apolítica e exclusivamente sindicalista, no decorrer do processo de radicalização ideológica e de crescente mobilização dos trabalhadores em torno de reivindicações econômicas, a agremiação acabou por incorporar sindicatos que vinham politizando sua atuação em defesa dos direitos econômicos e de organização dos trabalhadores⁽¹⁷⁾. Face à radicalização ideológica marcada pelo conflito entre aliancistas e integralistas, o governo decretou em abril a Lei de Segurança Nacional.

Embora o registro formal do ingresso do Sindicato dos Operários Metalúrgicos na União dos Sindicatos Proletários tenha ocorrido em fins de novembro de 1935, desde agosto o sindicato vinha se empenhando na organização do Congresso Sindicalista Municipal que por sua vez era patrocinado pela União dos Sindicatos Proletários. Walter Zumbano, secretário do sindicato, integrava a Comissão de Propaganda. Segundo ele, o primeiro objetivo do congresso era obter a unidade sindical como forma de coordenar os interesses dos trabalhadores, como por exemplo o aumento salarial na base do salário mínimo garantido pela Constituição, as 8 horas de trabalho, o seguro social e férias⁽¹⁸⁾. Com realização prevista para dezembro, houve uma preocupação em estimular meses antes a discussão dos temas entre os trabalhadores, para que as direções sindicais levassem para as reuniões preparatórias do Congresso o ponto de vista dos sindicalizados. No caso dos metalúrgicos, coube a

Mário Colleone representar o sindicato nesta reuniões preparatórias. Como veremos mais adiante, a discussão central orbitou em torno da questão dos salários, mas ao final o Congresso não aconteceu pois em novembro a União dos Sindicatos Proletários foi desmantelada pela policia.

Da mesma maneira "informal", o sindicato se aliou à União dos Sindicatos Proletários na fase de mobilização em torno das eleições classistas. Eleito em agosto, o opositor Mário Colleone foi nomeado membro da comissão provisória de coordenação da reunião dos delegados eleitores do grupo de indústria, assim como outro metalúrgico Luciano Vieira. A posição assumida pelos delegados nos meses que antecederam as eleições revelaram uma clara oposição à intervenção do DET nesse processo. Na reunião que nomeou os membros da comissão provisória, um dos delegados pronunciou-se contra a interferência, no grupo de delegados, de elementos oficiais dedicados "à desmembração do operariado"⁽¹⁹⁾, referindo-se assim aos membros do DET. A preocupação maior era que todos os delegados eleitores ficassem independentes em relação às manobras que os "políticos patronais" do DET vinham promovendo através da concessão de emprego no órgão e na policia, viagens, gratificações, etc...⁽²⁰⁾.

Colleone manifestou-se igualmente em oposição às manobras do DET. Suas críticas dirigiam-se à apresentação de pessoas como sendo operárias e que na realidade eram exclusivamente ligadas ao DET. Considerando nociva ao trabalhador a intromissão daquele órgão, Colleone reafirmava a importância de os trabalhadores se manterem independentes na

luta por seus interesses contra as promessas do DET "que faz a política do governo" e que, desejando mantê-los atrelados ao órgão, boicotava qualquer tentativa de independência. Segundo ele, seria mais sincero que o órgão fosse denominado "Departamento Estadual contra o Trabalho"⁽²¹⁾. Entre os prejuízos que Colleone julgava que o DET vinha promovendo constava não só a demora para o reconhecimento de alguns sindicatos como dos gráficos, alfaiates e chaffeurs - que, entre outros, já há quase três anos vinham solicitando a medida - mas também a prisão dos grevistas, determinada pelo órgão durante paralisação dos tecelões ocorrida em julho.

Essa posição reitera as dificuldades existentes em torno da aceitação da legislação sindical vigente, da mesma forma que a declaração de Colleone contra o integralismo desafiava um corpo de leis que retirava do sindicato a possibilidade de expressar senão reivindicações econômicas. Em fins de outubro, Colleone participou contudo de um comício organizado pelo Partido Socialista Brasileiro contra a guerra e o fascismo⁽²²⁾ com o apoio de várias organizações sindicais.

Um outro aspecto importante na politização do sindicato dos metalúrgicos foi, em setembro, a ação do sindicato face à prisão e o projeto de deportação da menor Benny Gleizer. Convém contudo lembrar que as informações referentes a esse fato não constam das atas do sindicato referentes a reuniões de diretoria e assembleias-gerais. O registro partiu do jornal A Platéia em 17 de setembro, mencionando que tal protesto fora deliberado por assembleia geral do sindicato e endereçado ao governador de São Paulo

Armando Salles de Oliveira e ao presidente Getúlio Vargas. O protesto contudo extrapolou os limites do sindicato adquirindo até mesmo uma autonomia organizacional com a criação da Comissão de Metalúrgicos pró-libertação de Genny Gleizer, atendendo ao apelo do Comitê Popular Pró Liberdade de Genny Gleizer para que a menor, presa há mais de dois meses, fosse libertada. Essa decisão foi tomada por metalúrgicos de várias fábricas paulistas, mas consta que os trabalhadores da Metalúrgica Matarazzo organizaram no interior da fábrica um comitê de operários que imediatamente alcançou 300 trabalhadores, entre mulheres e homens⁽²³⁾. Houve ainda um protesto de uma comissão de trabalhadores da Metalúrgica São Nicolau contra a prisão da menor⁽²⁴⁾.

A mobilização havida em torno da prisão de Genny Gleizer juntamente com a criação de comissões no interior de fábricas independentes do sindicato revelam mais uma vez o movimento de transgressão aos limites da legislação sindical ocorrido no ano de 1935. Num sentido mais geral, é possível afirmar que houve uma politização do sindicato oficial a partir de elementos ligados à sua própria direção, como foi o caso da atuação de Colleone. Ao mesmo tempo, abrem-se canais de participação política através da eleição de delegado eleitor e das manifestações anti-integralistas que viabilizaram a participação dos metalúrgicos fora do âmbito sindical, além da própria formação de comissões por empresa. Foi a Metalúrgica Matarazzo a empresa que mais avançou nesse sentido, ao aderir ao movimento aliancista e ao criar a comissão pró-libertação de Genny Gleizer. Os trabalhadores da empresa manifestaram-se ainda contra o recrutamento de

operários estrangeiros e brasileiros por parte de emissários italiano para a invasão da Abissínia arquitetada por Mussolini em sua luta imperialista, para o que contava com a aquiescência de Matarazzo⁽²⁵⁾.

A radicalização acentuou-se ainda mais no final do ano, não só pela discussão mais intensa de uma pauta de reivindicações sobretudo pela campanha do salário mínimo, mas também pelo grau de unidade obtido no interior da categoria dos metalúrgicos, em torno do projeto de criação de uma federação e também de solidariedade a outras categorias. Vejamos inicialmente como ambos foram formulados. Desde junho, em assembléia-geral, foi aceito que o sindicato da capital entrasse em contato com os sindicatos da categoria no interior⁽²⁶⁾. A tentativa contudo não vingou, muito embora tenha se estabelecido um movimento de solidariedade em relação a outras categorias e ao sindicato metalúrgico no Rio de Janeiro. Em janeiro, o Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo participou do Congresso Nacional Metalúrgico realizado no Rio de Janeiro, representado no evento por Mário Colleone. Os contatos com o sindicato da categoria no Rio de Janeiro mantinham-se contudo desde o ano anterior. Entretanto, essa relação se sobrepunha a ligação distinta que existia entre cada um dos sindicatos com o Ministério do Trabalho. Enquanto o sindicato do Distrito Federal mantinha-se em estreita ligação com o Ministério do Trabalho⁽²⁷⁾, o sindicato paulista desde fins de 1934 viveu uma tensão interna que, se não significou uma autonomia completa em relação ao dito ministério, tornou possível não só uma aproximação com a União

dos Sindicatos Proletários que não estava prevista no formato da legislação vigente, mas também a eclosão de críticas de membros da diretoria à intromissão do DET em assuntos sindicais que visavam dividir a categoria. A solidariedade do sindicato metalúrgico paulista em relação a outras categorias foi demonstrada pela atuação junto àquele órgão intersindical e nas mobilizações dos trabalhadores como um todo.

No início de julho, o sindicato teve um papel ativo durante a greve dos tecelões da Fábrica de Sedas Italo-Brasileira - pertencente ao grupo Matarazzo - ocorrida dias antes do fechamento da ANL pelo governo. Em assembléia de apoio à greve que contou com o comparecimento de representantes da ANL e da União dos Sindicatos Proletários, o representante do sindicato dos metalúrgicos assumiu uma postura frontalmente crítica ao deputado classista Arthur Albino Rocha ali presente, apontando para a dificuldade em confiar em alguém que, após ter discursado na Câmara sobre a greve, abraçou o deputado classista do patronato⁽²⁸⁾. Pesava sobre o dito deputado a suspeita de ser instruído pelo Ministério do Trabalho, e na mesma ocasião houve incidentes entre os membros do DET presentes denominados "amarelos" e trabalhadores ligados à frente intersindical. Durante a reunião foi entregue uma contribuição em dinheiro apurada entre os metalúrgicos em favor dos grevistas. Os trabalhadores da Metalúrgica Paulista por exemplo já haviam encaminhado auxílio através do sindicato. O discurso do representante do sindicato metalúrgico levou a Federação dos Trabalhadores das Indústrias de São Paulo, de tendência pró-ministerial a levantar suspeitas sobre a presença na reunião de elementos

estranhos ao meio. O sindicato contudo lançou nota afirmando que o dito operário estava credenciado pela sua diretoria⁽²⁹⁾, o que mais uma vez revelava o compromisso da associação com a mobilização mais geral em curso liderada por alguns organismos intersindicais, e não necessariamente por aqueles afinadas com os órgãos governamentais.

Examinemos agora como o sindicato se posicionou nesta conjuntura face às reivindicações da categoria e a sua própria mobilização junto às campanhas intersindicais e às greves de outras categorias. O primeiro ponto relevante dessa análise é o comportamento que o sindicato assume como órgão de defesa dos interesses dos metalúrgicos. Sem abandonar a função de intermediador entre trabalhadores e DET que já vinha desempenhando desde a sua criação, o sindicato procurou atuar como liderança junto à categoria, ao tomar a frente da campanha para a fixação de um salário mínimo na qual procurou reunir todos os metalúrgicos da capital, e ao incentivar a realização de assembleias nas empresas para discussão não só da campanha mas também de outras reivindicações. Isso significou uma ampliação efetiva do raio de ação do sindicato, e é possível que tenha como causa determinante a própria politização sobre a qual falávamos anteriormente.

Desde junho, fora aprovada em assembleia a proposta de mobilização de uma campanha para fixação de um salário mínimo, e houve discussões sobre o tema nas assembleias de setembro e novembro, até a realização no dia 24 de novembro da primeira Concentração dos Operários Metalúrgicos de São Paulo. Reivindicações de fixação de um salário mínimo para as

necessidades do trabalhador e de aumento salarial enquanto o mínimo não fosse estabelecido, geraram uma mobilização efetiva dos trabalhadores em 1935, como comprovam as frequentes notícias publicadas em A. Elatêia que se tornara porta-voz das demandas dos trabalhadores noticiando a ação tanto das comissões por empresa⁽³⁰⁾ quanto do sindicato. Colleone afirmava que os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo somavam em agosto 30.000, e que recebiam um salário de fome, daí a necessidade urgente de um aumento salarial⁽³¹⁾.

Durante a assembléia do sindicato realizada em 8 de setembro, a Comissão pró salário mínimo propôs a nomeação de comissões por empresa para estudar as possibilidades de obtenção dessa reivindicação, estimulando a realização de assembléias nas unidades fabris para que todos, sindicalizados ou não, ficassem não só a par da campanha mas também estimulados a ingressar no sindicato. A comissão apresentou a seguinte tabela que logo foi aprovada: para quem recebia por hora 2\$500 para cima, 10% de aumento; 2\$450 a 2\$000, 20% de aumento; 1\$950 a 1\$500, 25% de aumento; 1\$450 a 1\$000, 30% de aumento; \$950 para baixo, 40% de aumento. Em novembro, mantendo-se mobilizado na campanha de elaboração de uma tabela de aumento de salário e após reuniões com as comissões organizadas para esse fim, o sindicato realizou uma assembléia com o objetivo de definitivamente aprovar as seguintes reivindicações para que fossem apresentadas ao DET e aos patrões:

1 - aumento mínimo de 20% e máximo de 40% assim distribuído: acima de 2\$500 por hora, 20%; de 2\$400 a 2\$000, 25%; de 1\$900

a 14500, 30%; de 14400 a 14000, 35%; abaixo de 4900, 40%.

2- regime de 8 horas de trabalho por dia;

3- cumprimento integral da lei de férias;

4- aumento de 25% nas duas horas extraordinárias de trabalho, sem desconto das horas perdidas na semana (32).

Ampliava-se o leque de reivindicações, da mesma forma que foi estipulado um aumento não só do piso mínimo (de 10% para 20%) mas também de quase todas as demais faixas. A assembléia realizada no sindicato em 13 de novembro aprovou o plano decidindo enviá-lo ao DEI e aos patrões, e afinada com o projeto de ampliar as bases da associação, propôs a anistia aos sócios atrasados em suas mensalidades. Além de solidarizar-se com a greve dos metalúrgicos cariocas deflagrada naquela primeira quinzena do mês por aumento salarial e por respeito às leis sociais e de aprovar a participação do sindicato no Congresso Municipal, a assembléia marcou para o dia 24 de novembro a realização de um encontro dos trabalhadores da categoria num teatro da capital para discussão de seus interesses mais imediatos (33).

Esse evento foi organizado pelo sindicato junto com as comissões de empresa, definindo uma ação conjunta entre sindicato - comissões de empresa, o que até então não havia existido. Em reunião realizada no sindicato dias antes, foi divulgada a presença de representantes de 25 empresas que empregavam 15.000 operários (34). A expectativa positiva em torno da concentração somava-se à identificação daquele momento com uma fase grandiosa pela qual passava o sindicato, com o apoio de seu presidente Bernardino Silva. Houve uma

grande mobilização no rádio e na imprensa em torno do comício, além da solidariedade de metalúrgicos de Campinas, Santos, Jaboticabal, Mococa e Rio Preto. Um dado bastante relevante foi o declarado aumento do número de associados nos meses que antecederam novembro, se comparado ao crescimento dos primeiros meses de 1934 para obtenção do direito a férias. Se em ambos os casos o objetivo final foi a obtenção de reivindicações trabalhistas, o fato é que a mobilização em torno daquela campanha forateleceu a entidade de classe assim como desenvolveu uma linha de ação que diferia da simples intermediação entre empregados e patrões para a obtenção de benefícios sociais imediatos, e que às vezes atendia exclusivamente aos trabalhadores de uma empresa em conjunto ou de forma individual. O sindicato nesse momento procurou de fato encampar e liderar a luta pelas reivindicações da categoria, obtendo uma adesão que se traduziu no crescimento do número de associados e na sua presença na 1^a. Concentração Metalúrgica.

Durante essa manifestação foi aprovada a adesão do sindicato à União dos Sindicatos Proletários de São Paulo, cuja aproximação na realidade já vinha ocorrendo há alguns meses. A assembléia contou com a presença de cerca de 1.500 pessoas que, segundo A. Platéia, aprovaram as medidas apresentadas de pulso cerrado⁽³⁵⁾. As reivindicações de 50% de aumento imediato nos salários, de respeito ao princípio de "salário igual, para trabalho igual" e da tabela parra o salário mínimo seriam enviadas ao DNT com um prazo de 15 dias para recebimento de resposta⁽³⁶⁾. A extensão do apoio à

concentração dos metalúrgicos e da articulação inter-categorias pode ser medida pela presença no evento de representantes dos metalúrgicos do Rio de Janeiro e Campinas, do Sindicato dos Operários em Tração, Força e Luz, do Sindicato de Tecelagem de São Paulo, do Sindicato dos Profissionais de Volante e Anexo, do Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classe Anexas de São Paulo, do Sindicato União dos Trabalhadores da Light e do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Toda a linha de ação traçada pela mobilização como o prosseguimento da campanha pela obtenção das reivindicações aprovadas pela assembléia e a defesa da unidade sindical foram contudo abortadas pela repressão iniciada na véspera, dia 29 de novembro, com a deflagração do levante comunista em Natal, e que em pouco tempo colocaria um ponto final nas possibilidades que haviam sido abertas à ação sindical desde o ano anterior. No interior do Sindicato dos Operários Metalúrgicos, o grupo mais envolvido com o esforço de ação autônoma foi afastado da entidade. Entre outros, foram excluídos os três membros da diretoria, Walter Zumbano, José Viveiros e Orlando Lazarini; o delegado-eleitor Mário Colleone e o metalúrgico Allan Telles da Cunha identificado como militante comunista desde fins da década de 1920. Maria Helena S. Paes fala ainda sobre a prisão de alguns deles⁽³⁷⁾. A nova diretoria que assumiu em janeiro do ano seguinte na condição de Junta Governativa traria de volta Armando Sufredini como presidente interino, não incorporando nenhum membro da diretoria de 1935. A escolha de Sufredini representou sem dúvida o retorno à atividade sindical exclusivamente

trabalhista, considerando que seu nome havia integrado a primeira diretoria do sindicato, num momento de plena adequação do órgão ~~em~~ à legislação em vigor.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que, sobretudo em 1935, a ação do sindicato acompanhou a conjuntura de mobilização política e sindical, que levou à politização do órgão e ao desenvolvimento de uma ação autônoma, apesar de não existir uma diretoria que homogeneamente defendesse uma determinada linha de ação sindical. Havia contudo um esforço de representação dos interesses dos trabalhadores, condição indispensável a sua legitimação.

Como um último aspecto a ser analisado, vejamos o conteúdo das reivindicações dos metalúrgicos - que foram mais volumosas entre junho e setembro - e a forma pelas quais elas foram encaminhadas.

A questão do recebimento de férias permaneceu como um sério motivo de atrito na relação entre operários e patrões. Em julho, o sindicato protestou contra a má acolhida de seu representante por parte de um funcionário que dizia representar a Fábrica de Fios Elétricos, e que recebeu a reclamação de não ter pago férias aos associados⁽³⁸⁾. O mesmo aconteceu com a presença de representantes do sindicato na firma Antonio Bardella para recebimento de férias de um associado⁽³⁹⁾. A empresa Cofres Nascimento também não pagou as férias relativas ao ano de 1933. Além da dificuldade em obter do patronato os direitos garantidos por lei como o pagamento de férias, os metalúrgicos se submeteram a uma série de

arbitrariedades patronais. Em junho de 1935 os operários da firma Souza-Noschese S.A. haviam denunciado ao sindicato que a empresa impunha um horário de trabalho de 12 a 14 horas por dia⁽⁴⁰⁾, e três meses depois, os problemas prosseguiram, haja visto o protesto do sindicato contra demissões efetuadas por não cumprimento das horas determinadas pela empresa⁽⁴¹⁾. Nesse mesmo mês, uma comissão de empregados da Companhia de Mineração e Metalurgia protestou contra as dispensas ordenadas pela empresa seguidas da substituição por trabalhadores que se comportavam segundo alguns colegas como espiões na fábrica, e também pelo não pagamento de horas extra⁽⁴²⁾. O atraso no pagamento foi ainda denunciado em setembro por uma comissão de operários da Fábrica Metalúrgica do Bom Retiro⁽⁴³⁾.

Essas reivindicações eram dirigidas por comissões de empresas não só ao sindicato mas também ao jornal A Platéia que as divulgava. Por outro lado, o sindicato, durante o 2º semestre de 1935, organizou comissões para estudar não só o aumento salarial, mas também outras reivindicações imediatas como jornada de trabalho de 8 horas e Caixa de Aposentadoria e Pensões. Chegou inclusive a abrigar em seu interior uma assembléia dos trabalhadores da Metalúrgica Matarazzo que definiu um plano de reivindicações mínimas a ser apresentado aos diretores da firma que consistia em jornada de trabalho de 8 horas, caderneta de férias, isenção de multa aos operários, aumento na percentagem de 25% para horas extra até 10 horas e 50% para mais de 10 horas, além da discussão sobre salário mínimo.

As greves dos metalúrgicos concentraram-se entre os

meses de julho e setembro - quando houve uma intensificação da mobilização do setor - e ocorreram na Metalúrgica de São Caetano em São Bernardo e, na capital, na Fundação Brasil e na Fundação Martins Ferreira.

Com duração de quatro dias a partir de 8 de agosto, a greve dos metalúrgicos da Fundação Brasil apresentou um extenso plano de reivindicações que versava basicamente sobre aumento salarial diferenciado por faixas de renda; jornada de trabalho de 8 horas com abolição de qualquer tipo de decisão em contrário determinada pelos donos da empresa; pagamento quinzenal; pagamento de férias sobretudo as atrasadas do ano de 1933; reconhecimento do direito à sindicalização e à propaganda sindical e anulação da convenção de trabalho em vigor no estabelecimento a qual os operários eram obrigados a assinar. Houve imediatamente uma pressão policial sobretudo contra os trabalhadores mais visados pela empresa, além da ameaça de prisão àqueles que não voltassem ao trabalho. Houve ainda a prisão de quatro membros do comitê de greve⁽⁴⁴⁾. Não foi registrada a presença do sindicato durante a paralisação, nem mesmo o resultado do movimento. Entretanto, quase um mês depois, o sindicato recebeu queixa de vários metalúrgicos do estabelecimento sobre irregularidades ocorridas como a assinatura de recibos com espaço em branco, e que no futuro liberaria a empresa do pagamento das férias relativas ao ano de 1934⁽⁴⁵⁾.

A greve dos metalúrgicos da Fundação Martins Ferreira foi deflagrada na segunda semana de setembro de 1935 e durou mais de uma semana. Além do atraso no pagamento dos salários,

os grevistas denunciavam a coação por parte da empresa para assinatura de uma convenção de trabalho que, em seu texto, dispunha sobre o pagamento de somente 10% de remuneração para horas extra, sendo que a assinatura deste documento era condição indispensável para a admissão dos novos empregados. Reivindicavam ainda a não dispensa dos operários grevistas. As negociações foram intermediadas pelo sindicato e o próprio DET foi chamado a interceder, apesar das críticas dos grevistas à atuação considerada displicente desse órgão⁽⁴⁶⁾. Não se obteve informação sobre o resultado das negociações.

Convém observar que, em ambas as greves, existem referências à obrigatoriedade da assinatura de uma convenção de trabalho específica de cada empresa, que, ao que tudo indica, tornava-se uma forma de o patronato se resguardar face à obrigatoriedade do cumprimento das leis sociais.

A UOM não liderou nenhuma greve da categoria mas, em setembro, a associação lançava mensagem aos metalúrgicos contra a guerra: "Quando os industriais pretenderem que empreguemos os nossos braços na fabricação de armas e munições para fazer a guerra, neguemo-nos a isso e preparemo-nos para acabar com a guerra, cruzando os braços, emudecendo as forjas, apagando os altos fornos. Abaixo a guerra! Abaixo as tiranias e caminhemos para a anarquia".⁽⁴⁷⁾ Mantendo-se exclusivamente com um discurso programático, a UOM não encontrara mais espaço de atuação junto aos metalúrgicos.

De qualquer forma, ao final de 1935, com a decretação do estado de sítio em todo o país, encerrou-se a possibilidade de uma experiência autônoma de ação dos trabalhadores

metalúrgicos, incluindo a própria autonomia até então conquistada pelo sindicato oficial.

NOTAS

- (1) Ver ata da assembléia geral do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, 9.1.1935
- (2) Ver Maria Helena Simões Paes, op. cit., p. 74-75
- (3) Idem, ibidem
- (4) Idem, p. 75
- (5) Ver Maria Hermínia Tavares de Almeida, op. cit., p. 225
- (6) Idem, ibidem. Eram ainda ligados à Federação o sindicato dos ceramistas, dos têxteis, dos fabricantes de bebidas, dos operários e empregados na fabricação de gás e das pedreiras de Água Fria
- (7) Idem. Faziam parte dessa frente: a União dos Trabalhadores Gráficos, o Sindicato de Operários em Tração e Luz, Força, Gás e Telefone; dos Condutores de Veículos; dos Empregados de Comércio; dos Profissionais do Volante e Anexos; dos Médicos; dos Ferroviários da São Paulo Railway; dos Contadores de São Paulo; dos Bancários; dos Metalúrgicos de Santo André; a União Beneficente dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Anexos, e a União dos Alfaiates e Anexos.
- (8) op. cit., p. 228
- (9) op. cit., p. 84-85
- (10) Para mais detalhes ver Alzira Alves de Abreu - "Aliança Nacional Libertadora", p. 62-64
- (11) Ver A. Platéia, 10 e 11.6.35
- (12) Ver ata da reunião de diretoria do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo,

22.6.35

- (13) Idem, 17.8.35
- (14) Ver A. Platéia, 11.7.35
- (15) idem, 13.7.35
- (16) idem, 17.7.35
- (17) Ver Maria Hermínia Tavares de Almeida, op. cit., p. 228
- (18) Ver A. Platéia, 27.8.35
- (19) idem, 24.9.35
- (20) idem, 9.10.35
- (21) ibidem
- (22) idem, 28.10.35
- (23) idem, 26.9.35
- (24) idem, 1.10.35
- (25) idem, 25.9.35
- (26) Ver ata da assembléia geral do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, 22.6.1935 e de reunião de diretoria, 23.8.1935
- (27) Ver Eduardo Navarro Stotz - A União dos Trabalhadores Metalúrgicos na construção do Sindicato corporativista: 1932-1945. p. 182
- (28) Ver A. Platéia, 8.7.35
- (29) Idem, 10.7.35
- (30) Em carta endereçada ao jornal e publicada em 5.9.35, uma Comissão de Empregados da Companhia de Mineração e Metalurgia reclamava por melhores salários.
- (31) Ver A. Platéia, 26.8.35
- (32) Idem, 11.11.35
- (33) Idem, 14.11.35

- (34) Idem, 21.11.35
- (35) Idem, 26.11.35
- (36) Ver Ata da I Concentração dos Operários Metalúrgicos de São Paulo
- (37) Ibidem
- (38) Ver A. Platéia, 12.7.35
- (39) Idem, 2.9.35
- (40) Ver ata de assembléia geral realizada no Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, 22.6.35
- (41) Ver A. Platéia, 25.9.35
- (42) Idem, 5.9.35
- (43) Idem, 25.9.35
- (44) Ver A. Platéia, 9,10,12,13.8.35
- (45) Idem, 3.9.35
- (46) Idem, 23 e 27.9.35
- (47) A. Flecha, 14.9.35

CONCLUSÃO

O objetivo central deste trabalho foi o exame da trajetória das diferentes formas de organização dos metalúrgicos paulistas entre os anos de 1919 e 1935. Com este fim, procuramos analisar a articulação deste processo plural de organização daqueles trabalhadores com a mobilização operária mais ampla, diante da ação do Estado especialmente no tocante à chamada "questão social".

A análise concreta das experiências de organização de classe entre os metalúrgicos nos permite afirmar que, entre os anos de 1919 e 1935, foram a UOM e o Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo as duas formas associativas que expressaram de forma mais efetiva os anseios e interesses destes trabalhadores. A gênese de ambas as associações é no entanto absolutamente distinta: enquanto a primeira teve sua origem no ideário e na prática anarquista, a segunda constituiu-se nos moldes impostos pela legislação sindical definida pelo Estado que emerge em 1930. O presente trabalho procurou sobretudo analisar as possibilidades e os limites da atuação dos metalúrgicos no interior dessas associações.

Embora a massa dos trabalhadores metalúrgicos não tenha aderido aos ideais anarquistas, a UOM constituiu-se como a primeira associação que aglutinou um número mais significativo de trabalhadores, conseguindo imprimir à sua luta um vigor até então desconhecido. Deve-se observar

contudo que a partir do ano de 1917 houve ^{uma intensa} ~~de~~ mobilização do conjunto dos trabalhadores paulistas que redundara na criação de ^{locais} sindicatos como o dos têxteis e o da construção civil.

Entretanto, o declínio do movimento operário paulista nos primeiros anos da década seguinte implicou em alterações à orientação até então seguida pela UOM. A diminuição de seu poder de pressão correspondeu não só a um maior esforço de negociação com as firmas individualmente e com a recém criada Associação Paulista das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas, mas também uma aproximação com os parlamentares cuja atuação se pautava pela defesa dos direitos dos trabalhadores. Em paralelo, o Estado começava a criar uma legislação que visava à regulamentação do mundo do trabalho, agora livre das pressões dos trabalhadores que tanto haviam marcado a conjuntura política de meados da década de 1910.

Toda a experiência vivida pelo movimento dos trabalhadores - em particular dos metalúrgicos - entre meados da década de 10 e os primeiros anos da década seguinte revela a importância histórica desse momento na constituição de organizações da classe trabalhadora, e, num sentido mais amplo, na construção de uma identidade de classe.

Já o Sindicato dos Operários Metalúrgicos, criado nos moldes impostos pela legislação trabalhista formulada pelo Estado, emergente em 1930, subordinava-se ao projeto corporativo de reordenação da questão social proposto por esse novo modelo de Estado. O estreitamento da relação entre

legislação social e sindical daí advindo criou assim novas modalidades de atuação e organização dos trabalhadores.

Nesse quadro, vale ressaltar dois aspectos importantes. O primeiro deles diz respeito à progressiva desmobilização das experiências independentes de organização dos trabalhadores contrárias ao modelo corporativo de enquadramento sindical, o que acabaria por liquidar a UOM. Esta associação se reorganizara em 1930 e manteve-se ainda ativa até 1935, muito embora crescentemente esvaziada ao longo desse período. Um segundo aspecto refere-se ao fato de o Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo passar a expressar os interesses dos trabalhadores, na medida em que era somente através dele que poderiam ser obtidos os benefícios concedidos pela nova legislação social. Apesar da repressão policial, as brechas abertas à atuação sindical sobretudo ao longo do Governo Constitucional possibilitaram que, no interior daquela entidade, se desenvolvesse não só uma intensa disputa entre grupos de diferentes tendências, mas também a articulação de projetos de unificação do movimento operário e uma intensa atuação na vida política. Paralelamente à mobilização sindical, organizaram-se ainda comissões de empresas que procuravam igualmente traçar os rumos das lutas reivindicatórias dos trabalhadores.

Este trabalho procurou ainda atentar para as particularidades da relação entre Estado e classe trabalhadora, considerando que o período em questão foi marcado pela crise da ordem liberal e pela tentativa de construção de um Estado corporativo que, até 1935, ainda não

se tinha imposto plenamente. Evidentemente, o fato de a atuação da burguesia industrial não ter sido tomada como objeto de nossa investigação não significa sua ausência ou mesmo sua menor importância neste processo. Pelo contrário, a burguesia industrial atuou sistematicamente na criação e desenvolvimento de associações de defesa de seus interesses ao longo desse período.

Analisar o processo de construção da representação dos interesses dos trabalhadores metalúrgicos através das formas que assumiu a organização de suas entidades de classe constituiu-se, na perspectiva deste estudo, num esforço de revisão dos argumentos de caráter mais global que sustentaram algumas análises sobre a formação da classe trabalhadora brasileira. Centradas muitas vezes sobre avaliações que orbitam em torno da fraqueza e do atraso da mobilização operária e sindical, tais argumentações parecem-nos insuficientes para a análise da complexidade das articulações de caráter político estabelecidas nesse período histórico entre as diferentes classes sociais e o Estado. Na busca de um exame sobre as relações sociais concretas que se estabeleceram entre um segmento dos trabalhadores, a burguesia industrial e o Estado, procuramos contribuir para que se retire do campo do "fatalismo estrutural" o estudo da formação e atuação da classe trabalhadora brasileira.

ANEXOS ESTADÍSTICOS

TABELA I

Salário médio diário de operários jornaleiros paulistas por idade e sexo segundo categorias profissionais no setor metalúrgico

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	MAIORES 14 ANOS						MENORES 14 ANOS					
	TOTAL		HOMENS		MULHERES		TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	INQ	S. M. D.	INQ	S. M. D.	INQ	S. M. D.	INQ	S. M. D.	INQ	S. M. D.	INQ	S. M. D.
(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	
Ajustador (ou montador)	1211	74855	1211	74855	-	-	13	14854	13	14854	-	-
Aplainador	13	64800	13	64800	-	-	2	24750	2	24750	-	-
Caldeireiro	15	94547	15	94547	-	-	-	-	-	-	-	-
Cinzelador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esaltador	149	54978	122	74586	27	44647	4	34000	4	34000	-	-
Esmerilhador	192	44378	192	44378	-	-	4	34375	4	34375	-	-
Estampador	118	64500	118	64500	-	-	-	-	-	-	-	-
Estanhador	16	84667	16	84667	-	-	-	-	-	-	-	-
Ferreiro	1124	84228	1124	84228	-	-	-	-	-	-	-	-
Frezador	13	94467	13	94467	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundidor	1262	84405	1262	84405	-	-	68	24687	68	24687	-	-
Funileiro	1181	54645	1156	64229	25	24000	37	24000	37	24000	-	-
Furador	15	74000	15	74000	-	-	1	24500	1	24500	-	-
Galvanizador	111	64000	111	64000	-	-	-	-	-	-	-	-
Gravador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laminador	180	164100	180	164100	-	-	-	-	-	-	-	-
Lixador	1122	64116	1122	64116	-	-	15	24567	15	24567	-	-
Machador	19	44356	19	44356	-	-	-	-	-	-	-	-
Modelador	188	94047	188	94047	-	-	4	24265	4	24265	-	-
Niqueador	132	84947	132	84947	-	-	4	24250	4	24250	-	-
Polidor de metais	179	54559	177	54626	2	34000	26	24577	8	24750	18	24500
Rebarbador	112	64700	112	64700	-	-	-	-	-	-	-	-
Rebitador	16	64000	16	64000	-	-	-	-	-	-	-	-
Repuchador	16	84233	16	84233	-	-	-	-	-	-	-	-
Serralheiro	171	74360	171	74360	-	-	7	34000	7	34000	-	-
Soldador	116	74194	116	74194	-	-	-	-	-	-	-	-
Tec. fios metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Torneiro	1188	74506	1188	74506	-	-	12	34433	12	34433	-	-
Zinqueiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mestre	19	144167	19	144167	-	-	-	-	-	-	-	-
Contra-mestre	17	94714	17	94714	-	-	-	-	-	-	-	-
Mecânico	1184	84021	1184	84021	-	-	7	34929	7	34929	-	-
Outras prof.	11094	64264	11037	64450	57	24000	330	24376	261	24572	69	24570
Profs. indeter.	1921	54505	1855	54665	66	34432	332	24342	263	24314	69	24449
TOTAL	13.904	64816	13.727	64986	177	34232	850	24489	702	24482	156	24517

QBS: (1) número de casos considerados (2) salário médio diário

FONT: Recenseamento Geral de 1920, p. 393, 395, 397.

TABELA II

ESTATÍSTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: número de estabelecimentos, capital total, número de operários e valor da produção - 1928

METALÚRGICAS	Nº ESTAB.	CAPITAL TOTAL	OPERÁRIOS	VALOR DA PRODUÇÃO
Fundição de aço	4	22.600.000\$000	715	12.711.168\$000
Ferro esmaltado	5	9.900.000\$000	895	9.780.666\$255
Artefatos de Alumínio	8	1.297.000\$000	230	3.390.000\$000
Maq. p/lavoura e Industrial	89	35.868.960\$000	4.978	32.954.155\$000
Artefatos de ferro, bronze e latão	156	39.826.000\$000	5.203	62.812.005\$000
Ferragens	32	8.054.300\$000	999	13.580.149\$600
Serralherias	57	1.450.000\$000	609	3.973.217\$740
Oficinas Mecânicas	135	5.899.000\$000	1.531	10.654.811\$778
TOTAL:	486	124.895.260\$000	15.160	149.056.973\$373

FONTE: Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo - Estatística Industrial de São Paulo (1928 - 1937)

TABELA III

ESTATISTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SAO PAULO: numero de estabelecimentos, capital total, numero de operarios e valor da producao - 1929

METALURGICAS	INO ESTAB.	CAPITAL TOTAL	OPERARIOS	VALOR DA PRODUCAO
Art. de metal (ferro , bronzes, latão, etc)	137	30.728.000\$000	4.022	58.025.220\$094
Art. de aluminio	7	1.137.000\$000	185	4.736.160\$000
Ferragens e cutelaria	54	13.777.500\$000	1.580	14.382.879\$000
Ferro esmaltado	8	12.590.000\$000	866	9.941.166\$000
Fundicao de aço	4	22.600.000\$000	715	5.441.767\$160
Maq. p/lavoura e industria	130	39.220.300\$000	4.291	33.307.354\$229
Officinas mecanicas para consertos	159	4.243.900\$000	786	4.468.988\$075
Serralherias	102	3.318.000\$000	843	5.184.820\$145
TOTAL:	601	127.614.700\$000	13.288	135.488.354\$903

FONTE: Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo - Estatística Industrial de São Paulo (1928 - 1937)

TABELA IV

ESTATÍSTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: número de estabelecimentos, capital total, número de operários e valor da produção - 1938

METALÚRGICAS	No ESTAB.	CAPITAL TOTAL	OPERÁRIOS	VALOR DA PRODUÇÃO
Fab. de ferro e aço - laminagem	4	24.000:000\$000	348	8.528:129\$000
Art. de alumínio	7	2.042:000\$000	144	9.601:787\$000
Ferro esmaltado	11	10.275:000\$000	768	9.601:787\$000
Art. de metal (ferro, bronze, latão, etc)	146	27.860:027\$000	3.860	57.006:750\$000
Oficinas mecânicas p/consertos	144	3.406:592\$000	685	3.346:598\$000
Maq. p/lavoura e industrial	133	44.395:841\$000	2.587	21.976:995\$000
Ferragens, ferramenta e cutelarias	49	15.608:612\$000	1.110	13.676:446\$000
Construção e reparação de veículos	245	17.026:246\$000	3.773	35.962:961\$000
Serralherias	93	5.011:812\$000	804	12.456:750\$000
Móveis de ferro	23	1.263:482\$000	279	-
TOTAL:	855	150.889:612\$000	14.358	162.556:416\$000

FONTE: Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo - Estatística Industrial de São Paulo (1928 - 1937)

TABELA V

ESTATÍSTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: número de estabelecimentos, capital total, número de operários e valor da produção - 1931

METALÚRGICAS	Nº ESTAB.	CAPITAL TOTAL	OPERÁRIOS	VALOR DA PRODUÇÃO
Fab. de ferro e aço - laminagem	4	25.666:000\$000	623	5.941:756\$000
Art. de alumínio	7	1.762:836\$000	142	15.514:390\$000
Ferro esmaltado	13	10.287:000\$000	867	43.574:129\$000
Art. de metal (ferro, bronze, latão, etc)	140	33.041:517\$000	3.681	4.918:173\$000
Oficinas mecânicas p/conserto	147	5.116:387\$000	725	21.471:054\$000
Maq. p/lavoura e industrial	116	34.397:679\$000	2.364	14.512:361\$000
Ferragens, ferramenta e cutelarias	48	16.760:112\$000	1.778	158.366:887\$000
Construção e reparação de veículos	287	31.025:275\$000	12.466	5.318:564\$000
Serralherias	103	6.943:130\$000	814	2.074:938\$000
Móveis de ferro	20	1.291:982\$000	294	-
TOTAL:	885	166.291:918\$000	23.754	271.692:252\$000

FONTE: Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo - Estatística Industrial de São Paulo (1928 - 1937)

TABELA VI

ESTATISTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SAO PAULO: numero de estabelecimentos, capital total, numero de operarios e valor da producao - 1932

METALURGICAS	No ESTAB.	CAPITAL TOTAL	OPERARIOS	VALOR DA PRODUÇÃO
Fab. de ferro e aço - laminagem	3	18.000:000\$000	671	15.086:469\$000
Art. de aluminio	8	2.412:836\$000	273	7.526:760\$000
Ferro esmaltado	11	9.692:460\$000	929	12.191:658\$000
Art. de metal (ferro, bronze, latão, etc)	144	34.146:757\$000	4.538	51.607:792\$000
Oficinas mecanicas p/conserto	139	2.799:520\$000	584	4.495:586\$000
Maq. p/lavoura e industria	109	33.986:377\$000	2.675	25.588:869\$000
Ferragens, ferramentas e cutelarias	50	12.664:235\$000	1.781	18.053:130\$000
Construção e reparação de veiculos	351	44.740:287\$000	8.789	64.075:784\$000
Fab. e rep. de material eletrico	60	19.515:500\$000	994	12.411:949\$000
Serralherias	93	6.027:541\$000	776	5.544:456\$000
Movéis de ferro	15	1.050:000\$000	151	1.147:056\$000
TOTAL:	983	185.035:513\$000	22.161	217.929:509\$000

FONTE: Diretoria de Estatística, Industria e Comercio da Secretaria de Agricultura, Industria e Comercio de Sao Paulo - Estatística Industrial de Sao Paulo (1928 - 1937)

TABELA VII

ESTATISTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SAO PAULO: numero de estabelecimentos, capital total, numero de operarios e valor da producao - 1933

METALURGICAS	No ESTAB.	CAPITAL TOTAL	OPERARIOS	VALDR DA PRODUCAO
IFab. de ferro e aço - laminagem	3	18.841:438\$000	739	16.645:013\$000
IArt. de aluminio	7	2.702:836\$000	334	7.308:100\$000
IFerro esmaltado	10	11.555:000\$000	1.101	10.918:227\$000
IArt. de metal (ferro bronzee, latao, etc)	183	36.934:816\$000	5.403	58.957:340\$630
IOficinas mecanicas p/conserto	158	3.104:360\$000	765	6.113:076\$500
IMaq. p/lavoura e industrial	94	29.400:201\$000	2.536	26.191:311\$000
IFerragens, ferramentas e cutelarias	58	16.563:357\$000	2.225	23.340:377\$310
Iconstrucao e reparacao de veiculos	540	60.674:456\$000	12.055	81.266:858\$347
IFab. e rep. de material eletrico	68	21.717:800\$000	1.342	23.961:898\$000
ISerralherias	122	5.544:300\$000	776	4.398:521\$000
IMoveis de ferro	18	1.375:985\$000	433	2.577:088\$000
TOTAL:	1.261	1208.414:549\$000	27.709	261.677:810\$787

FONTE: Diretoria de Estatistica, Industria e Comercio da Secretaria de Agricultura, Industria e Comercio de Sao Paulo - Estatistica Industrial de Sao Paulo (1928 - 1937)

TABELA VIII

ESTATISTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SAO PAULO: numero de estabelecimentos, capital total, numero de operarios e valor da producao - 1934

METALURGICAS	No ESTAB.	CAPITAL TOTAL	OPERARIOS	VALOR DA PRODUCAO
Fab. de ferro e aço - laminagem	3	18.973:949\$000	899	31.082:679\$000
Art. de aluminio	7	5.810:000\$000	442	8.510:547\$000
Ferro esmaltado	8	16.557:585\$000	1.272	15.590:682\$000
Art. de metal (ferro, bronze, latão, etc)	320	53.550:975\$000	7.024	73.836:721\$000
Oficinas mecanicas p/conserto	386	5.703:943\$000	1.588	8.552:536\$000
Maq. p/lavoura e industria	109	33.144:015\$000	3.500	28.704:055\$000
Ferragens, ferramentas e cutelarias	62	14.035:136\$000	2.458	28.557:539\$000
Construção e reparação de veiculos	745	81.513:193\$000	14.820	109.578:117\$000
Fab. e rep. de material eletrico	70	20.369:225\$000	1.691	27.292:138\$000
Serralherias	125	6.255:400\$000	1.192	8.685:158\$000
Movéis de ferro	16	2.202:000\$000	418	3.315.161\$000
TOTAL:	1.851	258.115:421\$000	35.304	343.705:333\$000

FONTE: Diretoria de Estatística, Industria e Comercio da Secretaria de Agricultura, Industria e Comercio de Sao Paulo - Estatística Industrial de Sao Paulo (1928 - 1937)

TABELA IX

ESTATISTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SAO PAULO: numero de estabelecimentos, capital total, numero de operarios e valor da producao - 1935

METALURGICAS	INO ESTAB.	CAPITAL TOTAL	OPERARIOS	VALOR DA PRODUCAO
Fab. de ferro e aço - laminagem	4	21.449.939\$000	931	28.914.270\$000
Art. de aluminio	5	2.444.500\$000	328	10.662.830\$000
Art. ferro esmaltado	11	10.985.643\$000	1.439	14.903.845\$000
Art. de metal (ferro, bronze, latão, etc)	149	54.683.992\$000	6.589	80.031.789\$000
Oficinas mecanicas p/conserto	749	10.941.849\$000	3.145	24.819.484\$000
Maq. p/lavoura e industria	138	34.727.896\$000	4.288	37.896.105\$000
Ferragens, ferramentas e cutelarias	77	45.194.783\$000	3.822	50.064.724\$000
Carrocerias e carroças	253	7.052.631\$000	1.780	13.994.188\$000
Fab. e rep. de material electrico	70	36.674.007\$000	1.839	46.198.032\$000
Serralherias	110	7.998.800\$000	1.312	20.923.055\$000
Moveis de ferro	19	5.814.000\$000	875	4.777.113\$000
Oficina de est. de ferro	20	37.527.503\$000	9.816	47.187.778\$000
Oficina de mot. autom.	4	30.721.499\$000	1.225	12.502.108\$000
Galvanoplastia	16	133.000\$000	62	592.789\$000
TOTAL:	1.625	314.350.042\$000	37.451	393.462.110\$000

FONTE: Diretoria de Estatística, Industria e Comercio da Secretaria de Agricultura, Industria e Comercio de Sao Paulo - Estatística Industrial de Sao Paulo (1928 - 1937)

TABELA X

Indústria metalúrgica paulista segundo subsectores de atividade:
 número de estabelecimentos, capital total, número de operários, valor da produção (a sobre impostos)
 1928 - 1935

	1928			1929			1930			1931						
	IMP. ESTAB. (M/total)	IMP. ESTAB. (M/total)	IMP. ESTAB. (M/total)	IMP. ESTAB. (M/total)	IMP. ESTAB. (M/total)	IMP. ESTAB. (M/total)	IMP. ESTAB. (M/total)	IMP. ESTAB. (M/total)	IMP. ESTAB. (M/total)	IMP. ESTAB. (M/total)	IMP. ESTAB. (M/total)	IMP. ESTAB. (M/total)				
METALÚRGICAS	4,85	16,18	4,72	8,5	4,37	17,71	5,28	4,02	8,47	15,76	2,43	5,25	6,45	15,43	2,62	2,15
FAB. FERRO E AÇO - Hilarysage (1)																
Ferro amolado (4)	1,82	7,93	5,78	6,53	1,32	9,57	6,52	7,34	1,29	6,81	5,36	5,91	1,47	6,19	3,65	16,44
Metais de alumínio	1,55	1,43	1,52	2,25	1,16	4,89	1,39	3,59	4,82	1,35	1,98	-	4,79	1,86	4,64	5,71
MA. Trabalho e ind.	18,32	28,72	22,80	21,99	21,63	38,73	22,29	24,58	15,55	29,42	18,42	13,52	13,11	28,68	9,76	5,34
Materiais de metal (ferro, propriedade e latão, etc)	34,78	31,87	34,32	41,92	22,68	24,88	38,27	42,80	17,48	18,46	24,88	35,47	15,62	19,87	15,47	1,81
Ferragens, ferramentais de cunhas (2)	6,08	6,45	6,59	9,46	8,99	10,88	11,89	14,61	5,75	16,34	7,73	8,42	5,42	14,48	7,47	58,29
Semifabricas	11,75	1,16	4,02	2,85	16,57	2,68	6,24	5,82	18,88	3,33	5,69	7,66	11,64	4,17	3,43	9,76
Edificios mecânicos pneumáticos (3)	27,68	4,72	14,19	7,18	26,46	3,32	5,92	3,38	16,94	2,26	4,77	2,46	16,61	3,66	3,47	7,98
Locomovão e reparação de veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	28,45	11,26	24,27	22,12	32,43	18,66	32,48	1,94
Móveis de ferro	-	-	-	-	-	-	-	-	2,89	8,85	1,94	-	2,26	4,78	1,24	-
FAB. DE FERROFABRICAÇÃO MATERIAS ELÉTRICAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MATERIAS ELÉTRICAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EDIFICIOS DE ESTRADA DE FERRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EDIFICIOS DE MONTAGEM DE AUTOMOVIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INDUSTRIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1935

1934

1933

1932

MATERIALIDADES	1932		1933		1934		1935	
	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$/Total)	% TOTAL	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$/Total)	% TOTAL	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$/Total)	% TOTAL	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$/Total)	% TOTAL
Ferro e aço - laminados (1)	6,21	9,73	3,83	6,92	9,24	9,94	2,67	6,36
Ferro esmerilhado (4)	1,12	5,24	4,19	5,68	6,77	5,54	3,97	4,17
Produtos de alumínio	4,21	1,38	1,23	3,45	4,56	1,36	1,21	2,79
Isol. e/ou rev. e ind.	11,89	10,37	12,67	11,74	7,45	14,11	9,15	16,04
Instalações de metal (ferros, fornos e latões, etc)	14,25	18,45	24,46	23,77	14,51	17,72	19,50	22,53
Ferragens, ferramentais e utensílios (2)	5,89	6,84	8,34	8,28	4,68	7,95	8,83	8,72
Serralherias	9,48	3,25	3,58	2,55	9,48	2,66	2,68	1,68
Indústrias mecânicas e construtoras (3)	14,14	1,51	2,63	2,86	12,53	1,49	2,76	2,34
Construção e reparação de veículos	35,74	24,18	39,66	29,48	42,62	29,11	43,51	31,56
Produtos de ferro	1,53	4,37	4,68	4,53	1,43	4,66	1,56	2,77
Repar. de reparação de materiais elétricos	6,18	10,55	4,49	5,78	5,39	14,42	4,64	9,16
Cartões e cartões	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias de estrada de ferro	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias de máquinas de automóveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria têxtil	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) Nos anos de 1932 e 1933, a denominação era "fundição de aço"
 (2) Para o ano de 1932, só havia referência a "ferragens" e para o de 1933 a "ferragens e utensílios"
 (3) Para o ano de 1932, a referência era exclusiva a "indústrias mecânicas"
 (4) Para o ano de 1932, a referência era "produtos de ferro esmerilhado"

BIBLIOGRAFIA

I - FONTES OFICIAIS

Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo - Estatística industrial do Estado de São Paulo (1928-1937).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Recenseamento Geral do Brasil, 1920 e 1940.

II - IMPRENSA

A Classe Operária

O Combate

Correio Paulistano

Diário Nacional

Diário Popular

O Estado de São Paulo

O Grito Operário

Jornal do Comércio

O Metalúrgico

A Patuléia

A Platéia

A Plebe

O Trabalhador

O Trabalhador Gráfico

A Vanguarda

A Voz da União

III - Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo

- atas das reuniões de diretoria do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo (1933-1935)

- atas das assembleias gerais do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo (1933-1935).

IV - FONTES ORAIS

- entrevista realizada em 13.07.1979 com os seguintes membros da Associação dos Aposentados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo: Armando Sufredini, José Biondi, José Pacheco da Silva, José Sanches, Hans Sikora e Laurindo Maistro.

V - LIVROS E ARTIGOS

ABREU, Alzira Alves de. Aliança Nacional Libertadora. (verbete) in Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Vol. I, Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1984

ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de. Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil, 1930-1945. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo, 1978

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Corporativismo e Cálculo Político - o processo de sindicalização oficial dos

- trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937). Tese de doutoramento apresentada ao IUPERJ, 1990
- ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora, São Paulo, Cortez Editora, 1982
- ARAÚJO, Braz José de. Operários em luta/metalúrgicos da Baixada Santista (1933-1983), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985
- ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. O batismo do trabalho: a experiência Lindolfo Collor, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981
- AURELIANO, Liana Maria. No limiar da industrialização, São Paulo, Brasiliense, 1981
- BARRROS, Alberto da Rocha. Origens e evolução da legislação trabalhista, Rio de Janeiro (GB), Gráfica Editora Laemmert S.A., 1969
- BATALHA, Cláudio. Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930). Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Paris I, 1986
- BEIGUELMAN, Paula. Os companheiros de São Paulo, São Paulo, Edições Símbolo, 1977
- BERNARDO, Antônio Carlos. Tutela e autonomia sindical: Brasil, 1930-1945, São Paulo, T.A. Queiroz, 1982
- CAMPOS, Cristina Hebling. O sonhar libertário. Dissertação de mestrado apresentada à UNICAMP, 1983
- CANEDO, Leticia Bicalho. O sindicalismo bancário em São Paulo no período de 1923-1944: seu significado político, São Paulo, Edições Símbolo, 1978

- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Tese de doutoramento apresentada à UNICAMP, 1975
- CARDOSO, Fernando Henrique. Mudanças sociais na América Latina, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969
- CASTORIADIS, Cornelius. L'expérience du mouvement ouvrier. Comment lutter, Paris, Union Générale D'Éditions, 1974
- CERQUEIRA, Eli Diniz e BOSCHI, Renato. "Magnitude das empresas e diferenciação da estrutura industrial: caracterização da indústria paulista na década de 30" in Dados 14, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1977
- DEAN, Waren. A industrialização de São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1971
- DECCA, Edgar de. O silêncio dos vencidos, São Paulo, Brasiliense, 1981
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934). Dissertação de mestrado apresentada à UNICAMP, 1983
- DIAS, Eduardo. Um imigrante e a revolução (memórias de um militante operário), São Paulo, Brasiliense, 1983
- DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil, São Paulo, Alfa Omega, 1977
- DRAIBE, Sonia. Rumos e metamorfose. Estado e industrialização, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985
- DULLES, John Foster. Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977
- ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora em Inglaterra, Porto, Edições Afrontamento, 1975
- FAUTO, Boris. A revolução de 1930: historiografia e história, São Paulo, Brasiliense, 1976

- FAUSTO, Boris. "Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945)" in Novos Estudos CEBRAP n. 20, março 1988
- FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social, São Paulo, DIFEL, 1976
- FILHO, Evaristo de Moraes. O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos, São Paulo, Alfa Omega, 1978
- FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil, São Paulo, Global Editora, 1982
- FUCHTNER, Hans. Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política, Rio de Janeiro, Edições Grail, 1980
- GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo, São Paulo, Edições Vértice, 1988
- GOMES, Angela de Castro. "República, trabalho e cidadania", in Renato Boschi (org), Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil, Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1991
- GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes - "Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise", RIE n. 24, Rio de Janeiro, 2º semestre 1987
- GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937, Rio de Janeiro, Campus, 1979
- HADLER, Maria Silvia Duarte. Sindicato de Estado e legislação social: o caso dos gráficos paulistas nos anos 1930. Tese de mestrado apresentada à UNICAMP, 1982
- HALL, Michael. "Imigração e classe operária em São Paulo",

1975, mimeo

HARDING, Timothy. The political history of organized labor in Brazil. Michigan, Univ. Microfilms, Ann Arbor, 1973

HAUPT, Georges. "Porque a história do movimento operário", in Revista Brasileira de História, vol. 5, n. 10, Ed. Marco Zero, março - agosto 1985

HOBSEBAWN, Eric. J. "História do trabalho e ideologia" in Indo à história, Cadernos de Pesquisa, 1, São Paulo, Brasiliense, 1977

HOBSEBAWN, Eric J. Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981

JOLL, James. Anarquistas e anarquismo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1970

LENE, Marisa Saenz. A ideologia dos industriais brasileiros (1914-1945), Petrópolis, Editora Vozes, 1978

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Industrial associations and politics in contemporary Brazil. Tese de PhD apresentada ao St. Antony's College, 1984

LINHARES, Herminio. Contribuição à história das lutas operárias no Brasil, São Paulo, Editora Alfa Omega, 1977

LOPES, José Sérgio Leite- "La formation de la classe ouvrière brésilienne et le syndicat officiel" in Genèses 3, março 1991

LOWY, Michael (et alii). Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no séc. XX, Belo Horizonte, Vega, 1980

MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. O movimento anarquista em São Paulo (1906-1912), São Paulo, Brasiliense, 1982

MARAN, Sheldon Leslie. Anarquistas, imigrantes e o movimento

- operário brasileiro, 1890-1920, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979
- MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Sousa. O estudo e a burocratização do sindicato no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1978
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio (contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira). Tese de doutoramento apresentada à UNICAMP, 1975
- MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, Coleção Tudo é História n. 32, 1981
- MUNAKATA, Kazumi. Alguns cenários brasileiros. Dissertação de mestrado apresentada à UNICAMP, 1982
- MURMIS, Miguel e PORTANTIERO, Juan Carlos. Estudios sobre los orígenes del peronismo. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972
- PAES, Maria Helena Simões. O sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo 1932-1951. - Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo, 1978
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e trabalho no Brasil: dos anos 20 a 1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. "O proletariado industrial na Primeira República" in Fausto Boris (ed)- O Brasil Republicano (HGC8,9). São Paulo, DIFEL, 1977, tomo 3 parte 2: Sociedade e instituições (1889-1930)
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Trabalho industrial no Brasil: uma revisão" in Estudos CEBRAP n. 14, out/nov/dez 1975
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930), vol I, São Paulo, Alfa Omega, 1979

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. A classe operária
no Brasil: documentos (1889-1934), vo. II, São Paulo,
Brasiliense/FUNCAMP, 1981

REIS, Elisa Pereira. "Interesses agro-exportadores e
construção do Estado: Brasil de 1890-1930" in Economia e
movimentos sociais na América Latina, São Paulo,
Brasiliense, 1985

REIS, Elisa Pereira. "Poder privado e construção de Estado
sob a Primeira República", in Renato Boschi, (org),
Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço
público no Brasil, Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1991

RODRIGUES, Edgar. Novos rumos (história do movimento operário
e das lutas sociais no Brasil 1922-1944), Rio de Janeiro,
Mundo Livre, 1976

RODRIGUES, Edgar. Trabalho e conflito (pesquisa histórica,
1906-1937), Rio de Janeiro, Gráfica Editora Arte Moderna,
s/d

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no
Brasil, São Paulo, Edições Símbolo, 1979

RODRIGUES, Leôncio Martins. Conflito industrial e
sindicalismo no Brasil, São Paulo, DIFEL, 1966

RODRIGUES, Leôncio Martins. Industrialização e atitudes
operárias (estudo de um grupo de trabalhadores), São Paulo,
Brasiliense, 1970

RODRIGUES, Leôncio Martins. Trabalhadores, sindicatos e
industrialização, São Paulo, Brasiliense, 1974

RODRIGUES, Leôncio Martins e MUNDIZ, Fábio Antônio.
"Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil"
in Estudos CEBRAP n. 7, jan/fev/mar 1974

- ROWLAND, Robert. "Classe operária e Estado de Compromisso",
in Estudos CERRAR n. 8, abr/maio/jun 1974
- SARTI, Ingrid. Estiva e política: estudo de caso no porto de Santos. Tese de mestrado apresentada à USP, 1973
- SILVA, Lígia Maria Osório. Movimento sindical operário na Primeira República. Tese de mestrado apresentada à UNICAMP, 1977
- SILVA, Lígia Osório. "A luta pela regulamentação do trabalho na Primeira República", in Cara a Cara n. 2, Centro de Estudos Everardo Dias, julho-dezembro 1978
- SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil, São Paulo, Alfa Omega, 1976
- SIHÃO, Azís. Sindicato e Estado, São Paulo, Dominus Editora, 1966
- STOIZ, Eduardo Navarro. A união dos trabalhadores metalúrgicos na construção do sindicato corporativista: 1932-1945. Tese de mestrado apresentada à UFF, 1986
- SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento, São Paulo, Brasiliense, 1986
- TELLES, Jover. O movimento sindical no Brasil, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1981
- THOMPSON, E. P. The making of the English Working class, England, Penguin Books, 1977
- TRDYANO, Annez Andraus. Estado e sindicalismo, São Paulo, Símbolo, 1978
- VERSIANI, Flávio Rabelo. A década de 20 na industrialização brasileira, Rio de Janeiro, IUPERJ/IMPES, 1987
- VERSIANI, Flávio Rabelo e VERSIANI, Maria Teresa R. O. - "A industrialização brasileira antes de 1930: um

contribuição" in Formação econômica do Brasil: a
experiência da industrialização, organiz. por Flávio R.
Versiani e José Roberto Mendonça do Barros. São Paulo,
Saraiva, 1978

VIANNA, Luis Werneck. "Estudos sobre sindicalismo e movimento
operário: recencha de algumas tendências", BIB n. 3, Rio de
Janeiro, 1978

VIANNA, Luis Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil, Rio
de Janeiro, Paz e Terra, 1976

VILLELA, Anibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política de
governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945),
Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973

WEFFORT, Francisco. Sindicato e política, Tese de Livre
Docência apresentada à USP, 1972